

O Colégio de Aplicação em Contexto

Temas Socioeconômicos

Robson Andrade de Jesus

Organizador

Editora
**SER
TÃO
CULT**

ORGANIZADOR



Robson Andrade de Jesus

Possui graduação em Matemática Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2012) e mestrado em Matemática pela Universidade Federal de Sergipe (2015). Atualmente é professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe e doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (PRO-DEMA/UFS) - linha de pesquisa: Relações Sociedade-Natureza e Sustentabilidade, com estudos sobre a Agenda 2030 e a Matemática. É membro do Grupo de Pesquisa Formação, Interdisciplinaridade e Meio Ambiente (GPFIMA) e do Grupo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares em Gestão, Saúde e Educação Ambientais (GESEA).

Contato:
robsonmat@academico.ufs.br

Organizador
Robson Andrade de Jesus

O Colégio de Aplicação em Contexto

Temas Socioeconômicos

Sobral - CE
2026

Editora
**SER
TÃO
CULT**

O COLÉGIO DE APLICAÇÃO EM CONTEXTO: TEMAS SOCIOECONÔMICOS

© 2026 copyright by Robson Andrade de Jesus (Org.)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138

Renato Parente – Sobral – CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222

contato@editorasertaoocult.com.br

sertaoocult@gmail.com

www.editorasertaoocult.com.br

Cordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antônio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Revisão

Janaelia Ferreira Vasconcelos Rodrigues

Diagramação

Rosilene Alves de Albuquerque

Catálogo

Leolgh Lima da Silva – CRB3/967

Comissão de Avaliação

Profa. Dra. Alessandra Barbosa Souza (UFS)

Profa. Dra. Auceia Matos Dourado (UFAL)

Profa. Dra. Cláudia Fernanda Teixeira de Melo (FACIGA)

Profa. Dra. Fernanda Alves Gois Meneses (UFS)

Profa. Dra. Ingrid Carvalho Santos Oliveira (IFS)

Profa. Dra. Ivanete Batista dos Santos (UFS)

Profa. Dra. Marília Barbosa dos Santos (UFRR)

Profa. Dra. Marta Élid Amorim Mateus (UFS)

Prof. Dr. Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira (UNEB)

Revisora Gramatical dos Capítulos

Profa. Dra. Ana Márcia Barbosa dos S. Santana (UFS)

C697 O colégio de aplicação em contexto: temas socioeconômicos. / organizado por Robson Andrade de Jesus. – Sobral, CE: Editora Sertãoocult, 2026.

176 p.

ISBN 978-65-5421-282-3 (papel)

ISBN 978-65-5421-281-6 (e-book PDF)

DOI: 10.35260/54212816-2026

1. Democratização do Acesso. 2. Perfil Escolar. 3. Perfil Socioeconômico. 4. Provas Classificadoras. 5. Sorteio Público I. Jesus, Robson Andrade de. II. Título.

CDD: 371.2- Admissão escolar

*Dedicamos esta obra aos servidores
do Colégio de Aplicação da Universidade
Federal de Sergipe, em especial a Gésica
Gonçalves Souza, por toda disponibilidade
e empatia no seu trabalho enquanto
servidora terceirizada.*



CODAP

I Resumo

Esta obra é fruto de trabalhos acadêmicos realizados por professores(as), ex-professores(as) e técnicos(as), com vistas a analisar os desafios de ordem socioeconômica no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) e compreender as medidas e iniciativas adotadas que fortaleceram a qualidade do ensino público ao longo dos anos. Para tanto, foram elaborados sete capítulos contemplando diferentes recortes temporais, a iniciar em 1960, como Ginásio de Aplicação vinculado à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Notou-se que as formas de ingresso dos estudantes, a exemplo do Exame de Admissão, das Provas Classificatórias e do Sorteio Público, moldaram o público atendido, com diferenciações no perfil socioeconômico e no perfil escolar. Por um lado, o Exame de Admissão proporcionou um público economicamente elitizado e, em contraste, o Sorteio Público de vagas, sobretudo desde 2010, diversificou o perfil discente, com maior incidência de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse ponto, diante dos desafios encontrados, particularmente nos elevados índices de reprovação, o CODAP/UFS buscou aprimorar o Conselho de Classe mediante documento específico, além da implementação do Programa de Apoio Financeiro Estudantil, de mudanças no Sistema de Avaliação e da execução de atividades pedagógicas, a exemplo dos projetos de leitura vinculados à Biblioteca Comunitária, do Letramento de Português e do Letramento de Matemática. O Sorteio Público, principal forma de ingresso do CODAP/UFS atualmente, não é “fim em si”, mas parte de um conjunto amplo de ações que visam construir uma escola mais inclusiva, igualitária e democrática, reforçando o seu papel como escola pública.

COOAP

Homenagem

Este livro presta homenagem à Professora Doutora Silaine Maria Gomes Borges, cuja trajetória profissional e humana foi construída a partir de valores sólidos, expressos na dedicação, na sensibilidade, no compromisso social, na ética e no profundo respeito pela educação pública.



Silaine Maria Gomes Borges.

Sua história é marcada por vitórias, emoções, desafios superados, conquistas institucionais, vivências intensas e afetos duradouros que permanecem vivos na memória de colegas, estudantes e de toda a comunidade acadêmica. Mais do que uma carreira exemplar, Silaine construiu um legado de formação de pessoas, de fortalecimento de vínculos e de permanente compromisso com a escola como espaço de cidadania, diálogo e de transformação social.

Filha do Sr. João e da saudosa Professora “Dona Joaninha”, de quem herdou o amor pela docência e com quem teve o raro e valioso privilégio de aprender e de trabalhar lado a lado, Silaine, natural de Pitangueiras-PR,

construiu uma caminhada profissional que ultrapassou fronteiras geográficas e culturais. Sua atuação atravessou diferentes regiões do país e alcançou realidades profundamente diversas, deixando contribuições relevantes para a educação brasileira, do Norte ao Sul, sempre pautadas pelo compromisso com a escola pública e com a formação integral dos estudantes.

Ainda no início de sua trajetória, enfrentou e superou desafios na Amazônia, em um contexto marcado por grandes distâncias, infraestrutura limitada, escassez de serviços básicos, presença dominante da floresta, rios como vias de circulação e longas estradas de terra vermelha. Nesse cenário adverso, consolidou práticas pedagógicas sensíveis às realidades locais e aos sujeitos que compõem a escola. Posteriormente, já no Nordeste, ampliou sua formação acadêmica em contexto internacional, realizando o Mestrado e o Doutorado na *Universidad de Extremadura* (UEX), na Espanha, experiência que fortaleceu sua base teórica, metodológica e intercultural, e que refletiu diretamente na qualidade de sua atuação docente e institucional.

Paranaense de origem e herdeira de raízes espanholas, Silaine construiu uma trajetória marcada pela coragem de desbravar realidades distintas e pela capacidade permanente de reinventar-se diante dos desafios impostos pela vida pessoal, acadêmica e profissional. Enfrentou adversidades que vão desde as condições sanitárias adversas, como a convivência com a malária e a febre amarela, até as complexas relações interculturais com povos indígenas, além das exigências decorrentes das múltiplas atribuições assumidas na Universidade Federal de Sergipe e das barreiras linguísticas e acadêmicas vivenciadas durante sua formação na Europa.

Na UFS, sua atuação consolidou-se por meio de um trabalho acadêmico e administrativo consistente, ético e amplamente reconhecido pela comunidade universitária. Exerceu a Coordenação da Orientação Pedagógica entre 1999 e 2017, coordenou o Estágio Curricular no período de 1997 a 2013, esteve à frente do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Básica (NEPEEB) e da Jornada Esportiva, Científica e Cultural (JECCCA), integrou a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e participou de diversas comissões institucionais, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento da gestão acadêmica e para a qualificação contínua das práticas educacionais na Universidade Federal de Sergipe.

Receba, Professora Silaine, por meio dessa singela homenagem, a nossa mais profunda gratidão por todos os ensinamentos, pela generosidade no convívio, pelo compromisso permanente com a educação pública e pela contribuição inestimável à formação de gerações de estudantes e profissionais.

Seremos sempre gratos por ter escolhido construir sua história junto à Universidade Federal de Sergipe e, de modo especial, por ter deixado uma marca tão significativa na trajetória do CODAP/UFS.

Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa



C O D A P

I Prefácio

Prefaciara esta obra é, antes de tudo, reconhecer a importância de registrar a memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) a partir do olhar de quem o experiencia cotidianamente e acompanha, de perto, o percurso histórico que o constitui tal como é hoje. Este livro é um convite sensível e crítico para adentrar a trajetória da instituição, compreendendo suas transformações, desafios e conquistas ao longo do tempo.

O CODAP/UFS, enquanto escola laboratório de formação docente e espaço experimental para pesquisas no âmbito da educação e da inovação pedagógica, constitui-se como um cenário especial da Educação Básica. Diferentemente do que o imaginário social constituiu ao longo da história, como um centro de excelência, os colégios de aplicação das instituições federais de ensino superior, atualmente, entendem-se como escolas de referência.

A referência não é, necessariamente, a dos melhores resultados em testes e avaliações externas, mas a de organizar suas práticas a partir de um olhar atento ao seu público, ao seu tempo e à sua função social. No percurso histórico de seus quase 67 anos, o CODAP/UFS experimentou, testou, avaliou, alterou, ajustou, modificou e ressignificou sua forma de ingresso e seu público, suas práticas e mesmo sua função social. Isso porque o tempo e as demandas políticas, econômicas e sociais mudaram, constituindo novas dinâmicas culturais e institucionais.

Podemos, assim, dizer que o sorteio público de vagas, ora em vigor como forma de ingresso, surgiu no rol das políticas nacionais de democratização de acesso às universidades públicas brasileiras. Esse processo tem sido, pouco

a pouco, ajustado, buscando atender a novas demandas sociais, como, por exemplo, a implantação das cotas para pessoas com deficiência e para pretos, pardos e indígenas.

Por certo, a mudança na forma de ingresso e o tensionamento do processo de democratização do acesso atualizaram o público estudantil e a comunidade escolar, de modo geral. Para além dos aspectos socioeconômicos, revelaram-se, nessa dinâmica, desafios no âmbito das relações de ensino e aprendizagem, que repercutiram nas práticas escolares documentadas por meio do projeto político-pedagógico, de resoluções normativas do sistema de avaliação e do conselho de classe, bem como em outras não documentadas, aquelas do âmbito das relações, das metodologias de ensino e dos projetos de recuperação e apoio às aprendizagens.

Nesse compilado, encontram-se análises que revelam retratos do perfil socioeconômico do corpo discente do CODAP/UFS ao longo da história, com reflexões sobre os desafios que pairam entre a democratização do acesso, a permanência e o sucesso escolar. O foco está na análise de dados documentais, com pesquisas quanti-quali, descritivas e reflexões contextualizadas, que apontam a relação entre o nível socioeconômico dos estudantes, os índices de retenção, os resultados das avaliações externas e as ações institucionais para a permanência, a valorização das aprendizagens qualitativas, as políticas de assistência estudantil e as ações colaborativas da biblioteca comunitária.

Nesse percurso, destaca-se a relevância dos conselhos de classe como espaços privilegiados de reflexão coletiva sobre os processos de ensino e aprendizagem e a significativa atuação de projetos institucionais, como aqueles desenvolvidos pela biblioteca escolar, que extrapolam a função tradicional de guarda e empréstimo de livros, consolidando-se como espaço de produção de conhecimento, diálogo e ampliação de repertórios culturais.

Os artigos aqui elencados revelam, ainda, um movimento característico dos colégios de aplicação das IFES: o exercício de olhar para trás, olhar para si, entender-se em sua singularidade e constituir um caminho educacional alinhado ao seu público, às suas demandas e à sua função no contexto específico em que se encontra. Na posição de ser referência em educação básica,

os resultados aqui expressos contribuem não somente para a trajetória do CODAP/UFS, mas também para a educação pública brasileira, ao apontar fatores que interferem no rendimento escolar, ao discutir efeitos e desdobramentos diversos das experiências de seleção do corpo discente na educação básica e, especialmente, ao evidenciar a diversidade de carências educacionais ainda existentes e os desafios que uma instituição pública pode e deve enfrentar a partir de trajetórias singulares e atentas à sua realidade e à sua comunidade de discentes, docentes e corpo técnico.

A trajetória de ações e inovações trilhadas pelo CODAP/UFS até aqui sinaliza caminhos possíveis, brechas visíveis e a necessidade de continuarmos analisando nossos passos com foco nos sujeitos da educação, para que outros resultados sejam visíveis, captáveis e, talvez, replicáveis.

Profa. Dra. Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho

Psic. Dra. Helma de Melo Cardoso



C O D A P

I Apresentação

Desde a sua fundação, em 1960, ainda vinculado à Faculdade Católica de Sergipe, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) passou por mudanças no modelo de admissão discente, proporcionando o acesso de alunos com diferentes perfis sociais, econômicos e culturais.

É nessa perspectiva que esta obra se concentrou em analisar os desafios de ordem técnica e pedagógica do CODAP/UFS ao longo dos anos, enfatizando as iniciativas adotadas por essa instituição que fortaleceram a qualidade do ensino público, sobretudo após a implementação do Sorteio Público de vagas que, desde 2010, tem possibilitado que alunos com diferentes realidades ingressem nessa instituição.

Como forma de apresentar este livro ao(à) leitor(a), foi elaborada uma nuvem de palavras com base nos títulos e nas palavras-chave dos sete capítulos que compõem a obra (Figura 1), evidenciando a ênfase no perfil escolar dos alunos.

Desse modo, este livro é composto por capítulos distribuídos em ordem cronológica, os quais abordam discussões junto à literatura científica no que diz respeito ao perfil escolar e às suas relações com o perfil socioeconômico e cultural dos alunos do CODAP/UFS, instituição de referência no cenário nacional.

Figura 1 – Nuvem de palavras com base nos títulos e nas palavras-chave dos capítulos.



Elaboração: Robson Andrade de Jesus,
com o auxílio do *Google Colab* (2026).

O primeiro capítulo, “Trajetórias de Seleção e Configuração do Perfil Discente no Colégio de Aplicação da UFS (1960–1993)”, do prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição, analisa a configuração do perfil discente, com ênfase na forma como diferentes modalidades de ingresso impactaram o acesso e produziram distintos perfis de estudantes ao longo do período analisado.

Em seguida, o segundo capítulo, escrito pelo prof. Dr. Gênisson Lima de Almeida, pela profa. Dra. Anézia Maria Fonsêca Barbosa e pelo prof. Me. Iuri Oliveira dos Santos, intitulado “O Perfil Socioeconômico dos alunos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe: um olhar acerca do Projeto Político–Pedagógico (PPP, 1995)”, analisa o perfil socioeconômico dos discentes a partir das informações expressas no PPP de 1995.

O terceiro capítulo, “O Sorteio Público do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe: uma análise do perfil socioeconômico

e do perfil escolar dos alunos (2010–2014)”, escrito pelo prof. Me. Robson Andrade de Jesus, pela profa. Dra. Maria José Nascimento Soares, pelo prof. Dr. Jailton de Jesus Costa, pelo prof. Dr. Gênisson Lima de Almeida e pelo prof. Dr. José Genivaldo Martires, analisa o perfil socioeconômico e o perfil escolar dos alunos do CODAP/UFS que ingressaram entre 2010 e 2014, mediante o Sorteio Público de vagas.

Adiante, o quarto capítulo foi escrito pelo prof. Me. Robson Andrade de Jesus, pelo prof. Me. Wagner Santiago de Souza, pelo prof. Dr. Jailton de Jesus Costa e pelo prof. Me. Carlos Rodolfo Sampaio, intitulado “O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e o Perfil Socioeconômico dos Alunos: uma análise do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe”, concentra-se em analisar o Ideb referente ao Ensino Fundamental maior (6º ao 9º ano) do CODAP/UFS, com ênfase no perfil socioeconômico dos estudantes com baixo rendimento escolar, em 2013, período que apresentou os menores indicadores já registrados.

No quinto capítulo, escrito pela profa. Me. Silvânia da Silva Costa, pelo prof. Dr. André Oliveira Silva e pela profa. Dra. Christiane Ramos Donato, com o título “Análise do Perfil Socioeconômico dos Alunos do Colégio de Aplicação (2015–2021)”, discutem-se inquietações a respeito do processo de democratização no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS), buscando relacionar a forma de ingresso, a permanência e o desempenho escolar dos estudantes.

O sexto capítulo, “O Conselho de Classe como espaço escolar democrático e de promoção da eficácia e equidade”, foi escrito pela técnica Me. Elayne Cristina Menezes Silva e pela técnica Esp. Maria Camila Guilherme de Souza Gomes. Esse capítulo analisa a ação do Conselho de Classe no CODAP/UFS, em um ciclo de quatro anos letivos, enquanto espaço de decisões coletivas e sua importância no processo educacional como uma possível alternativa para a consolidação da equidade e da eficácia na educação.

Por fim, o sétimo capítulo, “Mediações Culturais e Sociais em Âmbito Escolar: Ações Educativas da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de Sergipe”, elaborado pela técnica Ma. Aline Rodrigues de Souza Sales e pela técnica Esp. Maria Naiza Martins Oliveira, analisa a relevância da Biblioteca Comunitária da UFS enquanto agente de mediação cultural, a partir da implementação de ações educativas que contribuem para a formação dos alunos e para o fortalecimento de sua função social no processo educativo do CODAP/UFS.

Espera-se que esta obra possa corroborar novas pesquisas e, em paralelo, subsidiar o trabalho técnico e pedagógico de todos(as) os(as) servidores(as) lotados(as) no CODAP/UFS, bem como servir de modelo para outras instituições em prol de uma educação escolar pública de qualidade.

Almeja-se uma excelente leitura e reflexão!

Prof. Me. Robson Andrade de Jesus

I Sumário

O Colégio de Aplicação em Contexto: uma caracterização inicial 21

DOI: [10.35260/54212816p.25-46.2026](https://doi.org/10.35260/54212816p.25-46.2026)

Trajetórias de Seleção e Configuração do Perfil Discente no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1960–1993)..... 25

Joaquim Tavares da Conceição

DOI: [10.35260/54212816p.47-64.2026](https://doi.org/10.35260/54212816p.47-64.2026)

O Perfil Socioeconômico dos alunos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe: um olhar acerca do Projeto Político Pedagógico (PPP, 1995)..... 47

Gênisson Lima de Almeida

Anézia Maria Fonsêca Barbosa

Iuri Oliveira dos Santos

DOI: [10.35260/54212816p.65-84.2026](https://doi.org/10.35260/54212816p.65-84.2026)

O Sorteio Público do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe: uma análise do perfil socioeconômico e do perfil escolar dos alunos (2010 – 2014)..... 65

Robson Andrade de Jesus

Maria José Nascimento Soares

Jailton de Jesus Costa

Gênisson Lima de Almeida

José Genivaldo Martires

DOI: 10.35260/54212816p.85-106.2026

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e o Perfil Socioeconômico dos Alunos: uma análise do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe..... 85

Robson Andrade de Jesus
Wagner Santiago de Souza
Jailton de Jesus Costa
Carlos Rodolfo Sampaio

DOI: 10.35260/54212816p.107-126.2026

Análise do Perfil Socioeconômico dos Alunos do Colégio de Aplicação (2015-2021)..... 107

Silvânia da Silva Costa
André Oliveira Silva
Christiane Ramos Donato

DOI: 10.35260/54212816p.127-146.2026

O Conselho de Classe como Espaço Escolar Democrático e da Promoção da Eficácia e Equidade 127

Elayne Cristina Menezes Silva
Maria Camila Guilherme de Souza Gomes

DOI: 10.35260/54212816p.147-166.2026

Mediações Culturais e Sociais em Âmbito Escolar: ações Educativas da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de Sergipe 147

Aline Rodrigues de Souza Sales
Maria Naiza Martins Oliveira
Joyce Dalline Silva Andrade

Sobre os(as) autores(as) e colaboradores(as).....167

Índice Remissivo..... 175



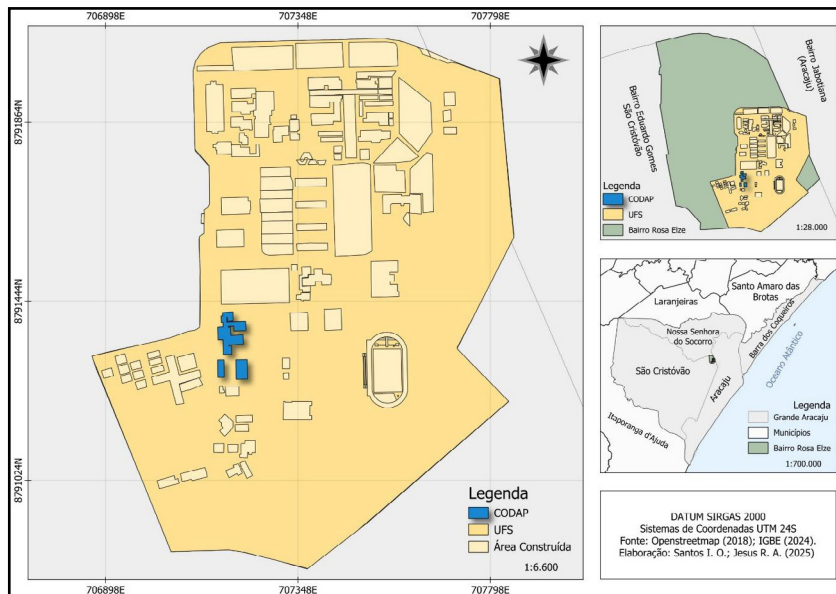
O Colégio de Aplicação em Contexto: uma caracterização inicial

A história das escolas da Educação Básica das instituições federais de ensino superior é marcada por grandes conquistas, a despeito dos percalços de toda ordem que acompanham a criação e a manutenção das escolas públicas no Brasil. Por se constituírem como escolas vinculadas a uma universidade, dentre seus pilares fundacionais destacam-se: ser um laboratório para inovações pedagógicas e incrementar a formação e a atuação de professores por meio de grupos e centros de pesquisa e extensão.

Nesse contexto, situa-se o Colégio de Aplicação (CODAP) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o quinto mais antigo do país, conforme dados da Rede CONDICA¹. O presente livro apresenta estudos norteados por levantamentos cartográfico, documental e bibliográfico, tendo como recorte espacial o CODAP/UFS, localizado no bairro Rosa Elze, em São Cristóvão/SE, que integra a região metropolitana de Aracaju/SE (Figura 1).

¹ Trata-se do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas da Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior, cf. Disponível em: <https://condicap.org.br/rede-condicap/>.

Figura 1 – Mapa de Localização do CODAP/UFS.



Fonte: Adaptado do OpenStreetMap (2018).

Elaboração: Iuri Oliveira dos Santos e Robson Andrade de Jesus (2026).

Em seus mais de sessenta e seis anos de funcionamento, o CODAP/UFS destaca-se como espaço diferenciado para a inovação e a prática pedagógica no estado de Sergipe, atuando tanto na formação de estudantes quanto na de educadores.

Atualmente, o corpo docente conta com mais de quarenta professores concursados, sendo a maior parte com título de mestrado ou doutorado. Destaca-se por contribuir no âmbito da formação de licenciandos, por meio de prática supervisionada em estágios, programas e projetos institucionais específicos do ensino superior, como PIBID, PIBIC, dentre outros.

Para além do ensino, o CODAP/UFS também se dedica a projetos de pesquisa e extensão, com a participação dos alunos da Educação Básica e do Ensino Superior, corroborando a formação dos sujeitos, atrelada à práxis pedagógica.

É sabido que a trajetória do CODAP/UFS vem sendo marcada por diversas mudanças: de denominação e de cultura escolar; de local de funcionamento e de configuração de profissionais; de alunado e de documentos que compõem o Projeto Político-Pedagógico.

Em meio a tantos acontecimentos, é possível sinalizar que se trata de uma “escola que se pensa”, ou seja, uma escola que reconhece a visão crítica e transformadora da educação, para além do senso comum. Em suas dinâmicas de ação, cabe focar no desenvolvimento crítico dos educandos, lançando mão da reflexão contínua e da construção coletiva do saber.

Nessa perspectiva, as práticas e dinâmicas de ação que envolvem toda a comunidade escolar interagem no sentido de fortalecer a construção da aprendizagem e dos laços de pertencimento ao espaço, sendo este entendido como espaço vivido, formado por uma comunidade. No espaço vivido do CODAP/UFS, a construção da identidade é constante e mutável, fato que resulta na intensa interação dos estudantes, enquanto sujeitos, com as práticas exercidas no contexto da UFS.

Ademais, uma instituição com tal senso de responsabilidade aposta na capacidade de se autoavaliar e adaptar, sendo um espaço para pensar a si mesma, a sociedade e o conhecimento, de forma a promover a liberdade e a consciência, fazer escolhas e definir estratégias de atuação de forma democrática e implicada, como defendido por pensadores como Paulo Freire e Isabel Alarcão.

Esta obra é fruto de muita dedicação de profissionais da Educação que voltam seu olhar para o ambiente em que exercem seu ofício educador. Profissionais que sabem que a organização do trabalho pedagógico (e sua efetivação) é complexa, desafiadora e envolve diversos agentes e circunstâncias. Assim, “pensar a escola” requer não apenas rigor científico, mas também sensibilidade social e postura crítico-reflexiva, tanto em relação à prática pedagógica quanto aos fatores que a permeiam. Nos diversos recortes temporais aqui pesquisados, não

se tratou apenas de levantar dados, mas de buscar compreender a realidade educacional para, em momento oportuno, propiciar estratégias em prol da construção de uma escola problematizadora, favorável à superação de dificuldades e em busca das melhores condições de adaptabilidade, inclusão e convivência no espaço do CODAP/UFS.

Profa. Esp. Isabel de Fátima Rodrigues Silva

Profa. Dra. Clêane Oliveira dos Santos

CAPÍTULO 1

Trajetórias de Seleção e Configuração do Perfil Discente no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1960-1993)

DOI: 10.35260/54212816p.25-46.2026

Joaquim Tavares da Conceição



Aspecto da entrada principal do Ginásio de Aplicação, primeira sede do CODAP/UFS, na década de 1970, em Aracaju/SE.



Fonte: Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do CODAP/UFS.

Resumo

Este capítulo analisa a configuração do perfil discente do Colégio de Aplicação da UFS entre 1960 e 1993, com ênfase na forma como diferentes modalidades de ingresso impactaram no acesso e produziram distintos perfis de estudantes ao longo do período analisado. A investigação apoia-se em documentos dos dossiês estudantis, em entrevistas do Banco de Histórias, além de estudos anteriores sobre o tema. Na primeira fase, marcada pelos exames de admissão, o perfil discente revelou forte seletividade, sendo predominantemente composto por estudantes brancos, moradores de bairros de renda média e alta e oriundos de escolas particulares. Nas décadas de 1970 e 1980 do século XX, o colégio experimentou formas de ingresso como sorteios, cotas

e exames, ampliando parcialmente o acesso, mas mantendo limites decorrentes das desigualdades sociais. A partir de 1989, com o retorno às provas classificatórias, sem adoção de cotas, ocorre um movimento de reconcentração de candidatos provenientes de escolas privadas. Os dados mostram que parte desses estudantes, embora matriculados na rede privada, vivia em áreas de baixa renda e frequentava estabelecimentos periféricos de baixo custo, evidenciando estratégias familiares de investimento educacional. A história das formas de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS revela um movimento de tensão entre práticas seletivas excludentes e tentativas parciais de ampliação do acesso. Permanece a necessidade de investimentos investigativos, a fim de aprofundar o estudo das transformações ocorridas a partir da década de 1980, especialmente no que se refere ao impacto gradual das provas classificatórias e, mais recentemente, à adoção do sorteio público de vagas.

Palavras-chave: Colégio de Aplicação; Formas de Seleção; História da Educação; Perfil Discente.

Introdução

Este capítulo analisa a configuração do perfil discente do Colégio de Aplicação da UFS entre 1960 e 1993, com ênfase na forma como diferentes modalidades de ingresso impactaram o acesso e produziram distintos perfis de estudantes ao longo do período analisado. A análise fundamenta-se, sobretudo, nos dossiês estudantis, em entrevistas e em produções desenvolvidas por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em História da Educação: sujeitos, saberes e práticas educativas, além de outros documentos e estudos relacionados ao tema. O estudo também evidencia novas possibilidades de investigação a partir das fontes seriais preservadas nos dossiês que compõem o Arquivo Permanente do Colégio, custodiado no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap). O marco inicial da pesquisa

é a primeira turma matriculada no Ginásio de Aplicação, em 1960, e o marco final é 1993, ano em que se publica o estudo que analisa o perfil discente do Colégio de Aplicação com base nos exames de seleção.

O modelo escolar denominado “colégio de aplicação” foi instituído pelo decreto federal de 1946 (Brasil, 1946), que determinava a criação desses colégios nas faculdades de filosofia como parte dos debates sobre a formação de professores para o ensino secundário, iniciados na década de 1920 pelos intelectuais e educadores da Escola Nova. Em Sergipe, a Faculdade Católica de Filosofia, fundada em 1950, criou seu Ginásio de Aplicação, em 1959, implantado pela Sociedade Sergipana de Cultura, dirigida por Dom José Vicente Távora, que delegou ao então padre Luciano Cabral Duarte a tarefa de organizá-lo (Conceição, 2022; Nunes, 2012). Diretor da própria Faculdade Católica, Cabral Duarte convidou, inicialmente, docentes da instituição para compor o corpo docente do Ginásio, entre eles a professora Rosália Bispo dos Santos, diretora-fundadora. Com a criação da Universidade Federal de Sergipe, em 1968, tanto a Faculdade Católica quanto o Colégio de Aplicação foram incorporados à UFS, tornando-se instituições públicas com vínculo docente à Faculdade de Educação – FACED (Conceição, 2023). Em 1979, o Regimento Geral da UFS transformou o Colégio em órgão suplementar diretamente subordinado à Reitoria, conferindo-lhe autonomia em relação à Faculdade de Educação (UFS/CONSU, 1979).

Desde sua fundação, em 1959, até 1968, o Ginásio de Aplicação ofereceu o primeiro ciclo do curso secundário ou curso ginásial, correspondente ao ciclo da 1ª à 4ª série. Em 1965, ao receber autorização para ofertar o segundo ciclo do ensino secundário, a instituição ampliou sua atuação para incluir os cursos Científico e Clássico do colegial. Com a promulgação da Lei de 1º e 2º Graus (Brasil, 1971), passou a ofertar o ensino de 1º grau, da 5ª à 8ª série, e o ensino de 2º grau, do 1º ao 3º ano. Posteriormente, as mudanças introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 redefiniram a nomenclatura e os níveis de ensino oferecidos, adequando-os à estrutura da Educação Básica, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio (Brasil, 1996).

A produção acadêmica dedicada ao perfil e à trajetória discente do Colégio de Aplicação já reúne teses, artigos e relatórios de iniciação científica voltados a esse tema (Almeida, 2021; Almeida; Conceição, 2023; Melo; Conceição, 2021). Para a elaboração deste capítulo, foram mobilizados, sobretudo, o estudo de Melo e Conceição (2021), que examina o perfil dos alunos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe entre 1959 e 1968, e a tese de Almeida (2021), *Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)*, dedicada à análise do corpo discente no período subsequente. Ambos os trabalhos tomam como fonte principal os dossiês estudantis preservados no Cemdap. Somam-se a essas pesquisas as monografias *Esboço histórico do Colégio de Aplicação da UFS* (Souza, 1989) e *Características dos estudantes selecionados no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe* (Santos, 1992), que apresentam dados do perfil discente.

A análise do conjunto documental, articulada ao que já se produziu sobre o tema, permite distinguir diferentes fases no delineamento do perfil discente do Colégio de Aplicação da UFS: o período do exame de admissão (1960-1971); a fase de experimentação de formas variadas de ingresso (1968-1989); e a etapa marcada exclusivamente pelos exames de seleção (1989-2008). Contudo, torna-se evidente a necessidade de outras investigações acerca do perfil discente, desde o final da década de 1980 até os dias atuais, especialmente no que diz respeito aos impactos sociais e educacionais decorrentes da adoção do sorteio público como forma exclusiva de ingresso.

Além desta introdução, o capítulo está organizado em quatro tópicos principais. O primeiro, *Fontes para a compreensão do perfil discente ao longo da trajetória do Colégio de Aplicação da UFS*, discute o uso de documentos presentes nos dossiês dos alunos como fontes para a reconstrução do perfil discente, articulando-os às percepções de estudantes e professores registradas em entrevistas. O segundo tópico, *Os*

exames de admissão e a produção de seletividade escolar, examina de que modo o processo de ingresso por meio de exames de admissão impactou a composição do corpo discente. O terceiro, *Entre exames, sorteio e cotas: modos de ingresso em experimentação*, apresenta e analisa as experiências de ingresso por sorteio de vagas e cotas destinadas a segmentos específicos, evidenciando o caráter laboratorial dessas políticas no Colégio de Aplicação. Finalmente, o quarto tópico, *A exclusividade dos exames de seleção e a redefinição do perfil discente*, detalha a fase marcada pela adoção dos exames classificatórios como única forma de acesso e os efeitos dessa exclusividade na configuração do perfil discente. O capítulo se encerra com as conclusões.

Fontes para a compreensão do perfil discente ao longo da trajetória do Colégio de Aplicação da UFS

No caso do Colégio de Aplicação da UFS, duas tipologias documentais têm sido fundamentais para compreender as configurações históricas do perfil discente: os dossiês individuais dos estudantes e os relatos orais de ex-professores e ex-alunos, contidos em entrevistas que integram o Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS, intitulado *Identidade e pertencimento nas memórias de professores e estudantes*. Os dossiês consistem em conjuntos de folhas avulsas reunidas em pastas pessoais que registram diferentes aspectos da trajetória escolar, contendo, de modo geral, documentos como autorização e certificado de aprovação no exame de admissão, histórico escolar anterior, comprovantes de matrícula, certidão de nascimento, registros de disciplinas cursadas, comprovantes de pagamento, atestados de vacinação e outras informações relevantes (Melo; Conceição, 2021; Almeida, 2021). A variedade e a quantidade desses documentos oscilam conforme as exigências legais de cada período e o tempo de

permanência do estudante na instituição, sendo mais abundantes até meados da década de 1970, quando, por exemplo, documentos como o atestado de vacinação ainda integravam regularmente os dossiês, prática que se perdeu a partir do final dos anos 1970.

Os dossiês estudantis foram tratados como fonte serial, por constituírem um conjunto padronizado de documentos cuja repetição de informações os caracteriza como “documentação massiva pronta a revelar aspectos da vida coletiva” (Barros, 2012a, p. 142). Elementos como certidões de nascimento, que registram naturalidade e “cor” dos alunos, e fichas de matrícula inicial, que indicam residência familiar e escola de procedência, exemplificam esse potencial. A análise, portanto, considerou o conjunto das séries documentais, entendendo os dossiês não como itens isolados, mas como partes de uma cadeia de fontes do mesmo tipo (Barros, 2012b).

As pesquisas realizadas até o momento têm recorrido, sobretudo, aos dossiês estudantis preservados no Cemdap, permitindo delinear dois recortes principais: de 1960 a 1968, período anterior à incorporação do Colégio à UFS; e de 1969 a 1981, fase que sucede à federalização e antecede a transferência da instituição para a Cidade Universitária Prof. Aloísio de Campos. As discussões apresentadas neste capítulo avançam, ainda que de forma ensaística, para o intervalo entre 1981 e o final da década de 1990, cuja análise documental tende a revelar possíveis inflexões no perfil discente decorrentes da adoção exclusiva dos exames classificatórios como via de ingresso.

A leitura dos dossiês foi articulada às narrativas de ex-professores e ex-estudantes registradas no Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS. Esse acervo, inicialmente formado por 56 entrevistas, foi ampliado com 34 novas entrevistas produzidas no âmbito do projeto *Identidade e Responsabilidade Histórica*, totalizando 90 entrevistas audiovisuais que abarcam experiências vividas entre a década de 1960 e o final dos anos 1990. O cruzamento entre dados documentais e relatos orais possibilita observar características relativas à origem social

e econômica do alunado, oferecendo um panorama das mudanças e permanências na composição do corpo discente.

As entrevistas permitem, adicionalmente, captar dimensões que extrapolam os registros formais dos dossiês. As memórias recolhidas iluminam motivações familiares para a escolha do Colégio, expectativas projetadas sobre a formação escolar e percepções sobre a qualidade do ensino. Revelam, ainda, práticas pedagógicas, formas de convivência e sociabilidade, participação estudantil e atividades extracurriculares, evidenciando como diferentes momentos históricos repercutiram na vida escolar e na experiência institucional de docentes e discentes. Esses relatos orais, ao articularem vivências individuais e marcos institucionais, contribuem para compreender como as mudanças nas formas de ingresso moldaram o perfil discente ao longo das décadas, bem como os sentidos de identidade e pertencimento que marcaram trajetórias de estudantes e professores (Conceição *et al.*, 2020).

Os exames de admissão e a produção de seletividade escolar

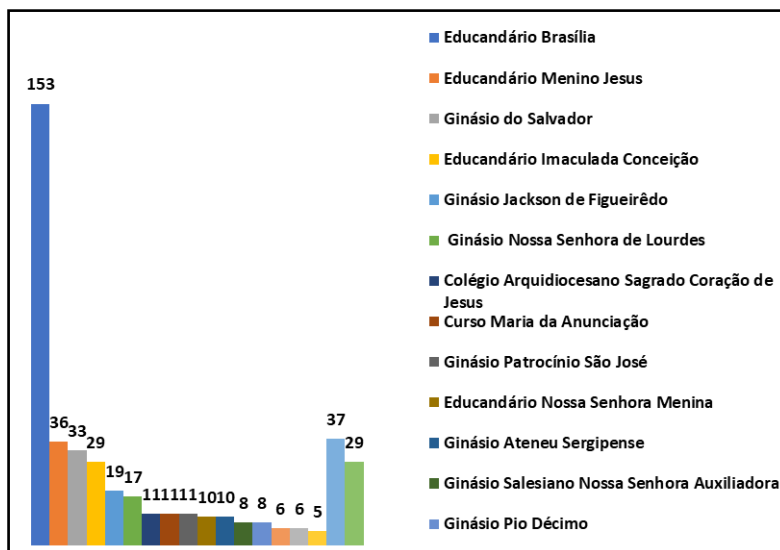
Entre 1960 e os primeiros anos da década de 1970, o ingresso no Colégio de Aplicação ocorria mediante exame de admissão, conforme estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, que condicionava o acesso ao ensino secundário à aprovação nessa prova (Brasil, 1946). A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Brasil, 1961), embora tenha substituído a legislação anterior, manteve a obrigatoriedade do exame para o acesso à primeira série do curso ginasial, exigência revogada apenas com a promulgação da lei que instituiu as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (Brasil, 1971).

Nessa fase inicial, o perfil discente foi diretamente moldado pelo modelo seletivo dos exames de admissão, que resultou na predominância de estudantes oriundos de escolas primárias privadas. Como

demonstra a Figura 1, apenas uma instituição pública, o Ginásio Ateneu Sergipense, aparece como escola de origem entre os estudantes identificados. Essas informações foram extraídas dos históricos escolares, registros do exame de admissão e demais documentos presentes nos 411 dossiês analisados, que permitiram mapear a procedência escolar do alunado desse período.

No levantamento das escolas de procedência dos alunos dessa fase (Figura 1), observou-se a predominância de uma instituição particular, o Educandário Brasília. Entrevistas com ex-estudantes indicam que sua direção e seu corpo docente orientavam e preparavam alunos especificamente para o exame de admissão do Ginásio de Aplicação (Espinho, 2018; Cardoso filho, 2018; Garcez, 2018). Essa orientação parece estar vinculada também às relações estabelecidas entre as duas instituições, sobretudo devido às afinidades religiosas e aos vínculos de parte de seus professores com a Igreja Católica.

Figura 1 – Instituições escolares de procedência dos estudantes matriculados no Ginásio de Aplicação (1960-1968).



Fonte: Melo, Conceição (2021).

Além do caráter seletivo do exame de admissão, o perfil socioeconômico do alunado entre 1959 e 1968 foi fortemente condicionado pelo fato de o Colégio funcionar como instituição particular que cobrava mensalidades (Conceição, 2023). Esse custo restringia a entrada de estudantes de baixa renda e favorecia a presença de grupos economicamente elitizados, capazes de custear uma formação em instituições percebidas como socialmente prestigiosas. Ressalte-se que a arrecadação das mensalidades não apenas sustentava o funcionamento do Ginásio de Aplicação, como também contribuía para a manutenção financeira da própria Faculdade Católica de Filosofia (Conceição, 2023; Maciel, 2017; Souza, 1989), que dependia, significativamente, dessa receita para continuar funcionando.

A caracterização do perfil socioeconômico dessa primeira fase também considerou informações sobre “cor” presentes nas certidões de nascimento e os endereços registrados nas fichas de matrícula. Dos 322 estudantes para os quais foi possível identificar essa informação, 308 tiveram sua cor registrada como “branca”, 13 como “morena” e apenas um como “parda”; nenhum dos 440 estudantes analisados foi identificado como negro. Embora não abarque a totalidade dos casos, essa amostra é suficientemente expressiva para revelar a composição majoritariamente branca do corpo discente (Melo; Conceição, 2021), evidenciando desigualdades étnicas e socioeconômicas associadas ao acesso ao Colégio durante o período de 1960 a 1971.

O local de residência constitui outra variável importante para entender aspectos do perfil discente. As fichas de matrícula indicam que os estudantes residiam, predominantemente, no entorno imediato do Ginásio, especialmente nos bairros Centro, São José e Treze de Julho, áreas tradicionalmente habitadas pelas camadas médias e altas da sociedade aracajuana da época (Melo; Conceição, 2021). Em geral, quando convidados a comentar esse cenário, ex-professores e ex-estudantes apontam que a grande maioria dos colegas morava nas ruas próximas ao colégio e deslocava-se a pé para as aulas, enquanto uma

parcela menor chegava de carro, acompanhada pelos pais, indicativos adicionais de estratificação socioeconômica que reforçam o padrão já observado na documentação.

Entre exames, sorteio e cotas: modos de ingresso em experimentação

Com a incorporação do Colégio de Aplicação à Universidade Federal de Sergipe, em 1968, o estabelecimento passou a subordinar-se administrativa e pedagogicamente à Faculdade de Educação. Até 1973, manteve-se o ingresso por provas classificatórias, que substituíram o antigo exame de admissão. A lista dos aprovados em 1971, cotejada com dados dos respectivos dossiês estudantis, permitiu reconstruir a procedência escolar e os locais de residência dos candidatos. Esses indicadores possibilitam delinear o perfil socioeconômico dos estudantes que ingressaram no Colégio na fase inicial integrada à UFS.

Dos 28 aprovados no processo seletivo de 1971, verificou-se predominância expressiva de alunos provenientes do Educandário Brasília, totalizando quinze estudantes. Essa situação reproduz a tendência observada na etapa anterior, seguida pelo Educandário Duque de Caxias, com três alunos, e pelas instituições Ginásio do Salvador e Instituto Sagrado Coração de Jesus, com dois alunos cada. As demais escolas, de caráter privado e majoritariamente confessionais ou alinhadas à tradição católica, contribuíram com um aluno cada. Apenas um estudante era oriundo de uma escola pública, o Grupo Escolar Dr. Getúlio Vargas. A lista de procedência reafirma o predomínio de escolas privadas frequentadas por famílias de renda alta, média alta ou média, revelando continuidade do padrão de seleção socioeconômica.

A forte presença de alunos do Educandário Brasília suscita questões relevantes sobre os fatores que explicam sua predominância. Além das razões já identificadas na primeira fase, como redes sociais e afinida-

des confessionais, permanece em aberto se essa presença resulta de reputação acadêmica, estratégias de preparação específicas ou mecanismos informais de indicação. A ausência de informações sistematizadas sobre tais dinâmicas constitui um ponto que limita a compreensão mais ampla da formação do “vínculo privilegiado” entre essa escola e o Colégio de Aplicação.

Quanto ao local de residência dos estudantes selecionados, foi possível identificar o endereço de 27 deles. A maioria, vinte alunos, residia em ruas próximas ao Colégio, situado no bairro São José, bem como nos bairros Centro e Treze de Julho, áreas tradicionalmente associadas às camadas de renda alta e média alta de Aracaju, como informado anteriormente. Os outros sete estudantes residiam em bairros de renda média baixa. Essa concentração da localização das residências indica que o acesso ao Colégio estava fortemente associado a capitais culturais e econômicos acumulados pelas famílias desses estudantes, além da proximidade geográfica, que diminuía os custos de deslocamento.

A partir de 1973, o Colégio adotou o sorteio de vagas como forma de ingresso na antiga 5ª série, medida que buscava ampliar o acesso de estudantes da rede pública. Esse tipo de sorteio ocorria entre os estudantes provenientes de escolas públicas e privadas classificados em 1º e 2º lugares na 4ª série do ensino primário. Para as séries posteriores, manteve-se o ingresso por provas classificatórias. Em 1976, o sorteio foi universalizado para todos os inscritos, independentemente das médias obtidas no ano anterior (Almeida, 2021; Almeida; Conceição, 2023). Tal alteração gerou turmas marcadas pela heterogeneidade acadêmica, compreendendo alunos “fracos, médios e fortes”, termos utilizados à época, e implicando diversidade sociocultural e econômica mais ampla (Santos, 1992). A medida, contudo, foi revertida diante de críticas internas, reinstalando-se o sorteio restrito aos estudantes com melhores médias.

A adoção do sorteio, ainda que limitada por critérios classificatórios, resultou em maior presença de estudantes oriundos de escolas públicas e de segmentos de baixa renda, configurando ruptura parcial em relação ao perfil elitizado da fase dos exames de admissão. Essa

ampliação do acesso, porém, gerou tensões internas e conflitos entre pais, professores e gestores, muitos dos quais passaram a questionar a suposta “queda de nível” e as adaptações pedagógicas necessárias para atender a um corpo discente mais diverso. As discussões revelavam o embate entre duas visões concorrentes entre os professores do Colégio de Aplicação e da Faculdade de Educação: a defesa do Colégio como espaço de excelência seletiva e sua concepção como escola-laboratório representativa da heterogeneidade social (Cemdap, 1976).

No final da década de 1970, o processo seletivo incorporou cotas: 40% das vagas foram destinadas a estudantes da rede pública, por acordo firmado com o governo estadual, e, em 1983, 60% passaram a ser reservadas a filhos ou dependentes de servidores da UFS (Arquivo Central da UFS, 1979), todos selecionados por meio de prova classificatória. Ao longo da década de 1980, das 60 vagas oferecidas, 30 eram destinadas a estudantes provenientes da escola pública, 24 a filhos de funcionários da Universidade e 6 a estudantes da rede privada, selecionados por meio de provas classificatórias. Embora essas políticas tenham ampliado o acesso, parte do corpo docente considerava que a heterogeneidade acadêmica, vista por alguns como um “problema de nível”, afetava o padrão de excelência previamente estabelecido. Questionários aplicados em 1989 indicam que, mesmo com avanços de aprendizagem observados em alguns desses estudantes, persistia a percepção de que não alcançavam as expectativas formadas no período elitizado anterior (Souza, 1989). A tensão entre democratização e seletividade tornou-se, assim, um eixo estruturante das disputas sobre o papel do Colégio de Aplicação na Universidade.

A exclusividade dos exames de seleção e a redefinição do perfil discente

A partir de 1989, o Colégio de Aplicação da UFS passou a adotar exames de seleção como única forma de ingresso, substituindo as cotas destinadas a estudantes de escolas públicas e a filhos ou dependentes

de servidores da UFS. Segundo Santos (1992), essa mudança decorreu de determinações do Tribunal de Contas da União e da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Educação, que estabeleceram critérios específicos para o preenchimento de vagas em instituições de ensino de 1º e 2º grau. Tal reorientação reforçou uma lógica meritocrática que, embora formalmente universalista, tende a privilegiar grupos com maiores capitais escolares e econômicos.

Com a extinção das cotas por segmentos, foi implementado um exame de seleção composto por provas classificatórias de Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. As avaliações continham questões objetivas e subjetivas baseadas no conteúdo da 1ª à 4ª série, elaboradas pelos docentes do Colégio e coordenadas por uma comissão própria responsável pelo processo seletivo (Santos, 1992). A padronização do exame buscava conferir maior objetividade ao ingresso, mas, ao mesmo tempo, aprofundava a dependência do candidato de uma preparação escolar prévia mais consistente, historicamente mais acessível a estudantes de redes privadas.

No estudo realizado por Santos (1992) sobre o perfil discente após a adoção do novo modelo seletivo, constatou-se que a classificação por provas resultava na definição de um público majoritariamente “privilegiado”. O desempenho bem-sucedido concentrava-se entre alunos das classes economicamente favorecidas ou oriundos de escolas particulares que ofereciam uma escolarização capaz de prepará-los para alcançar a aprovação nos exames. Essa constatação evidencia que o sistema de provas classificatórias funcionava como um filtro social e contribuía para a reprodução de desigualdades de acesso.

Para a caracterização socioeconômica dos estudantes, utilizaram-se variáveis como a escola de procedência dos candidatos inscritos e selecionados, além do local de residência dos aprovados, cruzado com a classificação dos bairros de Aracaju por faixas de renda (alta, média e baixa). Essa metodologia permitiu combinar indicadores educacionais e espaciais, revelando como padrões de origem escolar e localização urbana se articulam para moldar o perfil discente do Colégio.

Quanto ao primeiro critério, o quadro a seguir apresenta a distribuição quantitativa da procedência escolar dos inscritos e dos selecionados no Exame de Seleção de 1992, permitindo observar as desigualdades de desempenho entre alunos provenientes de instituições públicas e privadas e a persistência de barreiras no acesso ao Colégio.

Tabela 1 – Quantidade de candidatos inscritos e selecionados no Exame de Seleção segundo procedência escolar (1992).

Nº	Procedência escolar	Nº de alunos inscritos	Nº de alunos selecionados
1	Escola particular	410 (87%)	62 (94%)
2	Escola pública	52 (11%)	3 (4,5%)
3	Outros (SESI)	9 (2%)	1 (1,5%)
Total		471	66 (100%)

Fonte: Santos (1992).

A leitura dos dados apresentados (Tabela 1) indica um funil seletivo socialmente enviesado: a maior parte dos inscritos no exame de seleção já era proveniente da rede privada, o que demonstra que a desigualdade antecedia o exame. A baixa participação de estudantes da escola pública pode não ter sido apenas falta de interesse, mas, sim, a consciência, por parte das famílias dos alunos, de que o exame classificatório favorecia quem havia recebido uma formação mais sólida e alinhada ao modelo conteudista das provas. Essa percepção pode ter sido resultante de experiências de insucesso em exames anteriores. Assim, a composição dos inscritos expressa a exclusão anterior à avaliação, enquanto as taxas de aprovação reforçam essa exclusão. O desempenho desigual não é individual, mas estrutural: nasce na diferença de oportunidades, manifesta-se na preparação para o exame e se consolida no resultado final.

O descompasso entre participação e aprovação confirma que o sistema de seleção funcionava como mecanismo de reprodução de privilégios educacionais. Embora o exame se apresentasse como meritocrático, sua lógica favorecia, sistematicamente, estudantes das camadas médias baixas ou médias, cujas famílias tinham capital cultural e econômico (Bourdieu, 2010, 2014) para garantir preparação adequada e confiança no processo seletivo. A combinação entre baixa procura da rede pública, menores chances de aprovação e ausência de políticas de acesso para correção dessas desigualdades produzia um ciclo de exclusão, legitimado pelo discurso do mérito (Bourdieu, 2010, 2014).

A distribuição das residências apresentada a seguir (Tabela 2) revela que, embora a maior parte dos ingressantes estivesse concentrada em áreas de renda média (55,3%), o percentual de estudantes provenientes de áreas de renda baixa (31,5%) é expressivo e não pode ser desconsiderado. Esse dado sugere que o Exame de Seleção não produzia um público homogêneo em termos socioeconômicos, ainda que operasse como mecanismo de filtragem de ingresso. Ao mesmo tempo, evidencia que parte das famílias de menor renda buscava estratégias para ampliar as chances de aprovação dos filhos, recorrendo a escolas privadas de bairros periféricos, cujo custo, embora mais acessível, era percebido como investimento necessário para manter a possibilidade de ingresso em uma instituição de prestígio como o Colégio de Aplicação.

Tabela 2 – Localização das residências dos estudantes ingressantes no Colégio de Aplicação através de Exame de Seleção (1993).

Nº	Localização das residências por faixas de renda	Nº de alunos
1	Áreas de renda alta	4 (6,2%)
2	Áreas de renda média	36 (55,3%)
3	Áreas de renda baixa	25 (31,5%)

Fonte: Santos (1992).

A predominância de aprovados oriundos da rede privada, portanto, não deve ser interpretada de forma simplista como marca exclusiva de elitização, pois inclui famílias com poucos recursos financeiros que mobilizavam esforços para acessar esse segmento escolar. Assim, a localização das residências dos estudantes (Tabela 2) aponta para uma composição mais heterogênea do que aquela observada nas décadas anteriores, quando estudantes de baixa renda tinham mais dificuldade de ingressar no Colégio. Apesar disso, a distribuição espacial ainda reflete desigualdades estruturais: as barreiras do exame continuavam favorecendo candidatos com melhor preparo escolar, e o acesso das camadas populares dependia, em grande medida, de trajetórias familiares marcadas por sacrifícios e escolhas educacionais estratégicas.

A composição do corpo discente revela que o mecanismo do exame de seleção privilegiava candidatos com maior capital cultural, em geral formados em escolas privadas que, mesmo quando localizadas em bairros periféricos e atendendo famílias de poucos recursos, ofereciam condições mínimas de preparação para competir no exame. Essa dinâmica confirma que o ingresso no Colégio de Aplicação dependia menos da renda familiar isoladamente e mais da capacidade das famílias de mobilizarem estratégias educacionais eficazes.

Assim, a presença de estudantes oriundos de áreas de baixa renda não representa propriamente uma democratização plena do acesso, mas, antes, uma reconfiguração das formas pelas quais as desigualdades se manifestavam. O exame de seleção, ao mesmo tempo em que ampliava a heterogeneidade socioeconômica do alunado em relação ao passado, seguia funcionando como dispositivo de distinção, filtrando aqueles que, apesar das adversidades, conseguiam acumular capital cultural suficiente para competir.

Considerações Finais

A história das formas de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS revela um movimento de tensão entre práticas seletivas excludentes e as tentativas parciais de ampliação do acesso. Desde o período marcado pelos exames de admissão e pelas primeiras provas classificatórias, que consolidavam um perfil discente associado, principalmente, às camadas médias e médias baixas, até as experiências de sorteio nos anos 1970, observa-se que cada mudança no modelo de seleção produziu rearranjos no perfil socioeconômico dos estudantes. O sorteio, embora limitado por critérios de desempenho e por resistências internas, abriu possibilidades para a entrada de estudantes de escolas públicas e de famílias de baixa renda, tensionando a lógica elitista estabelecida na etapa inicial do Colégio.

A partir de 1989, com o retorno às provas classificatórias, sem adoção de cotas, ocorre um movimento de reconcentração de candidatos provenientes de escolas privadas. Contudo, essa concentração não pode ser interpretada de forma linear. Os dados mostram que parte desses estudantes, embora matriculados na rede privada, vivia em áreas de baixa renda e frequentava estabelecimentos periféricos de baixo custo, evidenciando estratégias familiares de investimento educacional (Bourdieu, 2010, 2014).

Dessa forma, a seletividade continuou filtrando, majoritariamente, os mais preparados, mas essa preparação não se limita às classes médias, pois pequenos estratos populares passaram a disputar e, ocasionalmente, conquistar vagas por meio de trajetórias familiares marcadas por esforço e escolhas escolares específicas (Bourdieu, 2010, 2014).

A análise espacial das residências confirma essa complexidade, pelo menos no decorrer dos anos 1990 do século XX. O predomínio de estudantes de áreas de renda média convive com uma presença significativa de residentes em zonas de renda baixa, algo bem diferente do apurado nas décadas anteriores, especialmente nos anos de 1960 e

1970. Ao mesmo tempo, o exame continuou beneficiando alunos com maior capital escolar, e o êxito das camadas populares dependia da capacidade de contornar, com recursos limitados, as barreiras impostas pelo próprio modelo de ingresso no Colégio. Assim, a heterogeneidade observada no início dos anos 1990 não foi resultado de políticas inclusivas, mas, antes, produto da combinação entre maior procura, mudanças moderadas no perfil das escolas privadas periféricas e estratégias familiares de mobilidade educacional.

A conclusão geral aponta que, apesar de avanços relativos na diversificação do corpo discente, o modelo de provas classificatórias consolidou-se como dispositivo que estruturou trajetórias escolares diferenciadas, conforme a posição social dos candidatos. Compreender essas dinâmicas é importante para refletir criticamente sobre o papel dos colégios de aplicação no interior das universidades públicas, bem como sobre suas responsabilidades diante das desigualdades educacionais.

Por fim, cabe destacar que a produção acadêmica sobre o tema oferece um quadro importante sobre o perfil discente desde a criação do Colégio de Aplicação até o início da década de 1980, sustentado por teses, capítulos de livros e artigos que analisam com consistência as alterações desse período. Contudo, permanece a necessidade de investimentos investigativos a fim de aprofundar o estudo das transformações ocorridas a partir da década de 1980, especialmente no que se refere ao impacto gradual das provas classificatórias, ao fim das cotas e à utilização exclusiva das provas.

A necessidade de novas investigações torna-se ainda mais expressiva quando se consideram os efeitos das reformas posteriores, culminando na adoção do sorteio público universal, aprovada em 2008, marco que alterou substancialmente a lógica de ingresso e, por conseguinte, o perfil discente. Investigações sistemáticas sobre esse período recente são essenciais para compreender não apenas as continuidades e rupturas na trajetória histórica do Colégio, mas também o modo como a instituição tem respondido às pressões contemporâneas por diversidade do público escolar.

Referências

- ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981). 2021. 202 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.
- ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Formas de seleção de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS. A busca por um perfil estudantil “ideal” (1969-1981). **Revista História da Educação**, v. 27, 2023.
- ARQUIVO CENTRAL DA UFS. **Ofício Nº 508 de 1979, Centro de Educação e Ciências Humanas**. Aracaju, 7 de dezembro de 1979.
- BARROS, José D’Assunção. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. **Hist. R.**, Goiânia, v. 17, n. 1, jan./jun. 2012b.
- BARROS, José D’Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. **Mouseion**, n. 12, mai-ago/2012a.
- BOURDIEU, Pierre. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: UFSC, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2010.
- BRASIL (1942). **Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário, 1942.
- BRASIL (1946). **Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946**. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País, 1946.
- BRASIL (1961). **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961.
- BRASIL (1971). **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, 1971.
- BRASIL (1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- CARDOSO FILHO, Rubens Ribeiro. Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS. **Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores**. Entrevistador: Joaquim Tavares da Conceição. São Cristóvão/SE, 31/07/2018.
- CEMDAP (1976). **Relatório de Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação**, 1976.
- CEMDAP (2018). **Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS. Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores**, 2018.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da *et al.* Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação da UFS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 2, n. 50, 2020.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. *In*: Ferronato., & Conceição, J. T. **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Aspectos da fundação e do processo de “reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do CEMDAP. *In*: Paulilo, A. L., Conceição, J. T., Campello, L. O. S. **A Pesquisa em acervos da escola e da educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p.139-168. 30 dez 2023.

ESPINHEIRO, Ana Maria Nunes. Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS. **Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores**. Entrevistadora: Aristela Arestides Lima. São Cristóvão/SE, 22/08/2018.

GARCEZ, Rosa Maria Viana de Bragança. (2018) Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS. **Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores**. Entrevistadora: Aristela Arestides Lima. São Cristóvão/SE, 22/08/2018.

MACIEL, Maria de Lourdes Amaral. Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS. **Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores**. Entrevistadora: Rísia Rodrigues Silva Monteiro. Aracaju/SE, 13/11/2017.

MELO, Rafaela Cravo de.; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O perfil estudantil do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968). Uma investigação de fontes seriais do arquivo escolar. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 4, p. 69-92. out./dez. 2021.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **Colégio de Aplicação da UFS: memórias de um ginásio de ouro**. – São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SANTOS, Maria de Fátima Evangelista de Amorim. **Características dos estudantes selecionados no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe**, 1992. (Trabalho não publicado).

SOUZA, Luza Mabel Magalhães de. **Esboço histórico do Colégio de Aplicação da UFS**, 1989. (Trabalho não publicado).

UFS/CONEPE. (2008). **Resolução nº 31/2008/CONSU**. Regimento do Colégio de Aplicação, 8 de outubro de 2008.

UFS/CONSU. (1979). **Resolução nº 01/79/CONSU**. Regimento Geral da Universidade Federal de Sergipe, 15 de janeiro de 1979.



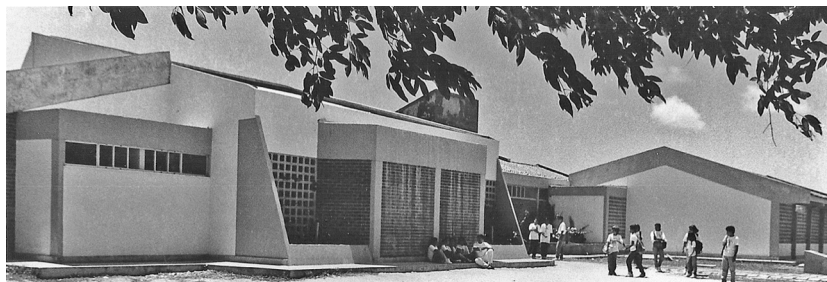
CAPÍTULO 2

**O Perfil Socioeconômico
dos alunos do Colégio
de Aplicação da
Universidade Federal de
Sergipe: um olhar acerca
do Projeto Político
Pedagógico (PPP, 1995)**

DOI: 10.35260/54212816p.47-64.2026

*Gênisson Lima de Almeida
Anézia Maria Fonsêca Barbosa
Iuri Oliveira dos Santos*

Prédio originalmente construído para o funcionamento do CODAP/UFS, na Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos, São Cristóvão/SE, em 1995.



Fonte: Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do CODAP/UFS.

Resumo

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um dos instrumentos que norteiam as instituições de ensino básico, construído coletivamente para estabelecer as diretrizes curriculares e apontar dados referentes ao perfil socioeconômico dos discentes, dentre outros. Nesse sentido, o estudo em questão buscou analisar o perfil socioeconômico dos discentes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS), a partir das informações expressas no PPP de 1995, último documento dessa natureza disponibilizado para a comunidade escolar. Os procedimentos metodológicos utilizados foram levantamentos bibliográfico e documental, provenientes de uma abordagem quali-quantitativa. Os resultados apontaram que, diante da forma de ingresso dos alunos, via prova classificatória, em 1995, o CODAP/UFS atendia majoritariamente alunos oriundos de famílias com maior poder aquisitivo, cujos responsáveis possuíam os mais elevados níveis de escolaridade, com predominância de formação em cursos superiores ou de conclusão da Educação Básica. Observou-se que uma parcela significativa dos estudantes (45%) pertencia a famílias com poder aquisitivo variável, situando-se na faixa de renda entre um e cinco salários mínimos.

Esse cenário evidencia um perfil socioeconômico relativamente heterogêneo, ainda que marcado pela predominância (53%) de condições econômicas mais favorecidas. Nesses termos, é imprescindível que o PPP seja atualizado periodicamente como forma de promover a atualização das informações do perfil socioeconômico dos alunos, a fim de verificar o comportamento desse perfil e garantir direitos igualitários para todos quanto à concorrência de vagas.

Palavras-chave: CODAP/UFS; Educação Básica; Provas Classificatórias.

Introdução

Ao longo dos anos, o sistema educacional brasileiro vem passando por mudanças significativas em suas legislações, dentre as quais se destaca a implantação de projetos que promovem uma melhor organização dos espaços escolares. Dentre esses projetos, tem-se o Projeto Político-Pedagógico (PPP), cujo objetivo é realizar um levantamento do contexto educacional das escolas, abordando todas as etapas envolvidas no processo de formação dos cidadãos.

Dentro dessa perspectiva, quando bem estruturado em face de uma gestão democrática, o PPP precisa apresentar uma estrutura que avalie três pilares fundamentais, sendo eles: o ator projeto, o ator político e o ator pedagógico. Nesse contexto, a Comunidade Educativa (Cedac, 2016) expressa que:

[...] promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394/1996), a gestão democrática da escola foi regulamentada e estabeleceram-se orientações para a organização do espaço físico, para o trabalho pedagógico e para a participação de pais, alunos e educadores, fortalecendo a articulação entre a instituição e a comunidade. Esses representantes da gestão pedagógica representam os pilares mais importantes da elaboração de um PPP (CEDAC, 2016, p. 9).

Para isso, cabe salientar que a gestão escolar não pode considerar o PPP como um instrumento pronto e acabado, pois, em seu cerne de aplicação ou desenvolvimento, ele pressupõe constante avaliação e atualização, visto que, a cada momento, há políticas, projetos educacionais, planejamentos e diferentes atores sociais compondo a comunidade escolar.

Nesse cenário, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) destaca-se devido à sua finalidade “[...] possibilitar um ambiente adequado para a criação, implementação e avaliação de novos currículos e estratégias de ensino, visando ao aperfeiçoamento da Educação Básica [...]”, servindo de campo para experimentação e modelo pedagógico para outras instituições (UFS, 2008, p. 2).

Outro ponto importante relacionado ao CODAP/UFS, enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão, encontra-se nas mudanças na forma de ingresso, situação que pode ter alterado o perfil socioeconômico dos alunos ao longo dos anos. Sob o ponto de vista de Almeida (2021), entre 1974 e 1980, a forma de ingresso ocorreu por meio de sorteio público de vagas, modelo que está em vigor desde 2008, instituído pela Resolução nº 31/2008/CONSU.

Para além desses recortes temporais, a principal forma de ingresso se deu por meio de provas classificatórias, as quais mediam o conhecimento dos alunos de forma somativa. Nesse caso, o ingresso tendia a ocorrer entre aqueles que apresentavam melhores condições de rendimento, como se observava nos anos de 1990, especialmente em 1995, período em que o último PPP foi apresentado à comunidade escolar, razão pela qual esse ano constitui o recorte temporal deste estudo.

Ressalta-se que, com exceção do perfil socioeconômico, o site oficial do CODAP/UFS² disponibiliza documentos atualizados que podem compor um PPP, como o regimento interno, o sistema de avaliação e a matriz curricular, dentre outros. Em 2021, a gestão escolar traçou o

² Documentos disponíveis em: <https://codap.ufs.br/>, no Menu “Documentos e Logomarcas”.

perfil social, econômico, cultural e estudantil dos alunos, também analisados neste livro.

Diante das considerações inferidas, este estudo buscou responder ao seguinte questionamento: quais características emergiram da análise do PPP (1995) no tocante ao perfil socioeconômico dos discentes do CODAP/UFS? Para responder à questão de pesquisa, este capítulo teve como objetivo analisar o perfil socioeconômico dos discentes do CODAP/UFS, a partir das informações expressas no PPP de 1995.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) em diálogo com a realidade socioeconômica dos alunos

Segundo Pereira e Sônego (2025), o PPP constitui um documento que norteia as atividades nas unidades escolares e que deve ser elaborado de maneira coletiva, de modo a contemplar as orientações e diretrizes escolares, pois, em seu bojo, estabelece um rumo para a instituição, configurando uma ação democrática no ambiente escolar e, portanto, sendo um documento primordial em todas as escolas de Educação Básica.

O PPP não consta apenas de uma estrutura física, mas também das inter-relações existentes entre os componentes pessoais que o constituem. Esse projeto institucional

não é um documento solitário ou imposto de cima para baixo. Sua elaboração deve ser um processo coletivo e democrático, envolvendo toda a comunidade escolar [...]. Essa construção em conjunto garante que o PPP esteja alinhado às necessidades e realidade da comunidade escolar, além de fortalecer o senso de pertencimento e responsabilidade de todos os envolvidos (Santos, 2024, p. 2).

Com isso, estruturalmente, um PPP apresenta pelo menos duas seções: uma se refere ao currículo, e outra, ao perfil socioeconômico dos discentes e/ou de seus responsáveis.

Na seção do currículo, são apresentados, de modo geral, a estrutura curricular na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), bem como os objetivos de ensino por área do conhecimento. Na perspectiva de Oliveira, Silva e Carvalho Filho (2022), o currículo é respaldado pelos objetivos educacionais da escola, ao passo que são elencados os caminhos para atingi-los e organizá-los.

Além das informações acerca do currículo, o PPP também abrange dados referentes ao perfil socioeconômico dos discentes. No caso da Educação Básica e, sobretudo, do CODAP/UFS, o perfil socioeconômico precisa ser levado em consideração por apresentar informações inerentes ao contexto social e econômico dos discentes, além de diagnosticar as condições que podem interferir diretamente no processo de aprendizagem, sendo pertinente sua atualização anual como forma de verificar mudanças no perfil social dos alunos.

De acordo com Santos *et al.* (2022), o PPP é tido como o documento mais completo da escola, ou seja, é a verdadeira identidade de qualquer estabelecimento de ensino da Educação Básica. Assim, o PPP:

Deve ser visto como um instrumento norteador das ações educacionais que devem se apresentar em função das necessidades e dificuldades que surgem no contexto das relações do cotidiano escolar. Nesse sentido, necessita ser dinâmico e flexível respeitando o tempo, o espaço e a opinião das pessoas que estão envolvidas em todo o processo (Santos *et al.*, 2022, p. 1192).

Nesse ínterim, prevalece a independência das ideias, a fim de consolidar um PPP mais amplo e holístico das realidades presentes naquele espaço escolar. Por isso, a elaboração e a atualização constante desse instrumento escolar, de forma anual, são importantes para o conhecimento, por parte da comunidade escolar, das medidas e ações

que deverão permanecer ou ser implantadas na escola, de modo a viabilizar um melhor processo de ensino e aprendizagem.

Assim, mediante o PPP, pode-se identificar as potencialidades e as fragilidades técnicas e pedagógicas para que, em conjunto, toda a comunidade escolar possa realizar ajustes que joguem necessários para atingir melhores êxitos no coletivo, considerando as diferentes características do corpo discente. Nesse ponto, Bezerra *et al.* (2020, p. 147) considerou que:

[...] conhecer o perfil populacional, com suas características demográficas, sociais, econômicas [...], é importante para o planejamento do desenvolvimento e dimensionamento das demandas por serviços, destinação de recursos financeiros, elaboração de políticas públicas e na avaliação da efetividade das ações de promoção, prevenção e assistência. Desta forma, os investimentos públicos serão realizados atendendo as necessidades [...] da população (Bezerra *et al.*, 2020, p. 147).

Ademais, o detalhamento desses dados confere à comunidade escolar a compreensão da necessidade, ou não, de mais investimentos públicos que possam contribuir de forma decisiva para um melhor processo de formação dessas crianças e adolescentes. No entanto, nesse contexto, a abertura para as condições neoliberais existentes à época, de certa maneira, constituiu um dos caminhos encontrados pelas instituições de ensino para funcionarem dentro dos limites do momento econômico vivido no país. Assim, apresentar como a comunidade do CODAP/UFS estava organizada, em 1995, a partir da análise do PPP, foi o propósito deste estudo.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo foi norteado por levantamento cartográfico, documental e bibliográfico, proveniente de uma abordagem quali-quantitativa, de natureza aplicada. Quanto ao objetivo, trata-se de um estudo descritivo, realizado por meio da técnica de pesquisa documental.

Segundo Fontana e Pereira (2023, p. 48), “[...] a pesquisa documental, enquanto técnica qualitativa, auxilia no entendimento histórico, cultural e científico de uma comunidade e/ou de um fenômeno (social ou natural) [...]”. Assim, a adoção dessa abordagem permitiu acessar, organizar e interpretar registros e documentos diversos, possibilitando compreender o contexto e a evolução do objeto estudado.

Complementarmente, a pesquisa descritiva tem como propósito caracterizar uma população ou fenômeno, bem como identificar relações entre as variáveis analisadas. De modo geral, o pesquisador precisa buscar quatro objetivos fundamentais para assegurar a qualidade dos documentos em suas análises: garantir sua autenticidade, verificar a credibilidade, observar a representatividade e compreender o significado que deles se deriva (Gil, 2002; Fontana; Pereira, 2023).

Nesse sentido, neste estudo utilizou-se como fonte principal de dados o PPP (1995), disponibilizado pela gestão escolar do CODAP/UFS, para a análise e contextualização das informações utilizadas, com ênfase na caracterização socioeconômica (dados escolares, dados sociais e dados econômicos das famílias) dos discentes do CODAP/UFS. Para além da análise documental, como técnica qualitativa, foi necessária a realização de consultas a artigos científicos publicados no buscador Google Acadêmico e na plataforma Web of Science, para fins de auxílio na discussão dos resultados e na construção do referencial teórico.

A partir das informações extraídas do PPP (1995), quanto ao perfil socioeconômico, os dados foram tabulados com o auxílio do Microsoft

Excel, por meio de análise estatística descritiva, empregada como técnica quantitativa. Posteriormente, foi realizada a descrição dos dados e as interpretações acerca da realidade apresentada, considerando-se diferentes amostragens (Tabela 1).

Tabela 1 – Diferentes amostragens das dimensões analisadas.

Dimensões	Tamanho da amostra	Nível de confiança	Erro amostral
Gênero dos alunos	456	100%	0%
Procedência escolar dos alunos	184	90%	4.67%
Renda dos responsáveis	246	95%	4.24%
Nível de escolaridade dos responsáveis	246	95%	4.24%

Fonte: PPP, 1995.

As amostragens foram calculadas³ conforme os dados do PPP (1995) e considerando n = 456 o quantitativo populacional.

Resultados e Discussão

O PPP (1995) retrata um período em que o CODAP/UFS possuía 456 alunos matriculados, com idades que variavam entre 10 e 20 anos, distribuídos no ensino de 1º grau (5ª a 8ª série) e de 2º grau, correspondentes ao atual Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, respectivamente, regidos pela Lei nº 5.692/71⁴.

Este estudo apontou que, em geral, esses alunos viviam em uma realidade socioeconômica tendente à homogeneidade nos aspectos de

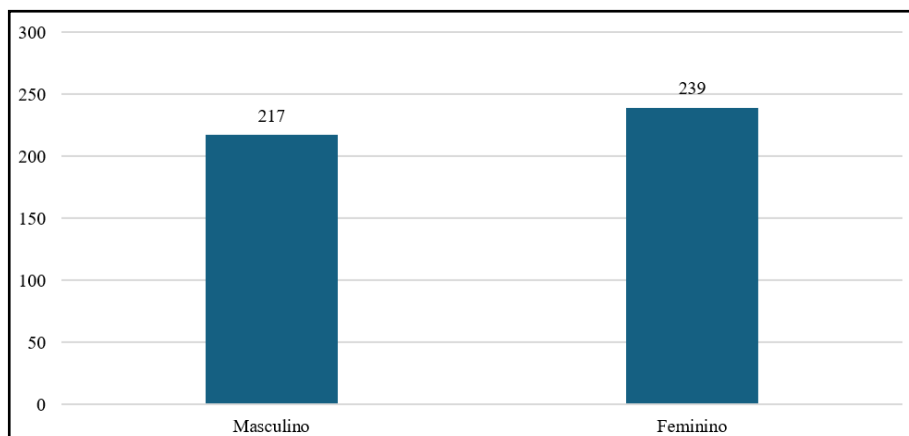
3 Com o auxílio da calculadora amostral. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostal/>.

4 Promulgada durante o regime militar, a Lei Nº 5.692/71 estabeleceu diretrizes para o ensino de 1º e 2º Graus, focando na profissionalização. Ela foi revogada, posteriormente, pela Lei Nº 9.394/96.

sexo⁵ e procedência escolar. Não obstante, ao analisar a renda familiar, houve uma tendência relativamente heterogênea.

Com relação ao sexo dos discentes do CODAP/UFS, em 1995, havia predominância do sexo feminino (52%), seguido do sexo masculino (48%) (Figura 1).

Figura 1 – Sexo dos discentes do CODAP/UFS, em São Cristóvão/SE (n = 456).



Fonte: PPP, 1995.

Nesse sentido, não havia distorções significativas de gênero, mesmo a representatividade feminina tendo assumido uma posição de destaque no espaço escolar. Esses percentuais foram próximos ao cenário nacional que, de acordo com o IBGE (2010), indicava que havia no Brasil cerca de 51,03% de pessoas autodeclaradas do gênero feminino e 48,97% do gênero masculino.

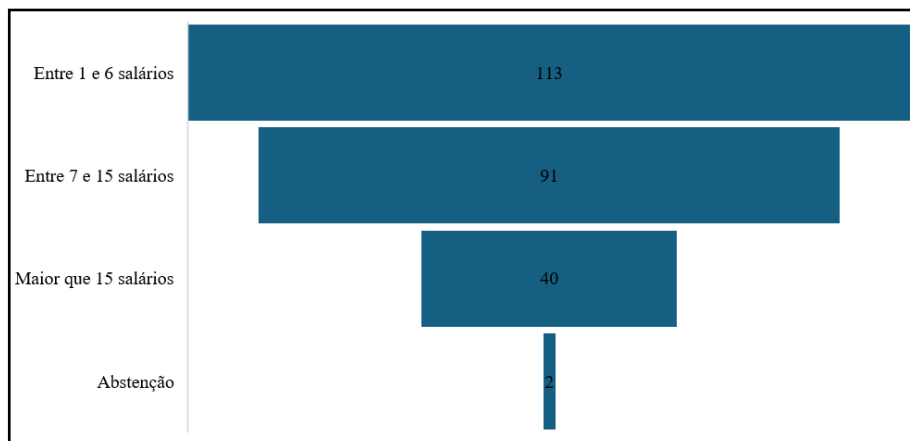
Apesar disso, os estudos realizados por Seffner e Barzotto (2024) apontam que as relações de gênero no ambiente escolar são marcadas por desigualdades e que há uma tendência de que essa questão

5 Na época de construção do PPP (1995), a expressão sexo era utilizada para distinguir as pessoas do sexo masculino do feminino, diferente dos dias atuais em que se discute a construção social e identidade (gênero).

também se (re)produza em outros espaços. Tal colocação, mesmo não se apresentando neste estudo, evidencia o desafio social enfrentado por outros espaços escolares.

Em seguida, considerando os dados expressos no PPP (1995) do CODAP/UFS, a renda proveniente das atividades exercidas pelos responsáveis que garantiam o sustento das famílias apresentou-se variável. Em um primeiro momento, este estudo aponta uma predominância de famílias com renda entre 1 (um) e 6 (seis) salários mínimos⁶, representando 46%, enquanto 37% possuíam renda entre 7 (sete) e 15 (quinze) salários mínimos, seguidos daqueles que apresentavam renda acima de 15 (quinze) salários mínimos, representando 16% da amostra (Figura 2).

Figura 2 – Renda familiar dos entrevistados (n = 246).



Fonte: PPP, 1995.

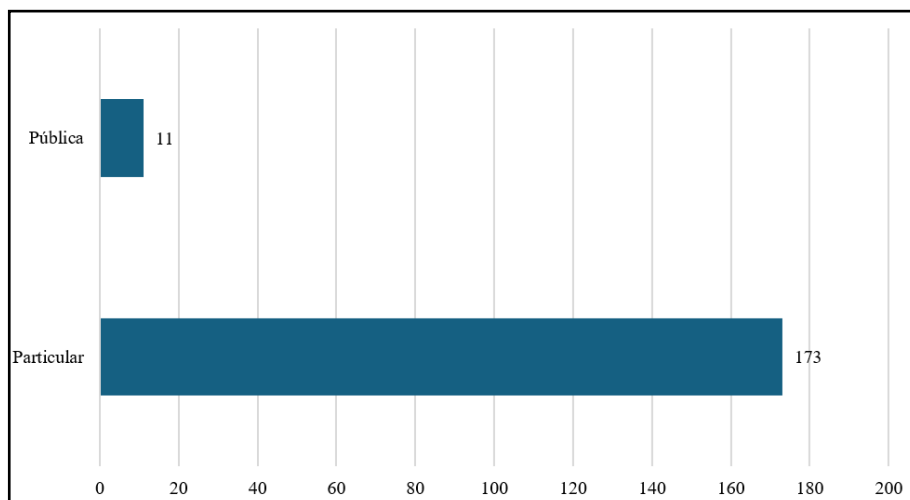
Porém, ao somar o quantitativo das rendas das famílias que recebiam a partir de 7 (sete) salários mínimos, este estudo indica que cerca de 53% dos estudantes estavam inseridos em um contexto econômico

⁶ A partir da Tarifa Social, isto é, um desconto na conta de energia concedido às famílias de baixa renda, cadastradas no CadÚnico do Governo Federal, com renda de até meio salário-mínimo por pessoa.

favorecido, caracterizado por maior estabilidade financeira e, consequentemente, maior acesso a bens e serviços, em relação às famílias que viviam com uma faixa salarial abaixo de 5 (cinco) salários mínimos⁷.

Essa condição pode ter impactado positivamente o percurso escolar dos alunos. Afinal, segundo Silva (2025), o poder aquisitivo familiar e a composição socioeconômica da escola influenciam o desempenho e as oportunidades educacionais dos alunos. Esse panorama econômico pode justificar a procedência escolar dos alunos do CODAP/UFS no período analisado, quando 94% dos envolvidos estudaram em escolas particulares e apenas 6% em escolas públicas (Figura 3).

Figura 3 – Procedência escolar dos(as) alunos(as) do CODAP/UFS (n = 184).



Fonte: PPP, 1995.

Os dados apresentados (Figura 3) estão relacionados à forma de ingresso que vigorava à época, sendo a prova classificatória. Esse formato de seleção potencializava o ingresso de alunos que possuíam

⁷ Chama-se atenção às faixas dos salários-mínimos, por não envolver o quantitativo de 6 salários, podendo apresentar um erro de digitação no PPP (1995), mas, independentemente do cenário, as interpretações aqui apresentadas não seriam diferentes, caso a segunda faixa de valores fosse equivalente a “Entre 6 e 15 salários”.

melhores condições financeiras, reforçando a dimensão econômica e hierárquica que, por sua vez, favorecia as classes mais elitizadas socioeconomicamente.

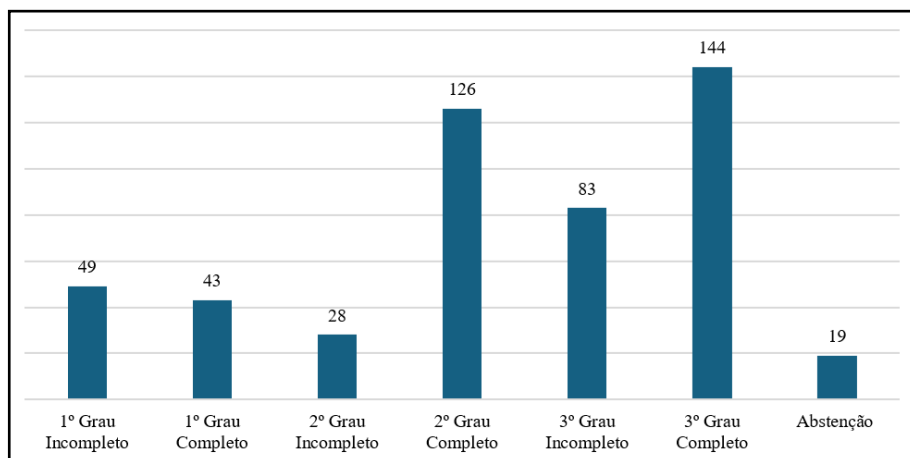
Um fato importante a destacar é que, nessa época, os alunos realizavam cursinhos preparatórios para a prova de admissão da escola, o que tornava o processo ainda mais excludente para alunos oriundos de escolas públicas e/ou que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A forma de ingresso por meio de prova classificatória, que perdurou por quase três décadas, foi substituída, em 2008, mediante reforma do regimento interno, pelo sorteio público de vagas, o que não levava em consideração o conhecimento adquirido pelo aluno nas séries anteriores (Almeida; Conceição, 2023).

Trata-se da Resolução nº 31/2008/CONSU, que deu condições para contemplar estudantes de classes sociais mais abrangentes e, com isso, fortalecer o papel da escola pública. Nesse ínterim, “[...] a escola pública carrega possibilidades emancipatórias inexploradas, cuja efetivação depende de escolhas políticas que priorizem financiamento equitativo, valorização docente e reconhecimento das diversidades” (Cardoso *et al.*, 2025, p. 2).

Em continuidade à discussão, apresentam-se (Figura 4) os dados referentes ao grau de escolaridade dos pais e responsáveis dos estudantes do CODAP/UFS, apresentados no PPP (1995), justificando-se $n = 492$, considerando que a participação na pesquisa ocorreu por mais de um responsável (246 pais e 246 mães).

Figura 4 – Grau de escolaridades dos pais e responsáveis (n = 492).



Fonte: PPP, 1995.

O fato de que a maior parte dos responsáveis pelos alunos possuía o 3º grau completo (29%), equivalente ao ensino superior, seguido por níveis também elevados de escolaridade formal (3º grau incompleto, representando 17% da amostra), indica um perfil socioeconômico relativamente mais favorecido em termos de escolaridade.

Estudos brasileiros mostram que níveis mais altos de escolaridade dos pais estão associados a melhores condições econômicas, maior renda familiar e, conseqüentemente, a ambientes domésticos mais propícios ao aprendizado e à continuidade dos estudos das crianças e adolescentes, ampliando as oportunidades educativas e culturais ao longo do ciclo escolar (Alves *et al.*, 2013).

Ainda em relação a esses dados (Figura 4), é possível afirmar que a busca pela qualificação profissional, como forma de atender aos requisitos para adentrar no mercado de trabalho, é um ponto crucial para potencializar condições de melhoria de vida para as famílias.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi analisar o perfil socioeconômico dos alunos com base no PPP (1995) do CODAP/UFS, com ênfase no perfil socioeconômico dos discentes, mediante o seguinte questionamento: quais características emergiram da análise do PPP (1995) no tocante ao perfil socioeconômico dos discentes do CODAP/UFS?

Os dados apresentados indicaram que o CODAP/UFS atendia majoritariamente alunos oriundos de famílias com maior poder aquisitivo, cujos responsáveis possuíam elevados níveis de escolaridade, com predominância de formação no terceiro grau (completo ou incompleto) e no segundo grau (completo ou incompleto), correspondentes ao atual ensino superior e ao ensino médio, respectivamente.

Contudo, observou-se que uma parcela significativa dos estudantes (45%) pertencia a famílias com poder aquisitivo variável, situando-se na faixa de renda entre um e seis salários mínimos. Esse cenário evidenciou um perfil socioeconômico relativamente heterogêneo, ainda que marcado pela predominância (53%) de condições econômicas mais favorecidas. Assim, o perfil socioeconômico demonstrado no PPP (1995) do CODAP/UFS indicou que, apesar de seu caráter público e formativo, reproduzia desigualdades socioeconômicas entre os estudantes.

Por fim, a análise dos dados possibilitou inferir a necessidade urgente de atualização do PPP (1995), para que ocorra a formulação e efetivação de políticas pedagógicas inclusivas que assegurem a equidade na escola, além de considerar a realidade dos alunos. Mesmo identificando elementos que compõem um PPP no site oficial do CODAP/UFS, como regimento interno, sistema de avaliação e matriz curricular, a atualização do perfil socioeconômico precisa ocorrer, uma vez que o ingresso de novos estudantes pode alterar a dinâmica escolar ao longo do tempo.

Referências

- ALMEIDA, S. E. S. Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981). 2021. 202 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.
- ALMEIDA, S. E. S.; CONCEIÇÃO, J. T. Formas de seleção de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS. A busca por um perfil estudantil “ideal” (1969-1981). **Revista História da Educação**, v. 27, p. 1-21, 2023.
- ALVES, M. T. G. *et al.* Fatores familiares e desempenho escolar: uma abordagem multidimensional. **Dados**, v. 56, n. 3, p. 571-603, jul. 2013.
- BEZERRA, H. M. de C (*et al.*). Análise do perfil socioeconômico, demográfico e epidemiológico da população do município de Feira de Santana (BA). **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 44, n.4, p. 144-159, 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.
- CARDOSO, Carlos Dannyel Fernandes *et al.* O papel da escola pública na redução das desigualdades sociais e educacionais no Brasil contemporâneo. **Revista de Geopolítica**, v. 16, n. 5, p. e1052, 2025.
- CEDAC. **Projeto político-pedagógico: orientações para o gestor escolar/ textos Comunidade Educativa CEDAC**. – São Paulo: Fundação Santillana, 2016.
- FONTANA, F.; PEREIRA, A. C. T. Pesquisa documental. Magalhães Júnior CAO, Batista MC, organizadores. **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2. ed. Ponta Grossa: Atena, p. 42-58, 2023.
- GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**, 2010.
- OLIVEIRA, A. P. S.; SILVA, M. F.; CARVALHO FILHO, J. J. A dimensão pedagógica do currículo instituinte: análise de um PPP de Rondônia. **Revista Ciênc. Tecnol. Reg. Norte**, v. 8, n. 1, p. 115-120, 2022.
- PEREIRA, S. P. P. B.; SÔNEGO, F. Gestão democrática e o projeto político pedagógico (PPP): distanciamentos e aproximações. **Revista Periferia**, v. 17, p. 1-26, 2025.
- PPP. **Projeto Político-Pedagógico: Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS)**, 1995.

SANTOS, A. G. A.; MACEDO, C. E. G.; AGRA, C. A.; PEREIRA, E. R. G.; AGRA, E. A. O Projeto Político Pedagógico (PPP) e o processo de inclusão na educação infantil: uma revisão integrativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 1189-1203, 2022.

SANTOS, R. O. Projeto Político Pedagógico (PPP) e suas implicações em uma comunidade escolar. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 11, n. 1 – Palmas – TO, 2024.

SEFFNER, F.; BARZOTTO, C. E. Tira gênero, bota gênero: cultura escolar, diversidade e desigualdade. **Revista Interritórios**, v. 10, n. 9, p. 1-24, 2024.



CAPÍTULO 3

**O Sorteio Público do
Colégio de Aplicação da
Universidade Federal de
Sergipe: uma análise do
perfil socioeconômico
e do perfil escolar dos
alunos (2010 - 2014)**

DOI: 10.35260/54212816p.65-84.2026

*Robson Andrade de Jesus
Maria José Nascimento Soares
Jailton de Jesus Costa
Gênisson Lima de Almeida
José Genivaldo Martires*

Alunos do CODAP/UFS contemplados no projeto “Um Computador por Aluno” (UCA), em 2011, para uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação.



Fonte: Disponível em: <https://professornemesioucacadapufs.blogspot.com/>
Blog do Prof. Me. Nemésio Augusto Álvares Silva.

Resumo

Com vistas a atenuar as desigualdades educacionais e socioeconômicas, o sorteio público de vagas é uma das formas de ingresso em instituições federais de ensino básico no Brasil. Em seu processo de admissão, esse modelo foi implementado pelo Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) desde 2010, modificando a dinâmica escolar frente à diversidade socioeconômica da comunidade. Com isso, o objetivo deste capítulo é analisar o perfil socioeconômico e o perfil escolar dos alunos do CODAP/UFS que ingressaram entre 2010 e 2014, após a entrada de alunos advindos do sorteio público de vagas. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem de caráter

quali-quantitativo, de natureza aplicada, seguindo as etapas procedimentais: 1) pré-análise dos documentos; 2) utilização de critérios de inclusão e exclusão dos documentos; 3) seleção dos documentos; 4) organização e coleta dos dados; e 5) análise dos dados coletados nos documentos, a partir do teste qui-quadrado, considerando o valor de p ($p < 0,005$) para resultados significativos. Dentre os resultados, identificou-se uma relação com significância estatística entre o índice de reprovação e a baixa renda do grupo analisado, apontando fragilidades e desafios no processo de permanência desses alunos. Conclui-se que o sorteio público garantiu acesso à instituição de forma menos excludente, quando comparado às provas classificatórias, diversificando o perfil socioeconômico dos alunos, com uma tendência em direção à vulnerabilidade socioeconômica.

Palavras-chave: Democratização do Acesso; Educação Escolar; Provas Classificatórias; Rendimento Escolar.

Introdução

O método de seleção de estudantes com base nas provas classificatórias aponta fragilidades em relação à democratização do acesso às instituições de ensino público. Nesse cenário, de acordo com Lima (2023, p. 154), o sorteio público emerge como forma de ingresso menos excludente, assim como ocorre em 82% dos Colégios de Aplicação⁸ do país que, historicamente, “seguiram a mesma lógica das universidades onde se encontram inseridos, caracterizando-se como espaços elitizados, destinados às classes dominantes do ponto de vista do capital econômico, político, social e simbólico”.

8 Vinculados às Universidades Federais do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio Grande do Sul (UFRGS), Minas Gerais (UFMG), Sergipe (UFS), Santa Catarina (UFSC), Pará (UFPA), Juiz de Fora (UFJF), Goiás (UFG), Uberlândia (UFU), Rio Grande do Norte (UFRN), Acre (UFAC), Roraima (UFRR), Fronteira Sul (UFF) e Pernambuco (UFPE).

É o caso do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS), que instituiu o sorteio público em seu processo de admissão (UFS, 2008), como forma de garantir uma maior possibilidade de acesso aos alunos em diferentes contextos. Além dessa forma de acesso mais ampla, há ainda a possibilidade de matrícula por transferência *ex officio*, amparada legalmente pela Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997, desde que ocorra entre instituições de ensino congêneres.

No período em que o CODAP/UFS utilizava provas classificatórias como forma de ingresso, podendo citar o recorte entre 1969 e 1971, “a alta seletividade proporcionada por esses exames determinou um perfil discente oriundo de famílias economicamente elitizadas, cujos estudantes eram provenientes de instituições particulares vistas como conceituadas no cenário educacional sergipano”, como expõem Almeida e Conceição (2023, p. 16).

O ingresso de alunos, por intermédio do sorteio público de vagas no CODAP/UFS, iniciado em 2010, “provocou alterações na cultura escolar e exigiu mudanças e/ou adaptações nos processos pedagógicos a fim de atender, de forma eficiente e adequada, às necessidades dessa nova clientela que recorria à escola” (Almeida; Conceição, 2023, p. 4). Essas mudanças podem ser provocadas devido às diversidades nos perfis socioeconômico e escolar dos discentes.

No entanto, o estudo de Bispo (2018, p. 88) evidencia uma lacuna na literatura científica ao descrever o perfil socioeconômico dos alunos dessa instituição de ensino entre 2010 e 2015, “uma vez que nenhum dos setores técnico-pedagógicos do CODAP/UFS dispunha de documentação de acompanhamento discente que permitisse identificar tal perfil”. Apesar disso, a autora conclui que o CODAP/UFS pode e deve ser considerado como uma instituição de excelência.

Em contraposição à elitização da educação escolar, defende-se que

a escola pública deve oferecer um ensino de qualidade para as diferentes classes, independentemente da origem social e econômica da população e, para obter uma conjuntura fidedigna da realidade, é pertinente resgatar os perfis socioeconômico e escolar dos alunos que ingressaram no período de maior incidência de retenções, em 2013, cujo Indicador de Rendimento foi 0,68, o menor já registrado pelo Inep (2023).

Delimita-se, assim, o problema de pesquisa a partir da seguinte questão norteadora: qual é a relação entre os perfis socioeconômico e escolar dos alunos do CODAP/UFS após o ingresso via sorteio público de vagas, em 2010?

Ratificando a questão apresentada, este capítulo tem como objetivo analisar os perfis socioeconômico e escolar dos alunos do CODAP/UFS que ingressaram entre 2010 e 2014, advindos do sorteio público de vagas.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa tem abordagem quali-quantitativa, com objetivo descritivo e exploratório. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental, baseada nos dossiês dos alunos, armazenados em caixas de arquivo adequadas para documentos de preservação permanente, depositadas na secretaria do colégio.

Para tanto, adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: 1) pré-análise dos documentos; 2) utilização de critérios de inclusão e exclusão dos documentos; 3) seleção dos documentos; 4) organização e coleta dos dados; e 5) análise dos dados coletados nos documentos.

Na primeira etapa, a pré-análise, notou-se que os dossiês são agrupados por turmas concluintes, em ordem alfabética, organizados pela

equipe técnico-pedagógica, com auxílio do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do CODAP/UFS (CEMDAP)⁹. Sendo assim, como técnica qualitativa, foi necessário analisar os documentos inseridos nas pastas de concluintes entre 2016 e 2023, na perspectiva de encontrar os alunos que ingressaram após o sorteio público de vagas, em 2010.

Na segunda etapa metodológica, para maior precisão do estudo, foram utilizados critérios de inclusão e exclusão: incluíram-se dossiês de alunos matriculados no CODAP/UFS entre 2010 e 2014 e que permaneceram nessa instituição até a conclusão do Ensino Médio; por outro lado, foram excluídos os dossiês dos alunos evadidos, transferidos e daqueles que não possuíam a documentação necessária para responder ao problema desta pesquisa. A partir dos critérios utilizados, obteve-se uma amostra por conveniência, totalizando cento e noventa e nove (n = 199) dossiês de alunos.

Na terceira etapa, a seleção dos documentos, foram utilizadas as fichas de matrícula; os comprovantes de residência, tanto como indicador de baixa renda¹⁰ quanto para geolocalização dos alunos, o que permitiu uma análise socioeconômica das moradias; os históricos escolares emitidos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), para análise referente à procedência escolar e ao desempenho acadêmico dos alunos; e a relação de contemplados no Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro, instituído em 2013, por meio da Resolução nº 01/2013/CONSU, como outro indicador de baixa renda.

Assim, na quarta etapa metodológica, os dados foram coletados e organizados com o auxílio do Google Forms, o qual possibilitou uma

⁹ Localizado na Ala B do CODAP/UFS, o CEMDAP tem como objetivo capacitar, organizar, preservar e disponibilizar os acervos documentais relacionados com o CODAP/UFS, além da produção de pesquisas e o desenvolvimento de atividades pedagógicas (Codap, 2024).

¹⁰ A partir da Tarifa Social, isto é, um desconto na conta de energia concedido às famílias de baixa renda, cadastradas no CadÚnico do Governo Federal, com renda de até meio salário-mínimo por pessoa.

tabulação sistemática no Microsoft Excel. Com esses dados, foi possível filtrar e realizar análises estatísticas, como técnica quantitativa correspondente à última etapa metodológica, com associações entre variáveis categóricas nominais (rendimento escolar e baixa renda), empregando o teste qui-quadrado.

A interpretação dos resultados envolve a análise do valor de p e da tabela de contingência, elaborada com o auxílio do software Jamovi, considerando valores abaixo de 0,05 ($p < 0,05$) como significativos. Quando não são cumpridos os pressupostos para o teste qui-quadrado, o teste exato de Fisher é empregado sob essa mesma ótica.

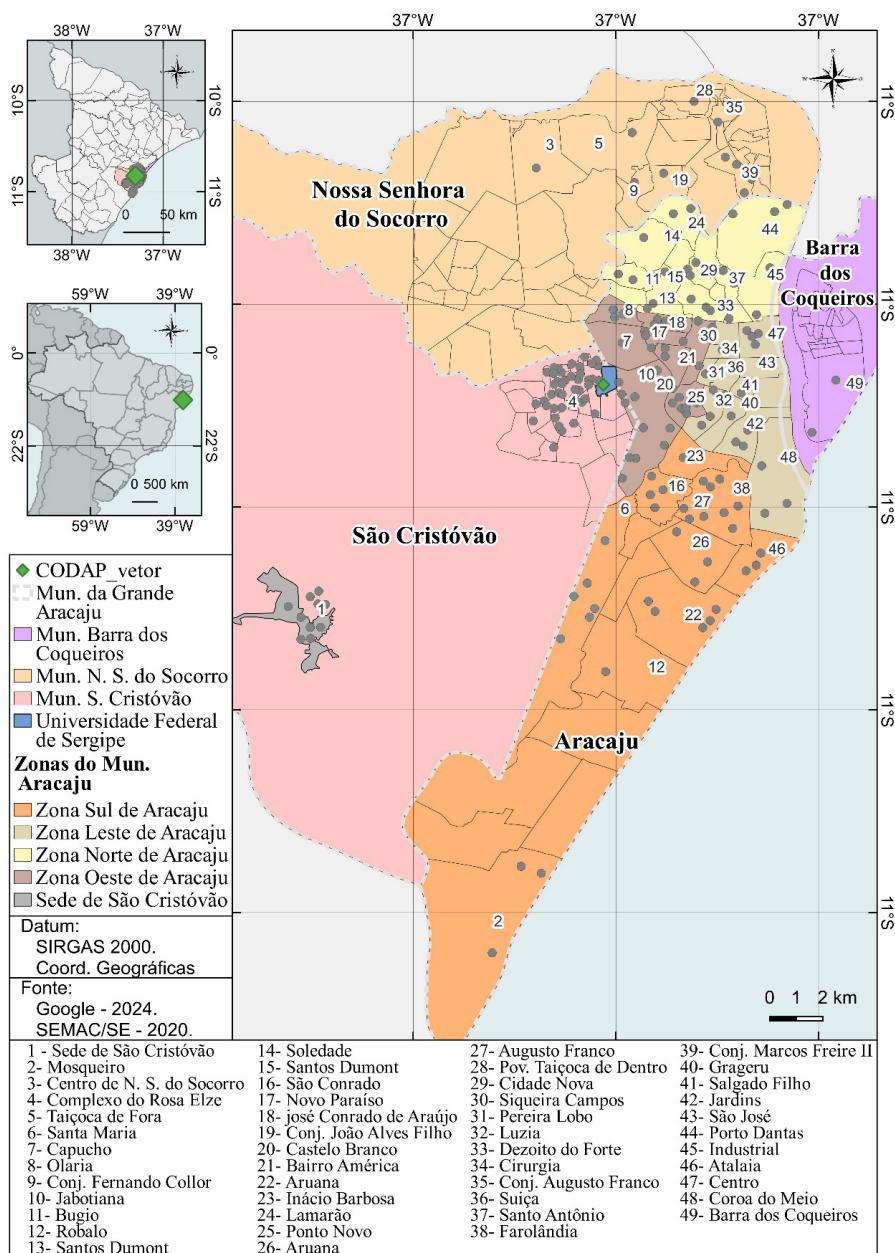
Resultados e Discussão

Para estabelecer um panorama dos aspectos socioeconômicos da comunidade escolar deste estudo, foi elaborado um mapa de geolocalização referente às moradias dos estudantes (Figura 1). A maior parte das famílias residia em Aracaju/SE (61,3%), capital sergipana, seguida por São Cristóvão/SE (27,1%) e Nossa Senhora do Socorro/SE (5,5%), além de outros municípios, como Itabaiana/SE, Itabaianinha/SE e Barra dos Coqueiros/SE, representando 4% da população estudada, enquanto 2,1% não dispunha de documentos para tal identificação.

Destaca-se a localização do CODAP/UFS na Grande Rosa Elze¹¹, em São Cristóvão/SE, por concentrar 21,1% dos alunos (Figura 1). Segundo Santos e Araújo (2021), morar no entorno do colégio reflete em uma rotina diferente daquela dos alunos que moram mais distantes e utilizam o transporte diariamente, aspecto que, além de implicar na otimização do tempo, proporciona maior segurança, fatores que podem corroborar o desenvolvimento escolar dos estudantes.

¹¹ É composto pelos bairros Conjunto Eduardo Gomes, Conjunto Lafaiete Coutinho, Conjunto Luiz Alves, Conjunto Madre Paulina, Conjunto Maria do Carmo 3, Jardim Rosa Elze, Jardim Universitário, Loteamento Tijuquinha, Loteamento Rosa do Oeste, Loteamento Nosso Lar.

Figura 1 – Mapa de geolocalização dos alunos do CODAP/UFS (2010 - 2014).



Elaboração: Autores (2024).

Um ponto importante nessa discussão espacial e que tem relação direta com a renda são os gastos que a família precisa ter com transporte escolar, o que implica diretamente na permanência desses estudantes na escola, caso residam em locais mais distantes. Sobre esse aspecto, Silva e Portugal (2022, p. 13) analisam que os programas de transporte escolar para o acesso à Educação devem “[...] atender às necessidades de acesso dos alunos às escolas, mas também conscientizar os governantes e tomadores de decisão quanto à importância desta temática na educação escolar”.

No entanto, a Grande Rosa Elze apresenta aspectos socioeconômicos com grandes desafios para o poder público. Para Lima, Barbosa e Oliveira (2020), essa região passa por um processo de urbanização com impactos negativos na sociedade, principalmente devido à falta de saneamento básico adequado. Esse processo foi impulsionado por políticas públicas de habitação e educação, sobretudo pela construção de conjuntos residenciais e pela instalação da UFS.

É fato que a criação do campus universitário dinamizou a região, melhorando o acesso e o transporte, e intensificou a especulação imobiliária, levando ao surgimento de novos conjuntos habitacionais. A UFS atraiu muitos estudantes, aumentando as atividades e os serviços na área. O crescimento da rede de serviços e empreendimentos imobiliários atende às demandas dos estudantes da UFS, mas o adensamento do bairro “[...] indica a necessidade da presença do poder público municipal, o qual tem se mostrado frágil diante de sua economia e das transformações socioespaciais” (Menezes, 2012, p. 9).

Nas proximidades geográficas da Grande Rosa Elze, encontra-se a Zona Oeste da capital sergipana, com 19,5% dos alunos (Figura 1), sendo diretamente afetada pelo crescimento populacional e pela ausência de saneamento básico. Conforme Lima (2021), as atividades imobiliárias na Zona Oeste, em especial nas áreas com novos empreendimentos do bairro Jabotiana, precarizaram a infraestrutura

existente, trazendo várias consequências socioeconômicas ao bairro, como a insegurança dos espaços públicos e a falta de atividades econômicas para os moradores.

O cenário de vulnerabilidade socioeconômica da Zona Oeste se agrava no bairro Olaria e circunvizinhos, por apresentar “[...] a mais baixa cobertura de esgotamento sanitário em vários locais [...]” (Santos; Araújo, 2021, p. 20), tornando-se fator de risco para a saúde da população. Em suas pesquisas, Dias e Gois (2021) apresentam a importância dos cuidados com o bem-estar para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, enfatizando a necessidade de promoção da saúde na sociedade.

Essa vulnerabilidade socioeconômica assenta-se, principalmente, na Zona Norte de Aracaju/SE. Sob o ponto de vista de Santos (2023, p. 20), os moradores dessa zona “[...] sofrem com as desigualdades socioespaciais e econômicas produzidas e reproduzidas por meio dos modos de expansão urbana da capital sergipana, regida pela lógica de produção capitalista”. A expansão urbana e a ausência de infraestrutura da Zona Norte, com 14,5% da população estudada (Figura 1), criam barreiras para a permanência dos alunos moradores dessa região até a conclusão da Educação Básica.

Em contrapartida, como expõe Vilar (2002), em geral, a Zona Sul é considerada o epicentro das famílias com maior poder aquisitivo de Aracaju/SE, em virtude de sua localização estratégica, próxima aos bairros com maiores centros comerciais e pela presença de infraestrutura urbana de qualidade, incluindo pavimentação adequada, saneamento básico, iluminação pública, fornecimento de água e coleta regular de resíduos sólidos.

Entretanto, no município de Aracaju/SE, as áreas periféricas do extremo norte e sul são as mais vulneráveis social e economicamente, em razão da ocupação desordenada e de problemas ambientais, em

especial nos bairros Lamarão, Cidade Nova e Santa Maria, por apresentarem um contexto familiar com condições precárias, além dos altos índices de analfabetismo ou baixa escolaridade dos pais ou responsáveis (Aracaju, 2019).

Ou seja, a mapografia social do município de Aracaju/SE descreve pontos críticos no extremo sul, revelando que a Zona Sul também apresenta vulnerabilidades socioeconômicas a partir dos múltiplos cenários existentes. Nesta pesquisa, constatou-se que 7,5% dos alunos moravam no extremo sul de Aracaju/SE, a exemplo do bairro Santa Maria, enquanto 9,5% dos alunos moravam em bairros com maior poder aquisitivo, como Atalaia e Farolândia (Figura 1).

Já os alunos localizados na Zona Leste de Aracaju/SE estão em menor concentração na capital, com 10,3% da população estudada. Conhecida por sua intensa atividade comercial, essa zona é dicotômica: de um lado, há maior concentração de estabelecimentos comerciais no centro do município e, de outro, bairros com situações socioeconômicas favoráveis para o avanço escolar, como Treze de Julho, Luzia e Grageru. Segundo Santos (2023), esses bairros exemplificam a disparidade espacial e a distribuição desigual de recursos públicos destinados à infraestrutura urbana, especialmente quando comparados à Zona Norte.

Além das zonas mencionadas de Aracaju/SE, há presença de alunos no município de Nossa Senhora do Socorro/SE (Figura 1). De acordo com o IBGE (2010), no período em que os alunos desse município ingressaram no CODAP/UFS, 42% dos moradores viviam com renda mensal de até meio salário mínimo, e a educação escolar apresentava baixos indicadores governamentais, com nota 2,7 no Ideb.

Com os resultados e discussões apresentados até o momento, os alunos do CODAP/UFS, em sua maioria, que ingressaram após o sorteio público, em 2010, moravam em ambientes em situação de

vulnerabilidade socioeconômica. Como forma de atenuar a disparidade socioeconômica entre os estudantes que ingressaram por meio do sorteio público, houve a regulamentação do Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro, em 2013. O objetivo foi assegurar a permanência dos alunos de baixa renda em contrapartida ao seu envolvimento em atividades de cunho artístico, cultural, científico e desportivo.

Entende-se que “a assistência estudantil colabora para a inclusão de parcela significativa de estudantes vulneráveis, fazendo com que permaneçam na instituição e participem de atividades que, de outra forma, estariam impedidos” (Carvalho; Dias, 2021, p. 32). O cenário de vulnerabilidade socioeconômica apontado neste estudo entra em contraste com o observado no Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959–1968), período em que o CODAP/UFS não estava integrado à UFS e adotava um processo seletivo classificatório para ingresso.

Nos estudos realizados por Melo e Conceição (2021, p. 89), o Ginásio de Aplicação era composto por um público “formado, majoritariamente, por filhos de famílias de estratos econômicos médios ou ricos, onde se concentravam populações de maior poder aquisitivo e provenientes de escolas privadas”. Ao comparar esses dois momentos históricos, antes e após a federalização do CODAP/UFS, nota-se como a forma de ingresso na instituição corrobora para a mudança do perfil socioeconômico dos alunos.

Para além da geolocalização dos alunos, notaram-se outros dois indicativos de baixa renda, a saber: a relação de contemplados no Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro e a tarifa social presente nos comprovantes de residência existentes nos dossiês dos alunos. Esta investigação determinou uma relação significativa ($p = 0,038$) entre o aluno de baixa renda e o seu rendimento escolar, como demonstra a tabela de contingência (Tabela 1).

Tabela 1 – Relação entre o rendimento escolar e a vulnerabilidade socioeconômica (p = 0,038*).

Situação socioeconômica		Rendimento Escolar		
		Sempre aprovado	Pelo menos uma reprovação	Total
Baixa renda	Observado	50	33	83
	% em linha	60.2%	39.8%	100.0%
Sem dados no dossiê	Observado	86	30	116
	% em linha	74.1%	25.9%	100.0%
Total	Observado	136	63	199
	% em linha	68.3%	31.7%	100.0%

Elaboração: Autores com o auxílio do *Jamovi* (2024).

Os resultados indicam que, dentre os alunos que reprovaram pelo menos uma vez (63 no total), os de baixa renda repetiram de ano com maior frequência (33 reprovações). Esses alunos que repetiram pelo menos um ano letivo, em sua maioria (57%), moravam em áreas em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Grande Rosa Elze e do extremo sul e norte de Aracaju/SE, como Lamarão e Santa Maria, respectivamente. Segundo Araújo *et al.* (2020), a melhoria na condição socioeconômica impacta positivamente as notas dos estudantes, reforçando a importância das políticas públicas de redistribuição de renda para reduzir as desigualdades existentes.

Além disso, carecia-se também de mecanismos de avaliação do desempenho escolar. Dentre esses mecanismos, pode-se citar o Conselho de Classe, instituído em 2008, como “órgão consultivo, normativo e deliberativo em assuntos didático-pedagógicos e disciplinares” (UFS, 2008, p. 8). Segundo Rocha e Silva (2021), o Conselho de Classe tem como objetivo analisar o processo de ensino e aprendizagem, refletindo em menores índices de reprovação.

Contudo, visto o número de reprovações, tornou-se necessário complementar a instituição do Conselho de Classe para subsidiar sua

operacionalização, a partir de um direcionamento mais específico, a fim de consolidar sua função pedagógica, em um documento próprio aprovado na 14ª Assembleia do Conselho Geral do CODAP/UFS, em 22 de julho de 2014.

Enquanto “órgão responsável pelo acompanhamento do processo do desempenho escolar das turmas do Ensino Fundamental e Médio” (UFS, 2014, p. 1), o Conselho de Classe passou a ampliar o protagonismo discente, promovendo a autoavaliação das turmas, além da definição da periodicidade, com três reuniões ao longo do ano letivo, cada uma delas organizada em dois momentos: um com a presença do(a) representante de turma e outro sem a sua presença.

Esta pesquisa ainda aponta um paradoxo inerente à procedência escolar da rede pública e da rede privada, mesmo não havendo relação com significância estatística entre o rendimento e a procedência escolar. Embora a literatura científica indique que a educação pública no Brasil tem sido depreciada (Alves, 2020), favorecendo a educação privada, a taxa de reprovação no CODAP/UFS entre alunos oriundos de escolas particulares é maior, com 23,1%, em comparação com aqueles de escolas públicas, com 6,5%, na mesma proporção (Tabela 2).

Tabela 2 – Frequências de rendimento e procedência escolar.

Rendimento escolar	Procedência escolar	Contagens	% do Total	% acumulada
Sempre aprovado	Somente escola particular	108	54.3%	54.3%
	Somente escola pública	18	9.0%	63.3%
	Escola particular e pública	8	4.0%	67.3%
	Não informado	2	1.0%	68.3%
Pelo menos uma reprovação	Somente escola particular	46	23.1%	91.5%
	Somente escola pública	13	6.5%	98.0%
	Escola particular e pública	4	2.0%	100.0%
	Não informado	0	0.0%	100.0%

Organização: Autores com auxílio do *Jamovi* (2024).

Predominou o ingresso de alunos provenientes de escolas particulares que, em geral, estão localizadas próximas às residências. Nessa conjuntura, Alves (2020) alega que, mesmo em bairros periféricos, os pais/responsáveis fazem sacrifícios para pagar as escolas privadas locais, na esperança de oferecer uma educação de melhor qualidade para seus filhos, situação que pode justificar o alto percentual (77,4%) de alunos com procedência exclusiva de escolas particulares, em virtude de sua geolocalização.

Contudo, a qualidade dessas escolas pode variar, e os pequenos centros educacionais podem não fornecer uma dinâmica escolar, no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, que sustente a dinâmica diferenciada do CODAP/UFS, como a inserção de três línguas estrangeiras (Inglês, Espanhol e Francês) e Desenho Geométrico, não comuns ao currículo escolar das instituições precedentes.

Em contrapartida, considerando a geolocalização dos alunos, presume-se a necessidade de recursos financeiros para custear a alimentação e o transporte até a conclusão do Ensino Médio no CODAP/UFS, o que pode ser suprido com a renda antes destinada ao pagamento da mensalidade escolar. Essas necessidades podem limitar o número de inscritos no sorteio público de vagas e, conseqüentemente, de sorteados entre os alunos de baixa renda, que, por essa razão, estudam na rede pública estadual e municipal.

Para além disso, deve-se reconhecer que o ingresso nos Colégios de Aplicação no Brasil não apenas otimiza a economia familiar mensal, mas amplia a possibilidade de acesso ao Ensino Superior por meio de cotas de escolas públicas, garantidas pela Lei de Cotas. Ou seja, esses alunos têm aulas com professores mestres e doutores, participam de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão que corroboram para sua formação acadêmica e, na tentativa de acessar o Ensino Superior público, concorrem com outros alunos que, por sua vez, não tiveram essas mesmas oportunidades.

Considerações Finais

O objetivo deste capítulo foi analisar o perfil socioeconômico e o perfil escolar dos alunos do CODAP/UFS que ingressaram entre 2010 e 2014, após a entrada de alunos advindos do sorteio público de vagas, mediante o seguinte questionamento: qual é a relação entre os perfis socioeconômico e escolar dos alunos do CODAP/UFS após o ingresso via sorteio público de vagas?

O perfil socioeconômico incidiu diretamente no rendimento escolar dos alunos, relação determinada com significância estatística, indicando que as diferenças nas condições socioeconômicas estão associadas às variações no desempenho acadêmico dos alunos, com incidência probabilística.

Essa relação foi reflexo da diversidade socioeconômica do grupo analisado, o qual apresentou uma tendência em direção à maior vulnerabilidade socioeconômica dos alunos, visto sua geolocalização. Nesse período, houve a implementação de políticas de permanência e, com isso, o fortalecimento do sorteio público de vagas no processo de democratização do ensino público do CODAP/UFS.

Diante disso, pode-se citar a regulamentação do Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro e do Conselho de Classe como ferramentas fundamentais para a permanência dos alunos entre 2010 e 2014. Contudo, este estudo apontou limitações quanto à análise do impacto desses instrumentos, cabendo novas investigações.

Por fim, o sorteio público de vagas do CODAP/UFS mostrou-se como uma ferramenta de acesso menos excludente e, para torná-la mais inclusiva no período analisado, foi necessário adotar outros mecanismos para corroborar para a permanência dos alunos com maior vulnerabilidade socioeconômica e, com isso, garantir uma educação pública eficaz.

Referências

ALMEIDA, S. E. S.; CONCEIÇÃO, J. T. Formas de seleção de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS. A busca por um perfil estudantil “ideal” (1969–1981). **Revista História da Educação**, v. 27, 2023

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas – Educação**, v. 8, n. 3, p. 348–365, 2020.

ARACAJU. **Mapografia Social do Município de Aracaju**. 2019.

ARAUJO, J. M.; MARTIN, D. G.; FERREIRA, M. A. M.; FARIA, E. R. de. Fatores determinantes do desempenho educacional no Sudeste Brasileiro. **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 38, p. 3507–3525, 2020.

BISPO, M. M. G. O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe: entre excelência e referência. 2018.169 f. **Tese de Doutorado** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

CARVALHO, E. R.; DIAS, M. S. L. A assistência estudantil no IFPR: a construção de um objeto de estudo. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, 2021.

DIAS, P. S.; GOIS, M. E. J. Revisão de literatura: intervenções em saúde e educação no contexto escolar. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, pág. e47410917766, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Panorama de Nossa Senhora do Socorro**.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

LIMA, A. C. C. L.; BARBOSA, J. R. M. OLIVEIRA, J. M. Diversidades de impactos ambientais no Grande Rosa Elze, São Cristóvão-SE. In: **Interfaces de saberes: ambientes, sociedades e interdisciplinaridade**. Nascimento, A. V. *et al.* (Org.) -- 1. ed.-- Aracaju, SE : Criação Editora, 2020.

LIMA, S. N. G. A escola, a comunidade e o manguezal: caminhos para a conservação a partir da educação ambiental crítica no bairro Jabotiana em Aracaju-SE. 2020. 175 f. **Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais)** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

LIMA, V. A. Cotas na educação básica: uma análise da atuação de políticas em uma escola pública federal. 2023. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MELO, R. C.; CONCEIÇÃO, J. T. O perfil estudantil do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968). **Boletim Historiar**, [S. l.], v. 8, n. 04, 2021.

MENEZES, C. R. C. Dinâmica Urbana do Bairro Rosa Elze: o papel das políticas públicas na transformação do espaço. **Scientia Plena**, v. 7, n. 11, 2012.

ROCHA, R.S.F. S.; SILVA, E.F. O papel do conselho de classe para organização do trabalho pedagógico. **Lin. Crít.**, v. 27, p. e34603.

SANTOS, M. A mobilidade urbana frente à pandemia da Covid-19 em Aracaju: o direito à cidade e à saúde. 2023. 176 f. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)** – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SANTOS, F. F. S.; ARAÚJO, H. M. Clima e fatores socioambientais na configuração espacial da leptospirose em Aracaju/se. **Revista Equador (UFPI)**, v. 10, N.º 1, 2021, p. 303 – 328.

SILVA, D. P.; PORTUGAL, L. S. **Acesso à escola e o papel do transporte escolar**: na realidade educacional brasileira. In: 19º Rio de Transportes (19º RDT), 2022, Rio de Janeiro. 19º Rio de Transportes (19º RDT). Rio de Janeiro: RDT, 2022.

UFS. **Resolução N° 31/2008/CONSU**. Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe. Regimento do Colégio de Aplicação, 8 de outubro de 2008.

UFS. **Resolução N.º 01/2013/CONSU**. Cria e Normatiza o Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro para estudantes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe – CODAP/UFS.

UFS. **Regulamento do Conselho de Classe**. Aprovado na 14ª Assembleia do Conselho Geral do Codap, em 22 de julho de 2014.

VILAR, J. W. C. Os espaços diferenciados da cidade de Aracaju: uma proposta de classificação, **Revista de Aracaju**, ano LLX, nº 9, 2002, pp.87-99.



CAPÍTULO 4

**O Índice de
Desenvolvimento da
Educação Básica e o Perfil
Socioeconômico dos Alunos:
uma análise do Colégio de
Aplicação da Universidade
Federal de Sergipe**

DOI: 10.35260/54212816p.85-106.2026

*Robson Andrade de Jesus
Wagner Santiago de Souza
Jailton de Jesus Costa
Carlos Rodolfo Sampaio*

Mostra de Artes Visuais durante a XXI Jornada Esportiva Cultural e Científica do CODAP/UFS, em 2013, evento que tem como finalidade a divulgação das atividades desenvolvidas durante o ano letivo.



Foto: Schirlene Reis (2013).

Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/12662-jornada-esportiva-cultural-do->

Resumo

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é uma das principais avaliações externas das escolas de Educação Básica do Brasil, levando em consideração o Indicador de Rendimento, calculado mediante o fluxo escolar, e a Nota Média Padronizada, resultante do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Nesse sentido, o objetivo deste capítulo foi analisar o Ideb referente ao Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) do CODAP/UFS, com ênfase no perfil socioeconômico dos estudantes com baixo rendimento escolar, no ano de 2013, período que apresentou os menores indicadores já registrados.

Metodologicamente, trata-se de um estudo quanti-qualitativo, de natureza aplicada, baseado em dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e nos históricos escolares dos alunos retidos no CODAP/UFS, em 2013, emitidos por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Como resultado, este estudo indicou que o Ideb do CODAP/UFS tem variado, apresentando períodos de crescimento (2007–2011 e 2015–2019) e outros de declínio, como em 2013, quando o perfil socioeconômico dos alunos retidos, advindos do sorteio público de vagas, tendeu à vulnerabilidade socioeconômica. Como forma de auxiliar no processo de permanência desses alunos, identificaram-se mudanças no Sistema de Avaliação, em 2011; a implementação do Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro, em 2013; e a elaboração de um documento próprio para melhorar a operacionalização do Conselho de Classe, aprovado em 2014. Conclui-se que o sorteio público de vagas tem se consolidado como um mecanismo de acesso menos excludente, mas necessita da integração e adaptação constante de ordem técnico-pedagógica para obter resultados mais satisfatórios no Ideb, o qual, ao apresentar fragilidades locais, demandou a adoção de estratégias para aprimorar seus indicadores.

Palavras-chave: CODAP; Desempenho Escolar; Ideb; Rendimento Escolar; Sorteio Público.

Introdução

As avaliações externas à escola têm a finalidade de medir a qualidade da educação escolar em larga escala. Justifica-se a criação dessas avaliações frente à necessidade de transparência e divulgação das informações sobre o desempenho dos alunos para toda a comunidade escolar, incluindo gestores educacionais e as famílias (Vasconcelos; Leal; Araujo, 2020). Nesse contexto, tem-se o Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), composto pelos seguintes indicadores: o Indicador de Rendimento e a Nota Média Padronizada.

Assim, o Ideb combina o Indicador de Rendimento, calculado mediante o fluxo escolar, a partir das taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar dispostas no Censo Escolar¹²; e a Nota Média Padronizada, por intermédio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que, desde 2019, contempla a seguinte matriz curricular: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Língua Portuguesa e Matemática, além de questionários socioeconômicos.

Contudo, para computar a Nota Média Padronizada, levam-se em consideração apenas as notas referentes às áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Realizado a cada dois anos, o Saeb é aplicado por “amostragem de alunos nas séries finais do primeiro e segundo ciclo do Ensino Fundamental (5º e 9º anos) e do Ensino Médio (3º ano) de escolas públicas e privadas” (Sudene, 2021, p. 30).

Conforme o Inep (2023), a combinação entre esses dois indicadores, visivelmente complementares, corrobora para estudos e análises sobre a qualidade educacional. Um sistema educacional com altos índices de reprovação contribui para o abandono escolar e, por isso, não pode ser considerado desejável, mesmo que estudantes que concluam a Educação Básica alcancem elevadas pontuações em exames padronizados.

Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem a Educação Básica no período adequado deixa de ser interessante caso a aprendizagem escolar seja insuficiente para lidar com os problemas da vida cotidiana. Desse modo, o ideal seria um sistema de ensino em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, sem reprovações ou abandono precoce, e que, ao final, pudessem adquirir as habilidades e competências necessárias para exercer sua cidadania (Inep, 2023).

¹² É uma ferramenta que auxilia no monitoramento da Educação Básica Nacional pública e privada. Por meio dele, há coleta de dados estatísticos no final de cada ano, podendo citar o fluxo escolar (taxas de aprovações, reprovações, evasões e transferências), número de matrículas, formação docente e outros (Inep, 2025).

Os resultados do Ideb são divulgados a cada dois anos, em uma escala de 0 a 10. Quanto maior a nota, melhor é o desempenho em termos de aprovação e aprendizado dos alunos nas escolas e nos sistemas de ensino. Esse índice contribui para o planejamento pedagógico das instituições de ensino, pois auxilia nas discussões sobre necessidades, avanços e investimentos para a melhoria do aprendizado dos alunos (Inep, 2023; Mesquita, 2012; Sudene, 2021).

Em suas pesquisas, Soares e Santos (2024) identificaram fatores externos à escola que influenciaram os resultados do Ideb em escolas estaduais do Espírito Santo, incluindo o perfil socioeconômico dos alunos como uma das variáveis significativas, revelando, assim, que a desigualdade social e econômica das famílias tem impactado negativamente o desempenho das escolas no tocante ao Ideb.

Nessa circunstância, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) despertou atenção quando houve uma brusca redução no Ideb, em 2013, caindo 2,5 pontos. Esse período foi marcado por uma mudança significativa na principal forma de admissão, deixando as Provas Classificatórias e assumindo o sorteio público de ingresso no sexto ano do Ensino Fundamental, regulamentado pela Resolução nº 31/2008/CONSU.

Como forma de garantir maior possibilidade de acesso aos alunos em diferentes contextos socioeconômicos, o sorteio público pode ter diversificado o perfil dos estudantes, exigindo adaptações necessárias de ordem técnica e pedagógica para a manutenção da qualidade do ensino público, sobretudo no Indicador de Rendimento e na Nota Média Padronizada, que compõem o Ideb.

É nesse cenário que, em 2013, o Ideb do CODAP/UFS chama atenção, pois registrou o menor índice ao longo dos anos (4,4), justificando, assim, a necessidade de uma análise do Ideb dessa instituição de ensino, pesquisa e extensão, tida como referência no cenário nacional, como afirmou Bispo (2018), à luz do contexto socioeconômico dos alunos.

Com isso, este capítulo teve como objetivo analisar o Ideb referente ao Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) do CODAP/UFS, com ênfase no perfil socioeconômico dos estudantes com baixo rendimento escolar, no ano de 2013, período que apresentou os menores indicadores já registrados.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, de natureza aplicada, com objetivo exploratório e descritivo, baseado em dados primários disponibilizados pelo Inep (2023), como o Ideb e seus indicadores (Nota Média Padronizada e Indicador de Rendimento), além do histórico escolar dos alunos retidos no CODAP/UFS, em 2013, emitidos por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFS).

Com os dados do Inep (2023), foi possível elaborar um gráfico que ilustrou a evolução do Ideb e de seus respectivos indicadores, com uma projeção para o Ideb de 2015, tendo em vista a ausência do Indicador de Rendimento nas planilhas do órgão oficial, possivelmente não apresentado no Censo Escolar desse ano.

Para estimar esse valor desconhecido, considerou-se a interpolação entre os Indicadores de Rendimento referentes aos anos adjacentes, sendo eles: 0,68, em 2013, e 0,88, em 2017, resultando na seguinte média aritmética:

$$\frac{0,68 + 0,88}{2} = 0,78$$

A partir dessa projeção, pode-se obter um panorama completo do rendimento escolar e de suas implicações no Ideb, em uma análise com base na estatística descritiva, enquanto técnica quantitativa. Por

outro lado, como técnica qualitativa, pode-se analisar o perfil socioeconômico dos alunos do CODAP/UFS, a partir de suas geolocalizações, com a elaboração de um mapa cartográfico indicando sua moradia. Para tanto, consideraram-se o bairro e o município identificados no histórico escolar e, em seguida, as conclusões foram sustentadas em discussão com a literatura científica.

Com os dados do histórico escolar, foi possível quantificar e identificar as disciplinas com maiores índices de reprovação, o que permitiu explorar de forma minuciosa o rendimento escolar dos alunos do CODAP/UFS, sobretudo em 2013, quando houve o registro do menor Ideb dessa instituição.

Resultados e discussões

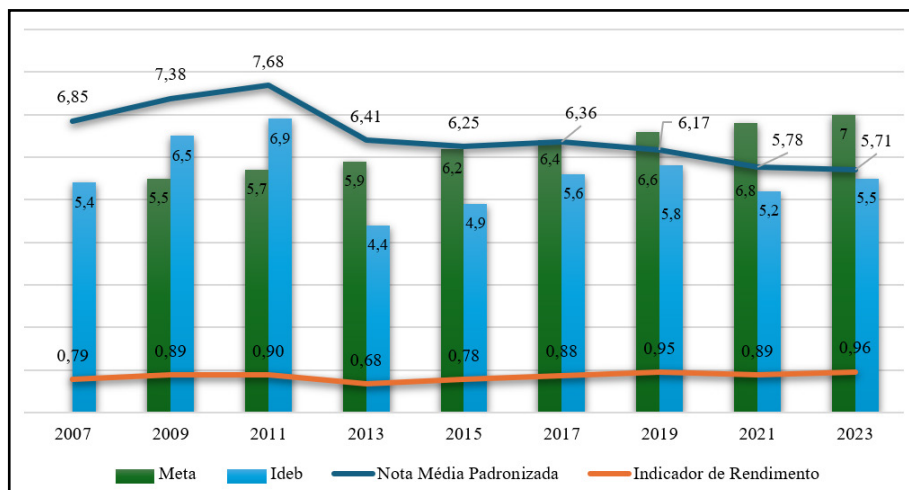
Desde a sua primeira avaliação, em 2007, o Ideb do CODAP/UFS tem variado, apresentando períodos de crescimento e outros de declínio, tanto na Nota Média Padronizada quanto no Indicador de Rendimento (Figura 1), carecendo de um olhar minucioso sobre as mudanças e adaptações em prol da manutenção da qualidade do ensino público.

Nesse ponto, Farias e Magalhães Junior (2018, p. 34) defenderam a necessidade da gestão escolar conhecer melhor a sua realidade por meio de avaliações externas e, com isso, utilizá-las para o desenvolvimento de práticas técnico-pedagógicas, “considerando a possibilidade de melhoria das condições de aprendizagem no ambiente escolar”.

Observou-se (Figura 1) que o Indicador de Rendimento e a Nota Média Padronizada, no período de 2007 a 2011, apresentaram um acréscimo relativo de 13,9% (valor absoluto: 0,11) e 12,1% (valor absoluto: 0,83 ponto), respectivamente. Nesse recorte temporal, houve a institucionalização do Conselho de Classe, segundo a Resolução nº 31/2008/CONSU, enquanto “órgão consultivo, normativo e deliberativo em

assuntos didático-pedagógicos e disciplinares, com atuação em cada turma” (UFS, 2008, p. 8).

Figura 1 – Ideb do CODAP/UFS referente ao Ensino Fundamental maior.



Fonte: Inep (2023). Organização: Autores (2025).

Trata-se de um espaço de diálogo que favorece a escuta ativa, “consolidando o conselho de classe como uma estratégia pedagógica eficaz na formação de sujeitos críticos e comprometidos com a convivência democrática” (Araújo; Almeida, 2025, p. 2). Nesse sentido, a institucionalização do Conselho de Classe, em 2008, pode ter corroborado para a tendência crescente dos Indicadores de Rendimento no CODAP/UFS em 2009 e 2011.

Nesse contexto, a combinação do crescimento dos dois indicadores fez o Ideb avançar de 5,4, em 2007, para 6,9, em 2011, e ficar acima da meta estabelecida em todos esses anos de avaliação, cenário que fortalece uma educação escolar de qualidade, assim como indicado por Bispo (2018).

Cabe ressaltar que, nesse período (2007–2011), os alunos ingressaram no CODAP/UFS via Provas Classificatórias que, conforme Souza e Klug (2025), indicam que fatores como renda e escolaridade dos pais/

responsáveis são determinantes no rendimento final dos alunos que ingressam por esse meio, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)¹³, principal prova de admissão à Educação Superior pública.

Nessa perspectiva, os resultados apresentados no Enem, segundo Moris (2022, p. 86), “reforçam a necessidade de investir em medidas como políticas de ações afirmativas que sejam efetivas e abrangentes, para reduzir as profundas desigualdades de acesso ao ensino superior e ampliar as possibilidades de ingresso para estudantes de classes sociais desfavorecidas”.

Sob o ponto de vista de Bispo (2018, p. 21), “alinhada às discussões sobre o fortalecimento de políticas de ações afirmativas nas IFES brasileiras e, conseqüentemente, na UFS”, o CODAP/UFS aderiu ao sorteio público de vagas, em 2010¹⁴, o que “gerou na comunidade escolar codapiana, sobretudo docente, expectativas e anseios, permeados por inquietações e dúvidas sobre o novo cenário socioeducacional que se delineava”.

Desse modo, o Indicador de Rendimento referente ao Ideb de 2011 (0,90) foi resultado de turmas oriundas tanto da Prova Classificatória (8º ao 9º ano do Ensino Fundamental) quanto do sorteio público (6º e 7º ano do Ensino Fundamental), sugerindo, assim, que a forma de ingresso não impactou significativamente o desempenho do CODAP/UFS, mesmo ainda contabilizando 10% de retenção.

Porém, “foi ainda nesse contexto de (des)acomodações pedagógicas, presentes nos primeiros anos da mudança na forma de ingresso, que se obteve o resultado do primeiro Ideb pós-sorteio, referente ao ano de 2013”, computando 4,4 pontos (Bispo, 2018, p. 21), menor registro do Ideb do CODAP/UFS (Figura 1).

13 O ENEM é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

14 Salienta-se que o Sorteio Público de Vagas foi instituído em 2018, através da Resolução N° 31/2008/CONSU, mas foi apenas em 2010 que as primeiras turmas advindas desse modelo, ingressaram no CODAP/UFS.

Resultado de uma combinação entre a queda da Nota Média Padronizada (6,41) e uma redução acentuada no Indicador de Rendimento (0,68), o Ideb do CODAP/UFS convergiu com a conjuntura brasileira da época, dado que 2013 representou o marco inicial no qual o Ideb do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) ficou abaixo das metas governamentais no tocante à rede pública¹⁵, segundo dados do Inep (2023).

Assim, este estudo sugere que desafios educacionais presentes na rede pública brasileira poderiam ser comuns ao CODAP/UFS, particularmente com relação à Nota Média Padronizada ou ao Indicador de Rendimento, indicadores-base para a computação do Ideb. Nesse caso, notou-se que o principal fator para a diminuição acentuada nessa instituição foi o Indicador de Rendimento, quando passou de 0,90, em 2011, para 0,68, em 2013, representando uma redução no rendimento escolar de 24,4%.

Essa redução evidencia fragilidades no fluxo escolar do CODAP/UFS, com uma taxa de 32% de reprovação ou evasão escolar, por exemplo, de alunos que ingressaram via sorteio público de vagas. Apesar disso, a redução da Nota Média Padronizada nesse ano (6,41) não foi extrema, principalmente se comparada com o resultado de 2007 (6,85), período em que o ingresso dos alunos ainda ocorria por meio de Provas Classificatórias.

No CODAP/UFS, o sorteio público de vagas “provocou alterações na cultura escolar e exigiu mudanças e/ou adaptações nos processos pedagógicos, a fim de atender, de forma eficiente e adequada, às necessidades dessa nova clientela que recorria à escola” (Almeida; Conceição, 2023, p. 4).

Para tanto, foi necessário entender as características dessa “nova clientela” descrita pelos autores supracitados e, por isso, este estudo apresentou um recorte do perfil socioeconômico dos estudantes que

15 Salienta-se que o Sorteio Público de Vagas foi instituído em 2018, através da Resolução N° 31/2008/CONSU, mas foi apenas em 2010 que as primeiras turmas advindas desse modelo, ingressaram no CODAP/UFS.

apresentaram baixo rendimento escolar, em 2013. Afinal, em concordância com Guindani, Koga e Grendene (2014), para compreender a situação escolar, não basta apenas levar em consideração a infraestrutura ou a qualificação docente; é necessário também considerar as condições sociais e econômicas das famílias.

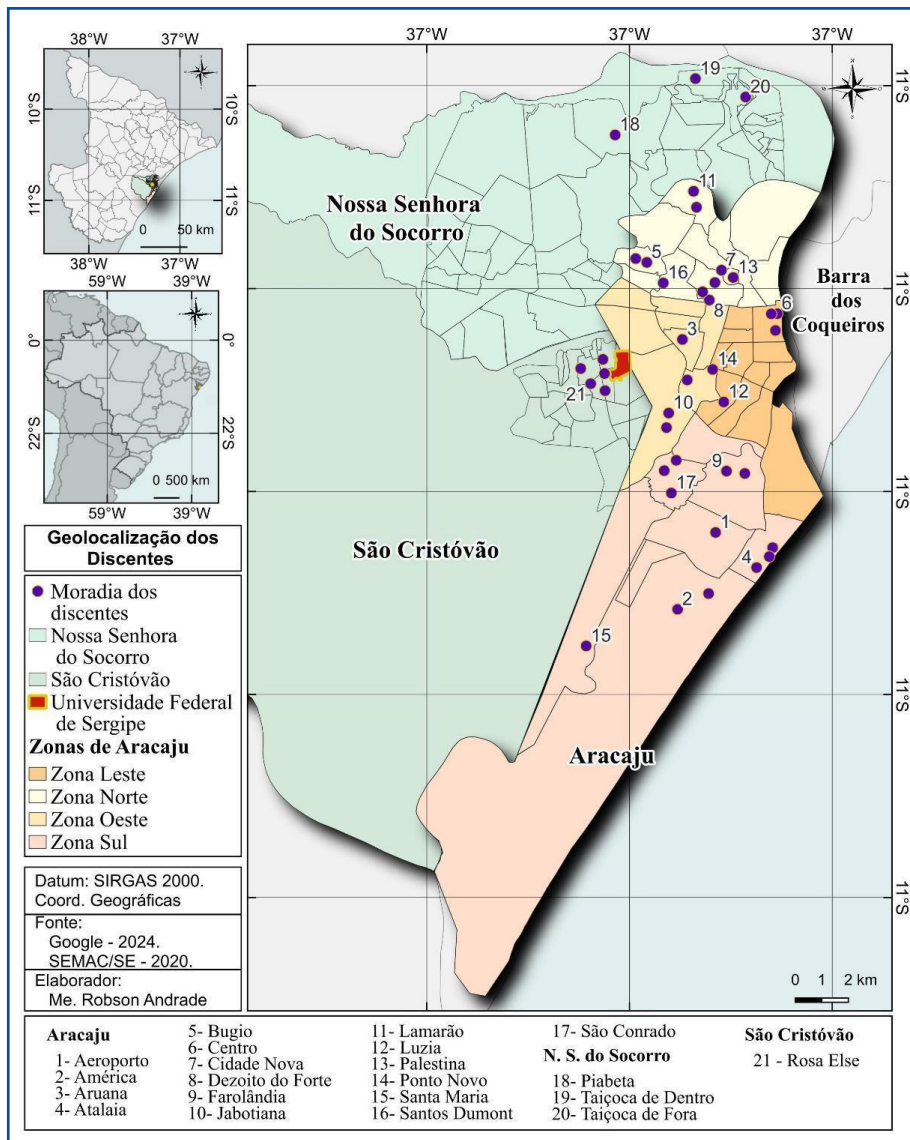
O sorteio em sistemas públicos de ensino, tanto nos cenários internacionais quanto nacionais, contribui para uma composição discente mais equilibrada ao possibilitar a redução das disparidades de acesso entre diferentes grupos, além de produzir variações nas diferentes origens socioeconômicas (Deming *et al.*, 2014; Basteck; Klaus; Kübler, 2021).

Foi o que ocorreu com o grupo discente analisado, o qual esteve distribuído em diferentes bairros da Grande Aracaju/SE, como apresentado no Mapa de Geolocalização (Figura 2). Majoritariamente, o grupo analisado concentrou-se no município de Aracaju/SE, com 80% do total. Os demais corresponderam aos municípios adjacentes, no caso São Cristóvão (13%) e Nossa Senhora do Socorro (7%).

A distribuição apontada no Mapa de Geolocalização (Figura 2) foi uma consequência da dinâmica do sorteio público de vagas que, em sua natureza, possibilitou, de forma igualitária, as chances de acesso daqueles que conseguiram realizar a inscrição para participar desse processo. Nesse sentido, tornou-se notória a vulnerabilidade socioeconômica do grupo analisado, em virtude de sua geolocalização, discutida de forma mais específica adiante.

Houve uma acentuada concentração de alunos que residiam em bairros das zonas Norte e Oeste de Aracaju/SE (cerca de 37% do total), como Bugio, Lamarão, Santos Dumont, Cidade Nova, Palestina, Ponto Novo, América e Jabotiana. Conforme Santos (2023), essas zonas eram tradicionalmente associadas à baixa renda e a condições sociais frágeis, revelando um cenário de vulnerabilidade socioeconômica.

Figura 2 - Mapa de Geolocalização dos alunos com baixo rendimento escolar, em 2013.



Organização: Robson Andrade de Jesus (2025).

Por outro lado, a Zona Leste e a Zona Sul apresentaram maiores rendimentos *per capita*, refletindo maior acesso a serviços, melhor infraestrutura urbana e mais oportunidades educacionais (Santos, 2023). Essas condições podem ser identificadas nos bairros Luzia, Aruana, Atalaia e Farolândia, nos quais residiam, aproximadamente, 19,5% dos alunos.

Porém, sob o ponto de vista de Aracaju (2019), essa realidade não se aplica ao extremo da Zona Sul da capital:

Analisando espacialmente o fenômeno, observa-se uma concentração mais acentuada de domicílios em situação de pobreza nas áreas mais periféricas da cidade. Estas áreas estão localizadas nos extremos norte e sul, em regiões cuja ocupação tem ocorrido de forma desordenada nesses últimos anos, com agravantes de serem áreas sensíveis do ponto de vista ambiental (Aracaju, 2019, p. 9).

Ainda no extremo da Zona Sul, com base em Aracaju (2019), podem-se citar como exemplos os bairros Aeroporto, Santa Maria e São Conrado, nos quais residiam cerca de 12% dos alunos aqui analisados, cujo histórico apresentou maior incidência de ocupações populares, com acesso a saneamento básico inadequado e baixa renda.

Já na Zona Leste, no tocante à região central de Aracaju/SE, 7% dos alunos viviam em uma realidade socioeconômica heterogênea. Segundo Rodrigues (2024), o espaço urbano central desse município convivia com extremos: de um lado, a presença de pobreza extrema e, de outro, áreas de serviços e comércio.

Potencializam o quadro de vulnerabilidade socioeconômica as famílias que residiam na Grande Aracaju/SE, particularmente no bairro Rosa Elze, em São Cristóvão/SE, e em Piabeta e Taiçoça de Fora/Dentro, em Nossa Senhora do Socorro/SE.

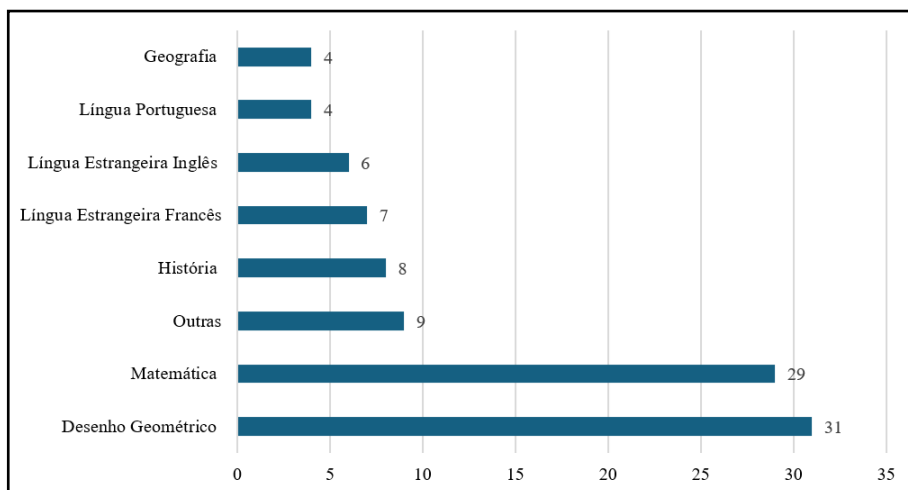
O bairro Rosa Elze, em São Cristóvão/SE, apresenta características de vulnerabilidade socioespacial, marcado por ocupações urbanas periféricas e desigualdades de acesso à infraestrutura e a serviços públicos, em comparação com áreas mais centrais da Região Metropolitana de Aracaju/SE (Menezes, 2012).

Assim, o panorama aqui apresentado indica que o perfil socioeconômico dos alunos retidos, em 2013, particularmente no Ensino Fundamental maior (6º ao 9º ano), tendeu à vulnerabilidade socioeconômica e, como forma de mitigar essa conjuntura, pode-se destacar a implementação do Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro, por meio da Resolução n.º 01/2013/CONSU.

Segundo Carvalho e Dias (2021), a assistência estudantil contribui para subsidiar estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, permitindo sua permanência na instituição e viabilizando a participação em atividades das quais, de outra forma, estariam excluídos.

A vulnerabilidade socioeconômica apontada neste estudo associa-se aos baixos rendimentos escolares em disciplinas como Desenho Geométrico e Matemática (Figura 3). Como discorrem Silva e Alves (2016, p. 1), “os resultados dessas avaliações [externas] mostram que aprender Matemática, na Educação Básica, tem sido uma tarefa árdua, o que vem à tona com os altos índices de reprovação em Matemática”, desafio comum identificado no CODAP/UFS.

Figura 3 – Número de reprovações nas disciplinas escolares.



Organização: Autores (2025).

Por outro lado, com base em experiências pessoais ao longo da vida acadêmica e como professoras no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Silva e Machado (2020) observaram que o ensino de Desenho Geométrico, ao longo do tempo, desvinculou-se da realidade dos alunos, tornando-se uma disciplina sem sentido para eles e apresentando altos índices de alunos em recuperação, assim como ocorreu no CODAP/UFS.

Nesse contexto, segundo essas autoras, “a disciplina de Desenho vem perdendo prestígio, sendo negligenciada por muitas escolas; porém, sua importância para o desenvolvimento do aluno é incontestável” (Silva; Machado, 2020, p. 2).

A Matemática apresenta o mesmo panorama; porém, permanece no currículo escolar como disciplina obrigatória, diferentemente de Desenho Geométrico que, mesmo tendo sua importância reconhecida na formação dos alunos, com a promulgação da Lei n.º 5.692/1971, deixou de ser obrigatória (Henrique Mongelli; Godinho Mongelli, 2008), mas que, no CODAP/UFS, ainda permanece na matriz curricular do Ensino Fundamental maior (6º ao 9º ano).

Mesmo assim, em 2013, o baixo rendimento escolar em Matemática contrasta com a Nota Média Padronizada obtida pelos alunos (6,41), revelando um relativo domínio dos conteúdos avaliados, inclusive os matemáticos. Ou seja, enquanto a avaliação externa (Ideb) apontou um bom desempenho em Matemática, acima da média nacional (4,96), houve, no CODAP/UFS, um alto índice de reprovação nessa disciplina.

Provavelmente, por esse motivo, duas variáveis necessitavam de documentos próprios para uma operacionalização mais efetiva, sendo elas: o Sistema de Avaliação e o Conselho de Classe, já instituídos por meio da Resolução n.º 31/2008/CONSU.

Com relação ao Sistema de Avaliação, destaca-se a Resolução n.º 11/2014/CONEPE¹⁶, a qual aprovou as alterações nas Normas do Sistema

¹⁶ Ressalta-se que, atualmente, o Sistema da Avaliação do CODAP/UFS é regulamentado pela Resolução Nº 2/2020/CONEPE, sendo a média 6,0 exigida para aprovação direta e, em caso de Recuperação Final, a média cai para 5,0.

de Avaliação do CODAP/UFS, com manutenção da média 7,0 para aprovação no ano letivo. Dentre as mudanças, podem-se citar os estudos paralelos com atendimento obrigatório, junto à equipe docente, sendo que a avaliação passou a ser:

entendida como instrumento de reajuste do processo educativo, é *contínua e cumulativa*, sendo parte integrante do processo ensino aprendizagem, envolvendo *aspectos formativos e informativos*, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos *resultados obtidos ao longo do período* sobre os de eventuais exames finais (UFS, 2014, p. 2).

Os aspectos qualitativos foram consolidados no Conselho de Classe que, por sua vez, também foi apresentado em documento único, aprovado na 14ª Assembleia do Conselho Geral do CODAP/UFS, em 22 de julho de 2014, sendo “órgão responsável pelo acompanhamento do processo de desempenho escolar das turmas do Ensino Fundamental e Médio” (UFS, 2014, p. 1).

Realizado três vezes durante o ano letivo, o Conselho de Classe conta com a participação da Direção do CODAP/UFS, de representante do Conselho Técnico-Pedagógico, de professor conselheiro (selecionado pela turma, cuja responsabilidade é acompanhar e orientar a turma durante o ano letivo), de todos os professores da turma, bem como de representante e vice-representante da turma.

A partir dessas ações, percebeu-se uma tendência de crescimento no Ideb do CODAP/UFS, saindo da projeção de 4,9, em 2015¹⁷, e alcançando 5,8, em 2019, fruto de pequenas variações na Nota Média Padronizada e, principalmente, do crescimento do Indicador de Rendimento, alcançando 0,95, em 2019 (Figura 1). Esse desempenho reforça a importância das ações técnicas e pedagógicas implementadas na escola, as quais têm influenciado o rendimento escolar dos alunos e, conseqüentemente, a sua permanência.

17 Salienta-se que, em 2015, o Inep não apresentou o Ideb do CODAP/UFS, visto a ausência do Indicador de Rendimento escolar, provavelmente não fornecido no Censo Escolar. Para o cálculo do Indicador de Rendimento foi levada em consideração a média aritmética dos anos adjacentes (2013 e 2017).

Adiante, em 2021, há uma nova queda expressiva de 10,3% no Ideb do CODAP/UFS em relação ao ano anterior (2019), chegando a 5,2 (Figura 1). Essa queda, porém, foi resultado de reduções significativas da Nota Média Padronizada e do Indicador de Rendimento, em um período atípico, devido à pandemia de COVID-19.

Essa situação causou, no cenário nacional e internacional, “um impacto sem precedentes no sistema educacional global, com o fechamento das escolas e a transição para a educação remota afetando milhões de estudantes e resultando em consequências significativas, incluindo o aumento da evasão escolar” (Souza, 2023, p. 1).

Foi assim que, entre março de 2020 e março de 2022, as atividades do CODAP/UFS ocorreram de forma remota (UFS, 2020; UFS, 2022), devido à necessidade de distanciamento social indicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesse período, houve adaptações e encaminhamentos para auxiliar os alunos e suas respectivas famílias, a fim de garantir um ensino e aprendizagem eficazes.

Dentre eles, podem-se citar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Ensino Médio (PIBIC-EM); o auxílio emergencial durante o período de quarentena; a distribuição de cestas básicas para 150 famílias de alunos, como forma de auxiliar as necessidades básicas; o sorteio público para ingresso de alunos no 6º ano do Ensino Fundamental, transmitido ao vivo pelo canal da TV UFS no *YouTube*; os eventos escolares, a exemplo de “Isso é Coisa de Pret@” e “Jornada Esportiva, Cultural e Científica”; a participação de equipes no Programa Residência Pedagógica; o processo referente ao Plano de Ação Especial de Inclusão Digital, entre outros.

Essas ações foram fundamentais para manter um bom Indicador de Rendimento (0,89), em 2021, mesmo com declínio em relação a 2019. Esse resultado sugere que, mesmo diante dos desafios educacionais postos, o CODAP/UFS teve baixa taxa de evasão e repetência, melhorando consideravelmente no ano seguinte, em 2023, quando obteve o melhor Indicador de Rendimento já registrado (0,96).

Considerações Finais

Este estudo buscou analisar o desempenho escolar dos alunos do CODAP/UFS, com ênfase na relação entre o perfil socioeconômico dos estudantes e o baixo rendimento escolar no período que apresentou o menor Ideb já registrado, em 2013.

Constatou-se que, desde a sua primeira avaliação, em 2007, o Ideb do CODAP/UFS tem variado, apresentando períodos de crescimento e outros de declínio, tanto na Nota Média Padronizada quanto no Indicador de Rendimento, associando-se a um perfil socioeconômico com tendência à maior vulnerabilidade dos alunos com baixo rendimento escolar.

Os períodos de alta (2007–2011 e 2015–2019) estiveram associados a ações técnico-pedagógicas voltadas à permanência dos alunos, a exemplo do Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro, que oferece suporte àqueles que apresentam vulnerabilidade socioeconômica; do Conselho de Classe, que contribui para melhores Indicadores de Rendimento; e das mudanças no Sistema de Avaliação, quando os alunos passaram a contar com atendimentos obrigatórios junto ao professor, todos inseridos em um processo educativo contínuo e cumulativo, envolvendo aspectos formativos e informativos no ensino e na aprendizagem.

No que diz respeito aos períodos de queda (2013 e 2021), foram identificados dois fatores que impactaram de forma negativa o Ideb: o baixo Indicador de Rendimento, especialmente em 2013, associado às primeiras turmas advindas do sorteio público de vagas, por não dispor de mecanismos técnico-pedagógicos adaptados à nova realidade; e as consequências sem precedentes na educação escolar, provocadas pela pandemia de COVID-19.

Há de se reconhecer que o sorteio público de vagas tem diversificado o perfil social, econômico e cultural dos alunos do CODAP/UFS,

trazendo desafios educacionais que têm sido superados ao longo dos anos, de modo a garantir a sua permanência e a sua progressão no rendimento escolar.

O sorteio público de vagas tem se consolidado como um mecanismo de acesso menos excludente; contudo, para o CODAP/UFS assegurar o seu papel social de forma eficaz, faz-se necessária a integração de ações técnico-pedagógicas, proporcionando igualdade de oportunidades aos inscritos e oferecendo educação de qualidade em prol da formação de cidadãos críticos e éticos, contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa.

Reconhecendo a relevância deste estudo, sugere-se o acompanhamento do Ideb nos anos seguintes, analisando, de forma detalhada, os desdobramentos observados após a mensuração de seus indicadores. Nesse ponto, recomenda-se que o Ideb não seja utilizado para comparar instituições de ensino, sobretudo aquelas com diferentes realidades, mas como um índice importante para identificar possíveis fragilidades locais, possibilitando à escola buscar estratégias e mecanismos para os aprimoramentos necessários.

Referências

ALMEIDA, S. E. S.; CONCEIÇÃO, J. T. Formas de seleção de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS. A busca por um perfil estudantil “ideal” (1969–1981). **Revista História da Educação**, v. 27, 2023.

ARACAJU. **Mapografia Social do Município de Aracaju**. 2019.

ARAÚJO, L. J. P.; ALMEIDA, E. N. Conselho de classe: um olhar para a prática inclusiva na sala de aula. **Anais VI CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2025.

BASTECK, C.; KLAUS, B.; KÜBLER, D. How lotteries in school choice help to level the playing field. **Games and Economic Behavior**, v. 129, p. 198–237, set. 2021.

BISPO, M. M. G. O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe: entre excelência e referência. 2018.169 f. **Tese** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

CARVALHO, E. R.; DIAS, M. S. A. Assistência Estudantil no IFPR: a construção de um objeto de estudo. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 21-35, 2021.

DEMING, D. J.; HASTINGS, Justine S.; KANE, Thomas J.; STAIGER, Douglas O. School choice, school quality, and postsecondary attainment. **American Economic Review**, v. 104, n. 5, p. 158-164, 2014.

FARIAS, M. A.; MAGALHÃES JUNIOR, A. G. Gestão da escola e os resultados do Ideb: apropriações e usos de dados educacionais. **POLÊMICA**, v. 18, n. 2, p. 034-053, 2018.

GUINDANI, R. G.; KOGA, Y. N. M.; GRENDENE, F. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e as influências da realidade socioeconômica no contexto escolar do aluno. **Rev. educ. PUC-Camp.**, Campinas, 19(2):133-144, maio/ago., 2014.

HENRIQUE MONGELLI; GODINHO MONGELLI, Magda Cristina Junqueira. Desenho geométrico. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ideb: resultados**. 2023.

MENEZES, C. R. C. Dinâmica Urbana do Bairro Rosa Elze: o papel das políticas públicas na transformação do espaço. **Scientia Plena**, v. 7, n. 11, 2012.

MESQUITA, S. **Os resultados do Ideb no cotidiano escolar**. Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2012.

MORIS, C. H. A. A.; CASELLATO, F.; NASCIMENTO, M. M.; AGOSTINI, G.; MASSI, L. Distinção e classe social no acesso ao ensino superior brasileiro. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 2, p. 69-91, 2022.

RODRIGUES, I. L. S. Habitar o espaço urbano: população em situação de rua no bairro Centro de Aracaju (SE). 2024. 105 f. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

SANTOS, M. A mobilidade urbana frente à pandemia da Covid-19 em Aracaju: o direito à cidade e à saúde. 2023. 176 f. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

SILVA, C. M.; MACHADO, F. M. Desenho Geométrico: uma reflexão sobre currículo e práticas de ensino e aprendizagem. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, 2020.

SILVA, J. R.; ALVES, M. T. Representações sociais de reprovação em matemática por estudantes da Educação Básica. **Anais**, Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades Sociedade Brasileira de Educação Matemática. São Paulo – SP, 13 a 16 de julho de 2016.

SOARES, D. J. M.; SANTOS, W.. Indicadores de avaliação de contexto e resultados educacionais no Ideb: uma análise das escolas estaduais de ensino médio no Espírito Santo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 105, n. 1, p. e5872, 14 nov. 2024.

SOUZA, M. A. M. Evasão escolar na pandemia da Covid-19: evidências para o Brasil. 2023. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2023.

SOUZA, M.; KLUG, D. L. Desigualdades educacionais no Enem: uma perspectiva baseada em variáveis socioeconômicas e aprendizagem de máquina. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, p. e93251, 2025.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **IDEB como instrumento direcionador regional das políticas públicas da educação**. 2021.

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Nota sobre o coronavírus e as atividades do CODAP**. São Cristóvão, 17 mar. 2020.

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Portaria nº 08, de 29 de março de 2022**. Estabelece o formato de retorno às aulas a partir de 04 de abril de 2022. São Cristóvão: CODAP/UFS, 29 mar. 2022.

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Regulamento do Conselho de Classe**. Aprovado na 14 Assembleia do Conselho Geral do CODAP, em 22 de julho de 2014.

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução N° 31/2008/CONSU**. Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe. Regimento do Colégio de Aplicação, 8 de outubro de 2008.

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução N° 11/2014/CONEPE**. Aprova alterações nas normas do Sistema de Avaliação do Colégio de Aplicação (CODAP). São Cristóvão, 2014.

VASCONCELOS, C. R. D.; LEAL, I. O. J.; ARAÚJO, J. A. Q. C. Nexos entre gestão, avaliação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em escolas públicas. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 1, 2020, p. 55-70.



CAPÍTULO 5

**Análise do Perfil
Socioeconômico dos
Alunos do Colégio de
Aplicação (2015-2021)**

DOI: 10.35260/54212816p.107-126.2026

*Silvânia da Silva Costa
André Oliveira Silva
Christiane Ramos Donato*

Último Sorteio Público realizado com a urna de papel, em 2021. Desde 2022, o Sorteio Público tem ocorrido de forma eletrônica (digital).



Foto: Adilson Andrade/Ascom UFS (2021).

Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/66727-colegio-de-aplicacao-da-ufs-realiza-sorteio-publico-de-vagas-do-6-ano>.

Resumo

Este capítulo tem como objetivo discutir sobre algumas inquietações a respeito do processo de democratização no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS), buscando relacionar a forma de ingresso e a permanência, bem como o desempenho escolar dos estudantes. Para tanto, realizamos uma análise, qualitativa e quantitativa, a partir de dados coletados por meio de um questionário aplicado em 2021, com 438 respostas de alunos do Ensino Fundamental (anos finais) e Médio, bem como o exame de documentos. Os resultados apresentam predominância de estudantes provenientes de escolas particulares, forte concentração geográfica

de moradia na região metropolitana de Aracaju e percentual considerável de reprovação após a adoção do sorteio público (especialmente entre 2010 e 2014), com diminuição progressiva após ações institucionais de apoio acadêmico, a exemplo do Conselho de Classe; mudança no Sistema de Avaliação e políticas de assistência estudantil. Constata-se que o sorteio amplia o acesso, mas sua eficácia democratizadora depende de condições reais de permanência e equidade pedagógica. A democratização, portanto, inicia na matrícula e exige acompanhamento sistemático, políticas de apoio, revisão de práticas pedagógicas e avaliativas e compromisso institucional com a redução das desigualdades sociais que atravessam o cotidiano escolar.

Palavras-chaves: Acompanhamento Educacional; Colégio de Aplicação; Democratização Escolar; Desempenho Escolar; Perfil Socioeconômico.

Introdução

Parte-se do pressuposto de que o processo de democratização escolar deve ser considerado em suas várias dimensões, contemplando as garantias de acesso, de permanência e de qualidade do ensino, sendo “imperativo [...] adentrar as práticas educativas intra e extra sala de aula” (Moreira, 2021, p. 12). Tal processo possui, em sua essência, a necessidade de dar condições para que não apenas o aluno seja matriculado em determinada escola, mas que, ao longo de sua trajetória, desenvolva-se e se aproprie de conhecimentos culturais e científicos. Busca-se, na perspectiva aqui assumida, ir além da análise de dados acerca do formato de ingresso na escola, possibilitando olhares mais amplos acerca da permanência, do desempenho escolar e das aprendizagens.

Tendo como foco o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS), busca-se entender como dialogam alguns aspectos observados por meio das respostas dos discentes a um questionário aplicado no ano letivo de 2021, abrangendo todas as turmas, o que indica a obtenção de respostas de alunos ingressantes entre 2015

e 2021. Esse questionário possui três enfoques: o perfil socioeconômico, o perfil escolar e o perfil sociocultural. Neste trabalho, tem-se como cerne o perfil socioeconômico dos discentes, considerando o enfoque do presente livro.

Nesse sentido, salienta-se que a construção de um perfil socioeconômico dos alunos é uma ferramenta essencial para o planejamento educacional, colaborando para a compreensão da realidade escolar e subsidiando o planejamento de ações pedagógicas que podem tornar o currículo mais significativo. Além disso, o levantamento de dados socioeconômicos ajuda a identificar desigualdades e vulnerabilidades entre os estudantes, o que pode auxiliar na formulação de políticas de inclusão e apoio ao discente. No caso do CODAP/UFS, destaca-se que, desde sua fundação, em 1959, com início das atividades escolares em 12 de março de 1960, houve seis tipos de processos de seleção de alunos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Processos de seleção de alunos - CODAP/UFS.

Período/ Anos letivos	Formato de seleção
1960 a 1967	Exame de admissão
1967 a 1980	Sorteio público dirigido, com sorteio das escolas inscritas que indicavam seus representantes (dois alunos por escola).
1981 a 1995	Sorteio de vagas por inscritos para o Ensino Fundamental II e exame de seleção para o Ensino Médio, com 50% das vagas para filhos de servidores da universidade e de alunos da Graduação e 50% das vagas para alunos residentes nas proximidades da escola, independentemente de ser da rede pública ou privada.
1996 a 2009	Exame de seleção, sem cotas, para o Ensino Fundamental e Médio.
2010 a 2021	Sorteio público de vagas, sem cotas, para qualquer série do Ensino Fundamental e Médio.
2022 até os dias atuais	Sorteio público de vagas, com cotas para alunos com deficiência (PCD) e Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), para qualquer série do Ensino Fundamental e Médio.

Fonte: Jarske, Silva e Donato (2015); Dados do CODAP/UFS.

A mudança do formato de exame de seleção para sorteio público de vagas, em 2010, deu-se de modo a inserir-se na política de ações afirmativas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a partir da alteração de seu regimento interno (UFS, 2008). Em 2021, instituiu-se edital para vagas do ano letivo de 2022, já com a proposta de cotas para candidatos PcDs e PPI, buscando garantir o acesso à matrícula desses estudantes.

A adoção do sorteio público para ingresso em algumas instituições de ensino da rede federal tem sido tema de debates no que se refere à promoção da equidade de acesso e à democratização escolar. Quanto às sedes de institutos federais, matéria do Senado Federal enfatiza que “muitas optam pelo sorteio, o que permite que ricos e pobres tenham a mesma chance de ser admitidos. O vestibulinho, em comparação, dá vantagem aos jovens de nível social mais alto” (Senado Federal, 2024, s.n.).

Destaca-se, ainda, que as estatísticas apontam que os institutos federais têm conseguido incluir camadas mais pobres da sociedade, tendo em seu alunado cerca de 56% de negros e aproximadamente 72% com renda familiar *per capita* de, no máximo, um salário-mínimo e meio por mês.

Contudo, não basta apenas o acesso. Para uma democratização plena, é preciso garantir condições de permanência desses alunos, sem desconsiderar a qualidade do ensino, a infraestrutura e o apoio pedagógico. Nesse sentido, propõe-se a análise de dados que favorecem um olhar sobre o pós-matrícula, não como um dado absoluto, mas como possibilidade de discutir a trajetória dos discentes sob um ponto de vista pedagógico, com análise sobre a identidade da escola, suas potencialidades e desafios.

Assim, o objetivo deste capítulo é discutir sobre algumas inquietações a respeito do processo de democratização no CODAP/UFS, por meio da análise de respostas a um questionário aplicado junto aos discentes, buscando relacionar a forma de ingresso e a permanência, bem como o desempenho escolar dos estudantes.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa é do tipo quali-quantitativa, pois permite quantificar variáveis e analisar dados numéricos, ao mesmo tempo em que busca compreender significados e relações presentes no contexto estudado (Marconi; Lakatos, 1999). Dessa forma, a utilização conjunta dessas abordagens possibilitou uma análise mais ampla e consistente, ao integrar dados numéricos sob a perspectiva da estatística descritiva, concomitantemente à realização de interpretações sobre a realidade estudada.

Os instrumentos de coleta de dados foram: (a) questionário, fruto do trabalho da Comissão de Elaboração do Perfil Socioeconômico, Cultural e Estudantil dos discentes do Colégio de Aplicação/UFS¹⁸, aplicado em 2021, com 438 respostas de alunos do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, abrangendo todos os discentes matriculados no colégio no momento da aplicação; (b) planilhas institucionais com dados sobre número de aprovados e reprovados, número de transferências e desistências; (c) dados sobre o Ideb e o Censo Escolar do CODAP, disponíveis no site QEdu.

Os dados obtidos a partir desses distintos instrumentos foram submetidos à triangulação, procedimento metodológico que consiste na confrontação e na complementação das informações provenientes de diferentes fontes e técnicas de coleta. Segundo Morgan (2024), a triangulação possibilita a convergência e a complementação das informações, reduzindo vieses inerentes ao uso de um único método de coleta e análise de dados. Dessa forma, a integração das abordagens qualitativa e quantitativa, aliada à triangulação dos dados, constituiu a opção metodológica deste estudo, por ser considerada pertinente para atender ao objetivo proposto.

18 Esta comissão foi instituída pela portaria n°20 de 24 de março de 2020, tendo como componentes os seguintes servidores: Ewerthon Clauber de Jesus Vieira, Andreza Santos Cruz Maynard, Joaquim Tavares da Conceição, Alessandra Pereira Gomes Machado, Marlucy Mary Gama Bispo, Ana Priscila dos Santos Alves, Daniela Melo da Silva Carvalho e Silvânia da Silva Costa, sob a presidência do primeiro.

O perfil socioeconômico dos alunos do CODAP/UFS (2015-2021)

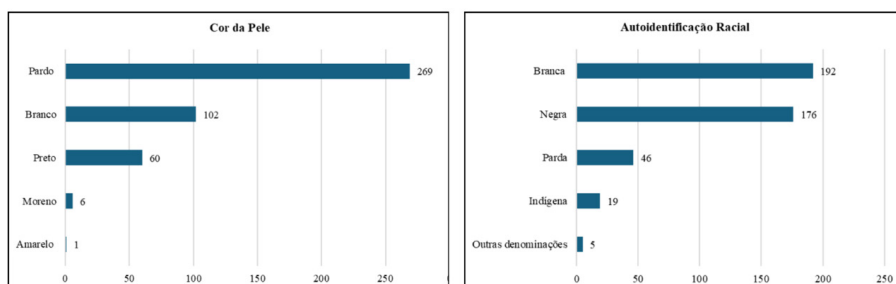
Como exposto anteriormente, a análise fundamenta-se em dados obtidos por meio de um questionário aplicado aos discentes do CODAP/UFS, totalizando 438 respostas, relativas aos alunos matriculados no ano letivo de 2021. A distribuição entre as séries/anos é relativamente homogênea, sendo o 7º ano aquele com maior número de respondentes, com 68 respostas, e o 8º ano o de menor número, com 61 discentes respondendo ao questionário. Desses alunos, 203 são do sexo masculino, 233 do sexo feminino, 1 se identificou como não binário e 1 preferiu não informar.

Ao responderem sobre a cor da pele, observa-se que a maior parte dos alunos se enquadra na categoria de pardos (61,4%), seguida por brancos (23,3%) e pretos (13,7%). Em menor quantidade, foram registradas respostas como “moreno” (1,4%) e “amarelo” (0,2%). Essas duas últimas respostas foram identificadas em estudantes que indicaram a opção “outra” e, assim, registraram suas respostas por extenso, afastando-se da classificação inicialmente proposta nesse item do questionário.

Já quanto à autoidentificação racial, percebe-se maior prevalência de brancos (43,8%), seguida por negros (40,2%), pardos (10,5%) e indígenas (4,3%) (Figura 1). Destaca-se que a opção “pardos” não foi incluída no questionário, uma vez que, conforme a classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera-se negro o indivíduo que se identifica ou é identificado como pertencente ao grupo racial formado por pretos e pardos. Contudo, como havia a possibilidade de indicar a opção “outra” e registrar a resposta por extenso, assim como no item sobre cor da pele, alguns estudantes indicaram “pardo” como autoidentificação racial.

Outras denominações também foram inseridas dessa forma, tais como: afro-indígena, mulata, amarela, mestiça, entre outras, todas com uma ocorrência cada. Optou-se por agrupá-las na classificação “outras denominações”, correspondendo a 1,1% do total de alunos.

Figura 1 – Comparativos entre as respostas dadas em relação à cor da pele e autoidentificação racial.



Fonte: Dados do questionário (2021).

É possível perceber que, nas respostas quanto à cor da pele, apenas 60 discentes assinalaram a opção “pretos”; entretanto, ao considerar conjuntamente as categorias “pardos” e “pretos”, obtém-se um percentual de aproximadamente 75% (369 discentes). Quando se analisam os dados de autoidentificação racial, esse percentual se aproxima de 51%.

Pode-se refletir sobre a dificuldade de autoidentificação como pessoa preta no Brasil, a qual resulta de fatores históricos, sociais e culturais profundamente enraizados. Desde o período colonial, o racismo estrutural consolidou-se como um dos pilares da sociedade brasileira, atribuindo valores negativos à população negra e naturalizando hierarquias baseadas na cor da pele (Nascimento, 1978; Almeida, 2018).

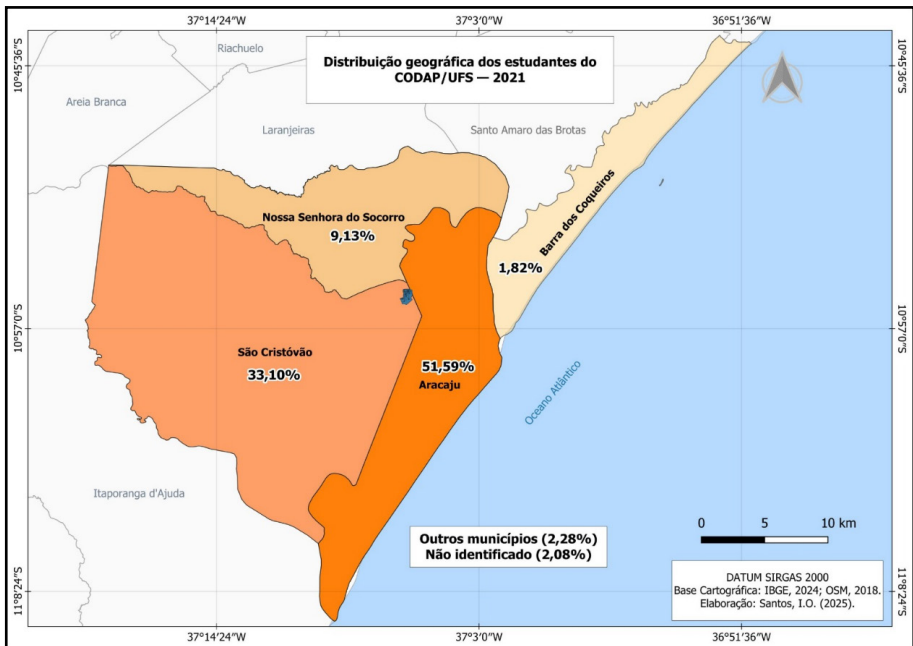
O processo de miscigenação e a fluidez das classificações raciais brasileiras também geraram uma multiplicidade de denominações intermediárias, como “moreno”, que, segundo Ratts e Rios (2010), funcionam como estratégias de embranquecimento simbólico e de afastamento do estigma associado à negritude.

Assim, a autodeclaração como pessoa preta configura-se não apenas como um ato de autoconhecimento, mas também como um gesto de afirmação identitária diante do racismo estrutural brasileiro. Destaca-se que projetos do colégio, tais como o *Isso é Coisa de Pret@*,

vêm evidenciando diversas nuances quanto à identidade negra e promovendo o fortalecimento de discussões voltadas ao enfrentamento do racismo no CODAP/UFS.

Quanto ao local de residência, a maior parte dos estudantes do CODAP/UFS moram em Aracaju (51,59%). São Cristóvão, onde está localizado o CODAP/UFS, aparece em seguida, com 33,10%, revelando forte presença de estudantes que residem nas proximidades da instituição, sendo esse um dado relevante no que diz respeito ao acesso, à mobilidade e à permanência escolar. O terceiro município mais citado é Nossa Senhora do Socorro, representando 9,13% dos estudantes, enquanto 1,82% residem na Barra dos Coqueiros. Outros municípios de Sergipe aparecem de forma menos expressiva, somando 2,28%. Além disso, para 2,08% dos respondentes, não foi possível identificar a localização (Figura 2).

Figura 2 – Distribuição geográfica dos estudantes do CODAP/UFS no entorno da UFS.



Fonte: Dados do CODAP/UFS. Elaboração: Iuri Oliveira dos Santos (2025).

Com isso, pode-se observar que há um padrão territorial claro: a Região Metropolitana de Aracaju constitui o principal núcleo de origem dos estudantes do CODAP, com predominância entre Aracaju e São Cristóvão, enquanto os demais municípios apresentam participação reduzida, mas ainda relevante para a diversidade e amplitude da comunidade escolar.

O destaque recai sobre as áreas próximas ao CODAP/UFS, o que pode indicar maior facilidade de acesso e menor dependência de deslocamentos longos ou intermunicipais. Por outro lado, os percentuais referentes a outras regiões, a exemplo de Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, embora menores, demonstram a presença de estudantes que se deslocam diariamente por distâncias mais amplas, o que pode influenciar fatores como tempo de trajeto, cansaço e disponibilidade para realizar tarefas domiciliares e atividades extracurriculares.

Quanto à moradia, 271 estudantes vivem em residências próprias. Entre as demais situações apontadas, 101 discentes informaram morar em imóveis alugados, 50 em moradias cedidas, 9 em financiamento e 5 em casas de herança familiar. Em relação à quantidade de pessoas que vivem na residência, observa-se predominância de alunos em domicílios com 4 a 6 pessoas, totalizando 260 casos, seguidos de 163 que vivem em residências com 1 a 3 pessoas. Além disso, 15 discentes vivem com 7 pessoas ou mais.

Ao serem questionados sobre as tarefas domésticas em dias de aula, 24 discentes afirmaram não realizá-las, enquanto 73 responderam dedicar mais de duas horas a essas atividades, sendo, desses, 50 do sexo feminino. Tais dados corroboram diversos estudos que apontam que as mulheres dedicam, em média, mais tempo às atividades domésticas e de cuidado do que os homens, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho remunerado (Hirata; Kergoat, 2007; IBGE, 2022). Trata-se

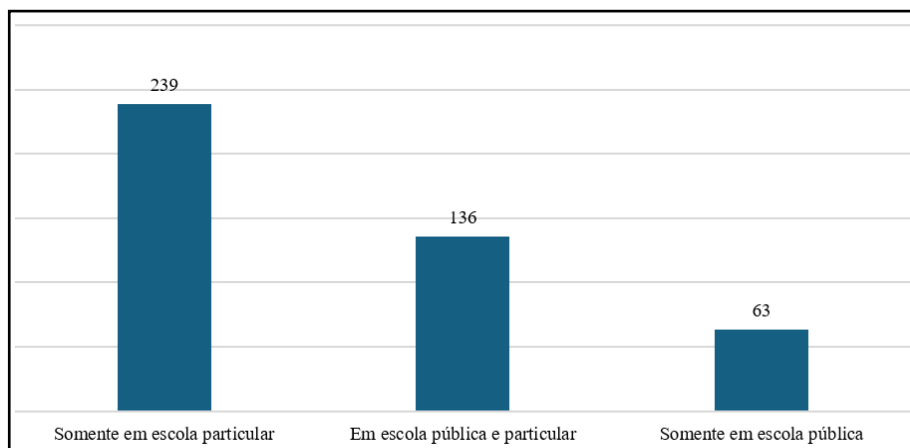
de uma discrepância decorrente de construções históricas e culturais, que geram, desde cedo, a prevalência do acúmulo de funções pelas mulheres.

No contexto brasileiro, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) indicam que, em 2022, as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais às tarefas domésticas, em contraste com 11,7 horas entre os homens (IBGE, 2022).

No que se refere às escolas de origem, o questionário permitiu identificar se os alunos que ingressaram no CODAP/UFS por meio do sorteio público estudaram anteriormente em escolas particulares, públicas ou em ambas, a depender do percurso escolar (Figura 3).

Os dados revelam que a maior parte dos discentes é proveniente de escolas particulares (54,6%). Esse volume sugere que o ingresso no colégio, embora público e gratuito, tende a atrair uma quantidade expressiva de estudantes oriundos do ensino privado, possivelmente associados a famílias que buscam uma escola pública de alta qualidade acadêmica como continuidade ou transição desejada para o Ensino Fundamental (anos finais) ou para o Ensino Médio.

Figura 3 – Escolas de origem dos estudantes do CODAP/UFS.



Fonte: Dados do CODAP/UFS.

Outro dado relevante refere-se ao grupo de estudantes que possui trajetória escolar mista, tendo estudado tanto em escolas públicas quanto em particulares, correspondendo a 31,1%. Os motivos dessa trajetória híbrida podem ser diversos e indicam processos de mudança familiar, migração entre redes de ensino por questões financeiras, estratégicas ou pessoais, bem como uma busca gradual por melhores oportunidades educacionais.

Por outro lado, 14,4% dos estudantes são provenientes, exclusivamente, de escolas públicas, representando o menor contingente entre os três grupos. Esse dado suscita reflexão, especialmente porque o CODAP é um colégio público federal. Questiona-se se esse resultado decorre apenas da aleatoriedade do sorteio ou se há menor procura por vagas por parte de estudantes oriundos da escola pública. Caso esta última hipótese se confirme, faz-se necessário investigar os fatores que explicam essa baixa demanda.

De forma geral, observa-se um perfil diverso e multifacetado de vivências escolares, embora com prevalência do ensino privado. Essa diversidade, ao mesmo tempo em que evidencia desafios de equidade educacional, também enriquece o ambiente pedagógico, ao reunir múltiplas perspectivas, repertórios acadêmicos distintos e experiências socioculturais que se manifestam no cotidiano escolar do CODAP/UFS.

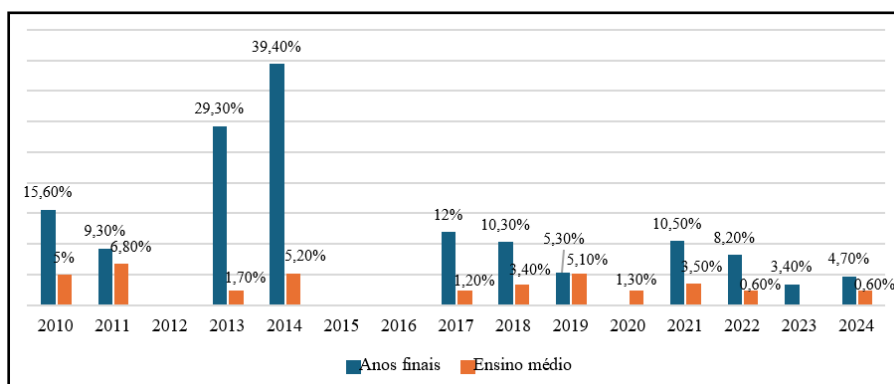
Outro fator a ser considerado é que 86 alunos (19,6%) afirmaram já ter reprovado em algum ano escolar. Dentre as justificativas apontadas estão a falta de interesse, problemas familiares e mudança de cidade; além disso, muitos relataram dificuldades de acompanhamento da turma e problemas de adaptação. Reforça-se, assim, a necessidade de um olhar que vá além do ingresso na escola, a fim de possibilitar o acompanhamento da trajetória dos alunos e a oferta de condições adequadas para o seu desenvolvimento.

Segundo dados do Indicador de Distorção Idade-Série, considerando o ano de 2021, 7,6% dos discentes dos anos finais do Ensino Fundamental apresentavam atraso escolar de dois anos ou mais, enquanto, no

Ensino Médio, esse valor sobe para 13,3%. Dados mais recentes, relativos ao ano letivo de 2024, indicam 11,4% de discentes dos anos finais do Ensino Fundamental em atraso e 11,6% no Ensino Médio (Inep, 2024).

Observando-se, de forma longitudinal, as taxas de reprovação, destaca-se os anos de 2013 e 2014, que apresentam elevado número de retenções nos anos finais do Ensino Fundamental (Figura 4).

Figura 4 – Taxa de reprovação do CODAP/UFS (2010–2024).



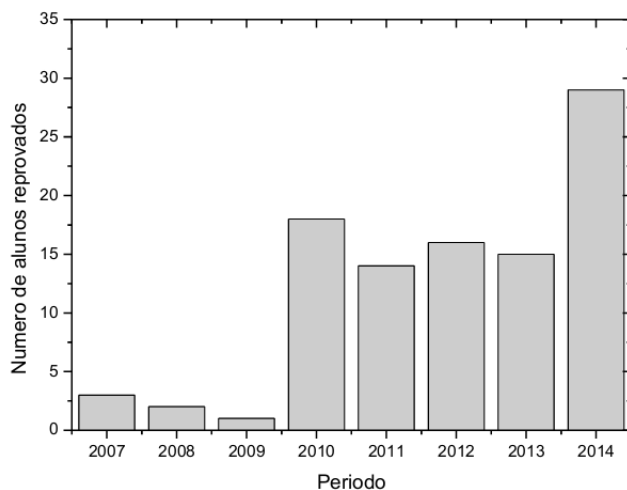
Fonte: (QEdu, 2024, dados do CODAP/UFS).

É relevante destacar que, em 2010, a forma de ingresso no CODAP/UFS passou a ser o sorteio público, rompendo com a prova de seleção adotada desde 1996. Jarske, Silva e Donato (2015) apontam que, com a entrada de discentes via sorteio, “houve um aumento de até seis vezes no número de reprovações, se comparado aos anos anteriores. Isso indica que, em média, 32% dos alunos que adentram no 6º ano reprovam” (Jarske; Silva; Donato, 2015, p. 8).

Em particular, dentre os alunos que ingressaram na primeira turma do 6º ano por meio do sorteio público no CODAP, apenas 37% conseguiram a progressão para o Ensino Médio dentro da relação idade-série adequada. Ao longo dos anos seguintes, os alunos ingressantes via sorteio, desde 2010, passaram a apresentar um histórico de reprovações,

o que contribuiu para o elevado índice observado nos anos de 2013 e 2014. Jarske, Silva e Donato (2015) destacam, ainda, um comparativo com anos anteriores à adoção do sorteio (Figura 5).

Figura 5 – Número de alunos reprovados no 6º ano do Ensino Fundamental de 2007 a 2014.



Fonte: Jarske, Silva e Donato (2015, p.8).

Os novos estudantes que ingressaram no CODAP, por meio do sorteio público, passaram a integrar uma instituição que, a princípio, manteve a cultura escolar e as normas anteriormente aplicadas aos alunos selecionados por processo de exame de seleção. A escola, assim, continuou a classificar, ordenar e hierarquizar os discentes com base em seus desempenhos, sustentando a ideia de que o sorteio garantiria igualdade de condições entre todos. Contudo, o modelo de igualdade de oportunidades, ancorado em princípios meritocráticos, revela-se paradoxal e, em certa medida, excludente, pois ignora as diferentes trajetórias sociais e os distintos capitais culturais que os estudantes trazem consigo (Bourdieu; Passeron, 1975).

Submeter todos os alunos a uma mesma forma de avaliação e competição tende a legitimar desigualdades previamente existentes

(Dubet, 1994; Fraser, 2001), naturalizando hierarquias de desempenho e mascarando os efeitos das condições sociais de origem.

Quanto ao Ensino Médio, não foram observadas taxas tão elevadas quanto no Ensino Fundamental, uma vez que muitos discentes ficaram retidos nos anos finais desse nível de ensino. Os alunos que ingressaram em 2010, por meio do sorteio público, quando em situação adequada na relação idade-série, chegaram ao Ensino Médio em 2014. Assim, ao observar a Figura 4, não se verifica aumento expressivo no número de reprovados no Ensino Médio, diferentemente do que se observou no Ensino Fundamental. Destaca-se, contudo, que as reprovações dos alunos em alguma série do Ensino Fundamental “levou e leva muitos deles a solicitar transferência para outras unidades escolares” (Jarske; Silva; Donato, 2015, p. 8).

No período de 2017 a 2019, entretanto, observa-se, nos dados relativos aos anos finais do Ensino Fundamental, uma redução no número de reprovações, o que pode refletir um esforço coletivo do CODAP/UFS para incluir esses alunos oriundos do sorteio público de vagas ou, ao menos, minimizar as dificuldades e desigualdades enfrentadas nos anos anteriores.

Pode-se observar que houve mudanças administrativas no CODAP nesse período, como a implementação do Regimento do Conselho de Classe (CODAP/UFS, 2014), voltado à discussão coletiva de questões pedagógicas entre professores de cada turma, representantes dos alunos (líder e vice-líder) e membros da gestão e do setor técnico-pedagógico. Também houve alteração no Sistema de Avaliação, em 2020, com a média mínima para aprovação passando a ser 6,0 pontos, enquanto anteriormente era de 7,0 pontos, sendo as dificuldades identificadas, replanejadas e trabalhadas por meio de aulas de atendimento obrigatório (UFS, 2020, p. 3). Essas atividades passaram a contar com participação obrigatória para alunos com baixo rendimento e a ser ofertadas no turno oposto, a partir da segunda unidade letiva, em horário determinado pelo Setepe – Supervisão Pedagógica.

Para além dessas alterações administrativas, ocorreu também a implementação de política de assistência estudantil, com edital do Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro aos Estudantes do CODAP/UFS, com oferta de bolsas desde 2013 (UFS, 2013), bem como a disponibilização de lanche gratuito nos intervalos da manhã e da tarde (Ascom/UFS, 2014).

Em 2020, ano marcado pela pandemia de COVID-19, não foram registradas reprovações no Ensino Fundamental, em razão da situação vivenciada. Em 2021, observa-se novo aumento no número de reprovações, porém em níveis inferiores aos registrados no período de 2013 e 2014, com taxas abaixo de 5% nos anos mais recentes.

Durante o período de isolamento social, a gestão do CODAP/UFS solicitou à Reitoria da UFS a concessão de bolsas de auxílio financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade, o que foi atendido com 125 alunos contemplados com auxílio emergencial. Todos os discentes do CODAP/UFS também puderam participar de editais para aquisição de equipamentos e chips de conexão à internet, viabilizando a continuidade das atividades escolares e a contabilização de notas (Donato; Silva, 2024). Nesse período, foram adotados “sete modelos de trabalho pedagógico, os quais foram construídos coletivamente em discussões on-line no Conselho Geral do Colégio de Aplicação (CONGE), planejados, monitorados e alterados a cada indicação de necessidade de melhoria” (Donato; Silva, 2024, p. 20). O último modelo apresentou melhores resultados e foi mantido também em 2021.

Desse modo, considera-se a existência de um período de adaptação (2010–2014), seguido por um período de consolidação e redução nas taxas de reprovação (2015–2024), sugerindo que a escola passou por ajustes relevantes, com fortalecimento das práticas pedagógicas, aprimoramento dos mecanismos de apoio ao aluno e maior alinhamento entre o perfil dos estudantes ingressantes e o projeto pedagógico institucional.

Considerações Finais

Este capítulo teve como objetivo discutir sobre inquietações acerca do processo de democratização no CODAP/UFS, de modo a relacionar a forma de ingresso, a permanência e o desempenho escolar dos estudantes. Um ponto crucial para a discussão desse processo de democratização é a mudança no formato de seleção de alunos, ocorrida em 2010, com a substituição do exame pelo sorteio público. Contudo, buscou-se compreender, por meio de dados de um questionário respondido pelos alunos, do site QEdU e de planilhas institucionais, nuances relativas à trajetória desses estudantes na instituição, adotando-se um olhar para além do momento do ingresso.

O sorteio público de vagas reduziu barreiras iniciais e diversificou o perfil discente, contribuindo para a democratização do acesso ao CODAP/UFS, mas sem garantir condições equânimes de permanência, aprendizagem e pertencimento para todos. Nesse sentido, as taxas de reprovação observadas entre 2010 e 2014 não representam, exclusivamente, fragilidades individuais, mas indicam um descompasso entre a cultura escolar historicamente consolidada do CODAP/UFS e as novas trajetórias socioculturais que passaram a compor o corpo discente.

A queda gradual nas reprovações, a partir de 2015, sugere que práticas institucionais, como a implementação de programas de assistência estudantil (UFS, 2013), do Conselho de Classe (CODAP/UFS, 2014) e a reformulação do Sistema de Avaliação (UFS, 2020), funcionaram como dispositivos de equidade, permitindo que o ingresso via sorteio evoluísse da igualdade formal para uma maior aproximação da igualdade real.

Dessa forma, o sorteio não é “fim em si”, mas parte de um conjunto mais amplo de ações que visam construir uma escola mais inclusiva, igualitária e democrática. Torná-lo transformador exige que o colégio se reconheça como espaço de produção de oportunidades e de futuros, sustentando políticas e programas contínuos de acolhimento,

acompanhamento pedagógico e redução das desigualdades. Estudos futuros podem acompanhar como ações voltadas à redução das desigualdades e à minimização das fragilidades dos estudantes se refletem em suas trajetórias e em condições mais justas e inclusivas de permanência e aprendizagem; realizar análises comparativas entre diferentes períodos de ingresso; ou, ainda, promover o acompanhamento de alunos egressos após a implementação do sorteio público.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.
- ASCOM/UFS. **CODAP passa a oferecer merenda escolar**. UFS, 2014.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CODAP/UFS. **Regulamento do Conselho de Classe**, aprovado na 14ª Assembleia do Conselho Geral do CODAP em 22 de julho de 2014. Aracaju, 2014.
- DONATO, C. R.; SILVA, A. O. Gestão remota do Colégio de Aplicação: um relato de experiência sobre a transição da escola presencial para o formato *on-line*. In: BARBOSA, A.M.F. (org.). **Experiências de trabalho e ensino no modelo remoto**: durante a pandemia da COVID-19 no CODAP/UFS. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2024. p. 13-31.
- DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 7-20, 2001.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- JARSKÉ, A. O. S.; SILVA, N. A. A.; DONATO, C. R. Avaliação do processo de democratização do acesso ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe através do sorteio público. IN: IX Seminário de Institutos, Colégios e Escolas de Aplicação (IX SICEA), 2015, Juiz de Fora (MG). **Anais ... Colégio de Aplicação João XXVIII**, 2015, p. 1-15.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOREIRA, C. F. N. O debate sobre a democratização da educação pública e a tese da gestão democrática radical da escola. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021.

MORGAN, H. *Using triangulation and crystallization to make qualitative studies trustworthy and rigorous*. **The Qualitative Report**, v. 29, n. 7, p. 1844-1856, 2024.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

QEDU. **Plataforma QEdU**: dados educacionais abertos. São Paulo: Fundação Lemann, [20_].

RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SENADO FEDERAL. **Com 1,6 milhão de vagas gratuitas, Institutos Federais são mistura de colégio com universidade**. *Agência Senado*, Brasília, 2024.

UFS. CONSU. **Resolução nº 31/2008/CONSU**. Aprova Regimento do Colégio de Aplicação. 08 out. 2008. Disponível em: 312008 - Regimento CODAP. Acesso em: 29 de nov. 2025.

UFS. CONSU. **Resolução nº 01/2013/CONSU**, de 22 de fevereiro de 2013. Cria e normatiza o Programa de Apoio Acadêmico e Financeiro para estudantes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe – CODAP/UFS. Aracaju, 2013.

UFS. CONEPE. **Resolução nº 2/2020/CONEPE**, de 30 de janeiro de 2020. Aprova alterações nas normas do Sistema de Avaliação do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe – CODAP/UFS. Aracaju, 2020.



CAPÍTULO 6

O Conselho de Classe como Espaço Escolar Democrático e da Promoção da Eficácia e Equidade

DOI: 10.35260/54212816p.127-146.2026

Elayne Cristina Menezes Silva

Maria Camila Guilherme de Souza Gomes

Primeiro Sorteio Público de vagas na modalidade eletrônica (Digital), em 2022, com o auxílio da Coordenação de Concursos e Vestibulares (CCV).



Foto: Pedro Ramos/Ascom UFS.

Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/68891-sorteio-publico-do-codap-seleciona-50-alunos-para-o-6-ano-do-ensino-fundamental>

Resumo

O Conselho de Classe é uma instância político-pedagógica fundamental para promover a equidade e a eficácia do ensino público. Trata-se de um fórum de discussões coletivas que garante o direito à aprendizagem de qualidade, corroborando a mitigação das desigualdades sociais. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo analisar a atuação do Conselho de Classe no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS), em um ciclo de quatro anos letivos, enquanto espaço de decisões coletivas, bem como sua importância no processo educacional como possível alternativa para a con-

solidação da equidade e da eficácia na educação. Metodologicamente, esta pesquisa apresenta abordagem quali-quantitativa, articulando revisão bibliográfica à análise de dados referentes ao sistema de aprovação e reprovação no CODAP/UFS, no período de 2019 a 2023. Os resultados apontam para a necessidade de valorização e fortalecimento do Conselho de Classe na instituição, o qual tem impactado positivamente as avaliações externas, sobretudo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Palavras-chave: Avaliação Pedagógica; Colégio de Aplicação; Conselho de Classe; Educação Eficaz; Equidade Educacional.

Introdução

Um dos maiores desafios da educação refere-se à garantia da eficácia na perspectiva da promoção da equidade. Para tanto, é preciso um grupo de profissionais empenhados em uma proposta de sociedade, com uma concepção acerca do tipo de jovem que desejam formar. Nesse sentido, torna-se crucial a formulação de propostas claras, garantindo que a trajetória escolar das crianças e dos adolescentes tenha o suporte necessário para as aprendizagens essenciais, evitando, assim, o processo histórico de reprovação e evasão escolar.

Desse modo, a avaliação do sistema educacional e de seus efeitos na sociedade e na vida dos alunos passa a desempenhar um papel estratégico no fortalecimento da reflexão sobre o funcionamento do sistema educacional no país, em busca da democratização do acesso e da permanência com sucesso de milhares de jovens e crianças que necessitam desse serviço como forma de inclusão social e fortalecimento da cidadania plena.

A Constituição Federal de 1988 representou um avanço, pois, pela primeira vez, em um texto constitucional, são expressamente elencados os direitos sociais, estando, dentre eles, o direito à educação

(art. 6º). Ademais, dispõe o art. 205 da Constituição Federal que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Portanto, a educação é reconhecida como essencial para o pleno desenvolvimento de cada cidadão e, enquanto porta de acesso aos demais direitos, torna-se imprescindível em um Estado Democrático de Direito (Brasil, 1988).

Nessa perspectiva, Amin (2018, s.p.) reforça que o direito à educação permite a instrumentalização dos demais direitos, tendo em vista que a “ignorância leva a uma passividade generalizada que impede questionamentos, assegura a manutenção de velhos sistemas violadores das normas que valorizam o ser humano e impede o crescimento do homem e o conseqüente amadurecimento da nação”.

A resistência aos projetos destrutivos à educação pública só pode ser coletiva. A luta travada pelos gestores da educação no Brasil é pela permanência do aluno na escola. É nesse sentido que se inserem, nas escolas do sistema público de ensino, programas voltados à permanência dos alunos, combatendo a evasão por meio de políticas públicas, como o Pé-de-Meia (apoio financeiro), alimentação e transporte escolar, programas de alfabetização (Compromisso Criança Alfabetizada), educação em tempo integral, ações de saúde mental e apoio psicossocial (como o NAPS) e o fortalecimento da gestão escolar com recursos diretos (PDDE), focando na inclusão, na equidade e na qualidade para reduzir desigualdades sociais e garantir a conclusão dos estudos. A escola brasileira, em sua prática, ainda é conservadora e tradicional, embora o pensamento pedagógico, nos últimos tempos, seja crítico e progressista, mas ainda em construção (Gadotti, 2007).

A lógica perversa e desumanizadora do capital põe em xeque, constantemente, as instituições educacionais, suas competências e capacidades, e não é fácil adequar a qualidade do ensino aos inúmeros desafios, sobretudo diante de recursos escassos. A instituição escolar

é produto de seu tempo e de sua sociedade, refletindo e moldando demandas sociais, culturais e econômicas, desempenhando um papel estratégico. Todavia, quando não é eficiente no cumprimento de suas metas e objetivos, em seu fazer pedagógico e no atendimento às demandas da comunidade e às subjetividades dos sujeitos aprendentes, precisa ser reconsiderada, buscando sua efetivação e melhorias.

A educação no Brasil avança em busca de qualidade, em um processo dialético e contraditório, especialmente quando o debate democrático é proporcionado no âmbito das entidades organizadas que lutam pela educação e pela ampliação dos direitos sociais e da justiça social. Na medida em que a sociedade se democratiza, a escola é pressionada na mesma direção.

Contemporaneamente, adota-se a perspectiva de que a educação brasileira deve consolidar-se como uma educação eficaz, que promova qualidade, equidade e justiça social, com foco no desenvolvimento de habilidades socioemocionais e no pensamento crítico. Articular eficácia, equidade e o Conselho de Classe significa utilizá-lo como espaço de diálogo e fórum deliberativo para analisar os dados de aprendizagem sob a ótica das diferentes realidades dos alunos, definindo estratégias pedagógicas que garantam a todos as mesmas oportunidades de sucesso, combatendo desigualdades, promovendo a inclusão e não apenas o desempenho médio.

A avaliação é elemento central na educação, pois diagnostica deficiências e evidencia potencialidades. Deve ser entendida, portanto, como um processo amplo, com desdobramentos coletivos e institucionais, além dos individuais. Para Gil (2011), as notas podem ir além de decidir a aprovação ou reprovação; elas moldam a autoestima, impulsionam ou desmotivam o aprendiz e podem ser decisivas para o abandono do curso.

Assim, analisar a avaliação e seus desdobramentos implica colocar o foco nos sujeitos da e para a avaliação, considerando suas especifici-

dades históricas, temporais e espaciais. As pesquisas contemporâneas sobre os sistemas de avaliação, fundamentadas em dados tanto do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) quanto de avaliações externas estaduais e municipais, enfrentam o desafio de converter diagnósticos em políticas públicas de equidade. Em 2024, no âmbito nacional, essa articulação buscou superar a mera mensuração de índices do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), transformando-os em estratégias que respondam às necessidades sociais e garantam o direito à aprendizagem de qualidade em todas as etapas de ensino.

Nesse contexto, insere-se o Conselho de Classe, instância político-pedagógica da escola com elevado potencial avaliativo, pois envolve diagnosticar, definir ações e tomar decisões para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, por meio de soluções coletivas voltadas ao atendimento das necessidades individuais dos alunos, com vistas à promoção da equidade e da eficácia.

Assim, este capítulo visa analisar o Conselho de Classe no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) enquanto espaço de decisões coletivas e sua importância no processo educacional, considerando-o como possível alternativa para a consolidação da equidade e da eficácia na educação.

Referencial Teórico

Uma educação eficaz é aquela que tem como foco a qualidade do ensino, ou seja, aquela em que a escola faz a diferença. No Brasil, as pesquisas sobre eficácia escolar, ou efeito da escola na aprendizagem dos alunos da educação básica, consolidaram-se a partir da década de 1990, com as publicações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que contou com dados descritivos sobre o desempenho dos estudantes, proporcionando a possibilidade de monitoramento do

sistema educacional no que se refere à pesquisa escolar. Após esse período, as investigações passaram a ser realizadas com o objetivo de avaliar os efeitos das escolas na aprendizagem dos alunos.

Ao considerar que a eficácia está relacionada à qualidade da educação, Brooke e Soares (2008) afirmam que a ideia de eficácia varia entre as escolas dentro de uma mesma rede ou sistema, mesmo quando dispõem dos mesmos recursos. Com base nesses estudos, verificou-se que determinados aspectos do funcionamento da escola, enquanto instituição social, têm relevância na efetivação da eficácia escolar, tais como:

[...] o sistema de premiações e punições; a criação de posições de responsabilidade para os alunos; a ênfase no trabalho acadêmico; a liderança; os bons modelos de comportamento estabelecidos pelos professores e o envolvimento dos professores nas decisões da escola (Brooke; Soares, 2008, p. 219).

As pesquisas sobre fatores de eficácia escolar dizem respeito à avaliação das instituições de ensino em relação à aprendizagem dos alunos e ao seu desempenho acadêmico entre as diversas escolas. Segundo Alves e Franco (2008, p. 483), os indicadores educacionais globais são elaborados a partir de dados fornecidos pelos censos e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada periodicamente, e, com base neles, podem ser calculados indicadores como taxas de escolarização, número de anos de estudo e níveis educacionais alcançados pela população.

Os fatores identificados na literatura nacional associados positivamente à eficácia escolar foram categorizados em: (1) recursos escolares (importância do uso e da conservação de equipamentos e do prédio escolar; recursos financeiros e pedagógicos); (2) organização e gestão da escola (dedicação e liderança do diretor e comprometimento do corpo docente com o aprendizado dos alunos); (3) clima acadêmico (interesse, dedicação e exigência docente; respeito e disciplina); (4) formação e salário docente (incluindo a experiência docente); e (5) ênfase pedagógica (resolução de problemas contextualizados e

métodos ativos de ensino). Destaca-se, ainda, que alguns dos fatores identificados estão fora do controle das escolas no Brasil e do sistema de ensino (Alves; Franco, 2008).

Dentro das contradições socioeconômicas brasileiras, percebe-se uma sociedade marcada por desigualdades que, por sua vez, se refletem no sistema educacional, o qual apresenta baixos resultados quando comparado a outros países, inclusive da América Latina. Os dados apresentados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) demonstram a ineficácia do sistema educacional público em relação à proficiência dos alunos, especialmente nas redes públicas.

Nesse sentido, é pertinente a discussão acerca da eficácia escolar. As escolas devem estabelecer objetivos e metas coletivamente referenciados, dentro das possibilidades reais e concretas de sua realidade social, e, nessa perspectiva, avaliar o cotidiano de seu fazer pedagógico ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, combatendo formas de resistência à aprovação dos estudantes como direito.

O ideário de equidade está associado ao princípio da justiça social. A equidade diz respeito às diferenças na perspectiva da igualdade de condições na sociedade. Além dos problemas relacionados à eficácia da educação e à sua qualidade, a sociedade brasileira precisa enfrentar questões relativas à equidade. Análises da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que o Brasil é um dos países nos quais é mais perceptível a correlação entre o nível socioeconômico e cultural dos alunos e as condições escolares (OCDE, 2004).

O direito de possuir diferenças legalmente reconhecidas permite ao ser humano a possibilidade de inclusão dentro de um sistema social, como, por exemplo:

A ausência de equidade provoca a iniquidade, isto é, inexistência de acesso justo e igual para que todos superem suas necessidades e tenham igualdade distributiva ou redistributiva na qualidade de atenção a essas necessidades e acesso a oportunidades construídas pela sociedade. Não ter acesso à energia elétrica, à água tratada, ao transporte público são expressões de iniquidade (Sposati, 2010, p. 1).

Verifica-se, hoje, no contexto brasileiro, que a universalização do acesso à educação já não é suficiente, sendo necessário também promover o sucesso escolar, especialmente quando se evidencia, no sistema educacional, um elevado índice de reprovação e exclusão. Uma abordagem alternativa é aquela que, ao invés de procurar identificar as unidades escolares eficazes, busca caracterizar quais políticas e práticas escolares podem explicar o alto desempenho educacional das escolas, sempre após filtrar os efeitos atribuíveis às características individuais dos alunos e à composição social do corpo discente (Raudenbush; Bryk, 2002).

A escola deve refletir sobre o seu fazer pedagógico, que é também político, e, a partir dessa reflexão, intervir quando necessário, a fim de atingir os objetivos propostos em seu projeto pedagógico. Isso se aplica, especialmente, à redução da reprovação e da evasão escolar e à consolidação da aprendizagem dos alunos.

Um dos grandes desafios atualmente enfrentados pela instituição escolar é conviver respeitando as diferenças, as subjetividades e as diversidades. Assim, ter acesso ao ensino não é garantia de ser beneficiado por ele, pois pode ocorrer o processo de “marginalização por dentro”, conforme afirma Bourdieu (1992 *apud* Andrade; Neto, 2007, p. 58). A escola é habitada por excluídos potenciais. Ao longo dos anos, houve uma democratização quanto ao acesso à escola no Brasil; no entanto, não necessariamente à educação, ao conhecimento e à aprendizagem. Não houve uma interseção entre o direito ao acesso e o direito à aprendizagem, especialmente considerando que a educação ocorre ao longo de toda a vida.

Sendo assim, compreende-se que o Conselho de Classe é um dos poucos momentos existentes nas instituições escolares que permite a discussão e a análise coletiva do processo de ensino; portanto, representa a possibilidade de inovação, como a participação direta e crítica de todos os envolvidos no processo pedagógico, visando à melhoria da construção do conhecimento.

Essa instância ainda tem um papel fundamental no processo de avaliação, pois, por meio das diversas análises dos participantes, é possível estruturar um trabalho pedagógico a partir de um fazer coletivo. Assim, “o Conselho de Classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual se desenvolve o processo de trabalho escolar” (Dalben, 1992, p. 16).

Face ao exposto, o Conselho de Classe é entendido como um momento especial na organização do trabalho pedagógico, de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho coletivo e que pode fomentar transformações nas práticas pedagógicas. A participação efetiva de professores, da equipe pedagógica, dos alunos e da direção permite que se desenvolva um processo educativo de reflexão e de discussão coletiva sobre a prática de toda a escola, possibilitando uma visão de conjunto e a construção do projeto pedagógico.

Percursos Metodológicos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa quali-quantitativa, de natureza aplicada, com objetivo descritivo e exploratório, mediante os seguintes procedimentos metodológicos: (A) revisão bibliográfica; (B) discussão dos conceitos relacionados ao objeto de estudo, qual seja, a análise do Conselho de Classe (CONCLASSE) no CODAP/UFS e sua importância no processo educacional; (C) levantamento de dados estatísticos como forma de analisar o impacto do Conselho de Classe nas avaliações externas.

A revisão bibliográfica sobre os conceitos norteadores deste capítulo, como conselho de classe, equidade, avaliação e eficácia na educação, buscando contribuições principalmente na área da educação, mas também na sociologia e na filosofia, foi realizada com base no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A partir da revisão bibliográfica, houve o aprofundamento da discussão dos conceitos apresentados, por meio da exposição das proposições dos autores, tendo em vista as discussões sobre a realidade concreta do trabalho no CODAP/UFS.

Por fim, por meio do levantamento de dados referentes ao Conselho de Classe, disponibilizados junto ao setor de Orientação Educacional¹⁹ do CODAP/UFS, foi possível apresentar o quantitativo de aprovações e reprovações no período de 2019 a 2023.

Resultados e Discussão

O Conselho de Classe é entendido como um espaço efetivo de avaliação e de integração com o coletivo escolar, na perspectiva de analisar as reais necessidades de aprendizagem dos alunos a partir de suas subjetividades.

A origem etimológica da palavra *conselho* vem do latim *consilium*, que “significa uma via de mão dupla: ouvir e ser ouvido” (Cury, 2000, p. 47). Igualmente, Libâneo (2004) reporta-se ao Conselho de Classe como uma entidade colegiada, constituída pelos seguintes sujeitos: docentes, representantes de estudantes e, em determinadas circunstâncias, pais ou responsáveis.

Segundo Lopes (2016), as primeiras iniciativas de vivência do Conselho de Classe ocorreram na França, por volta do ano de 1945. Nesse período, docentes brasileiras do estado do Rio de Janeiro realizaram estágios no Instituto de Pesquisas Educacionais de Sèvres, na França, o que lhes oportunizou vivências com o Conselho de Classe. Assim, retornaram ao Brasil e colocaram em prática os conhecimentos construídos em suas experiências acadêmicas na França, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ).

Na década de 1980, no período pós-militar no Brasil, nota-se que os princípios democráticos, com vistas à melhoria dos processos de ensino

¹⁹ Responsável pela organização e censeamento dos Conselhos de Classe na instituição.

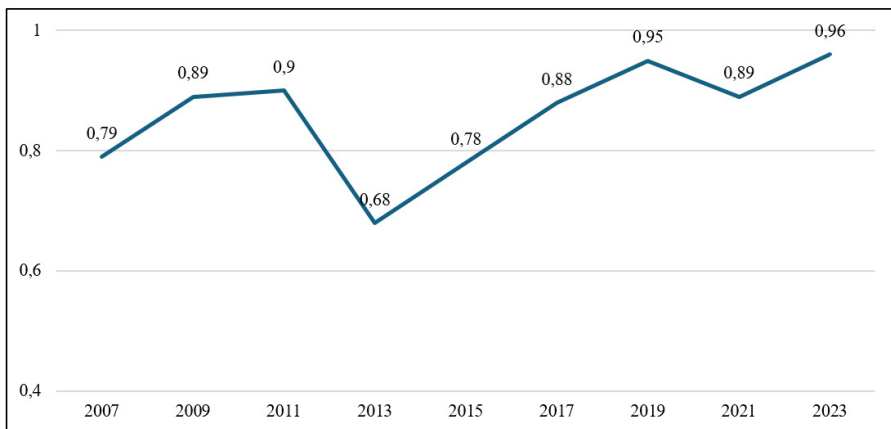
e aprendizagem, passam a se materializar de forma atrelada ao Conselho de Classe, uma vez que este passou a ser vivenciado com a participação ativa dos membros da comunidade escolar.

No CODAP/UFS, o Conselho de Classe (CONCLASSE) está normatizado pelo regimento escolar, mediante a Resolução n.º 31/2008/CONSU. Dentro da estrutura administrativa e pedagógica, apresenta as seguintes características: “órgão consultivo, normativo e deliberativo em assuntos didático-pedagógicos e disciplinares, com atuação restrita a cada turma” (UFS, 2008, art. 26).

No regulamento interno (UFS, 2008), o CONCLASSE é apresentado como uma estrutura compatível com os conceitos e definições estabelecidos neste capítulo, situando-se como órgão colegiado responsável por realizar uma avaliação diagnóstica e por apontar ações coletivas convergentes à reorganização do trabalho pedagógico.

O Indicador de Rendimento Escolar do CODAP/UFS melhorou após a implementação do CONCLASSE, em 2008, passando de 0,79 (2007) para 0,90 (2011), conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Indicador de Rendimento Escolar do CODAP/UFS (2013-2024).



Fonte: Inep, 2023.
Organização: Autoras (2025).

Mas, em 2013, período em que se observa a queda do Indicador de Rendimento Escolar, o perfil do público atendido pela escola mudou em função do Sorteio Público de vagas, instituído também pela Resolução n.º 31/2008/CONSU, o que impactou diretamente o rendimento escolar dos estudantes, diante da nova dinâmica escolar, caracterizada por uma maior diversidade no perfil socioeconômico dos alunos.

Essa queda pode justificar a necessidade de um regulamento próprio para o CONCLASSE, o qual foi aprovado na 14ª Assembleia do Conselho Geral do CODAP/UFS, em 22 de julho de 2014. Assim, ficou estabelecido que as reuniões acontecem em três momentos ao longo do ano letivo: a primeira reunião, após o término da 1ª unidade; a segunda reunião, no início da 3ª unidade; e a terceira reunião, antes do período de recuperação final.

No primeiro momento do CONCLASSE, o aluno representante de turma participa avaliando o trabalho realizado pelos professores e pelos setores da escola, direção, secretaria, psicologia, assistência estudantil, orientação educacional, supervisão pedagógica, cantina/lanche, biblioteca, entre outros. Em um segundo momento, os docentes avaliam o desempenho dos alunos e propõem encaminhamentos de forma coletiva, sendo discutidos os fatores internos e externos causadores dos problemas enfrentados e as possíveis soluções.

Após essas mudanças, nota-se (Figura 1) que o Indicador de Rendimento Escolar vem apresentando crescimento, com exceção do ano de 2021, marcado pelo período pandêmico. Do ponto de vista de Senkevics e Alcantara (2024), os resultados médios em disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa caíram de 2019 para 2021, interrompendo a trajetória de melhoria histórica e demonstrando o impacto negativo da pandemia de COVID-19 no desempenho dos estudantes. Esses efeitos foram mais intensos entre escolas com menores condições institucionais e entre alunos de menor nível socioeconômico.

Importa também destacar que o CONCLASSE, no CODAP/UFS, atua em conjunto com a Direção, o Conselho Técnico-Pedagógico e uma equipe multiprofissional (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais), que realiza uma série de medidas de acompanhamento individual dos alunos e das turmas ao longo do ano, consolidando o CONCLASSE como uma atividade contínua.

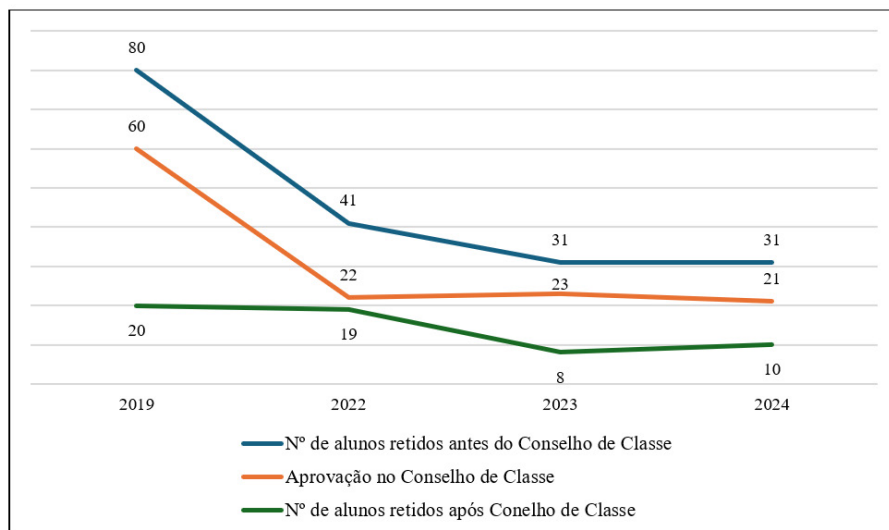
O corpo docente tem se integrado às discussões do CONCLASSE, ao reconstruir as práticas diárias e ao concordar em remodelar o sistema de avaliação. A Resolução Nº 2/2020/CONEPE trata da aprovação de alterações nas normas do Sistema de Avaliação do Colégio de Aplicação (CODAP/UFS), estabelecendo as regras para o processo de avaliação dos alunos, seguindo os princípios de transparência e publicidade.

Mesmo diante dos desafios diários e externos à escola, as práticas associadas ao CONCLASSE têm permitido o fortalecimento do compromisso com a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Isso ocorre em razão da reorganização do trabalho pedagógico, da reconstrução da cultura escolar, anteriormente arraigada em práticas tradicionais e da adoção de metodologias mais alinhadas às necessidades dos alunos, o que contribuiu para maior inclusão.

Esse trabalho em equipe, particularmente no acompanhamento contínuo dos alunos realizado pela equipe técnica e docente, indica uma redução no índice de retenção no CODAP/UFS. Contudo, esse conselho tem impactado positivamente esse cenário, evidenciado pela redução das retenções dos alunos nas diferentes etapas de ensino (Figura 2).

Em média, ingressam anualmente no CODAP/UFS cerca de 60 alunos por ano/série, distribuídos em duas turmas. Em 2019, por exemplo, antes da consolidação das práticas do CONCLASSE, 80 alunos apresentavam possibilidade de reprovação; após a discussão coletiva, esse número foi reduzido para apenas 20 alunos retidos, situação semelhante observada nos anos seguintes.

Figura 2 – Alunos Retidos e aprovados pelo CONCLASSE do CODAP/UFS (2019-2024).



Fonte: Orientação Educacional, CODAP/UFS, 2024.
Organização: Autoras (2025).

Com isso, é possível apresentar projeções do Indicador de Rendimento Escolar e, conseqüentemente, do Ideb do CODAP/UFS, segundo os dados apresentados na Figura 2 e nas Notas Padronizadas do Saeb. Para tanto, tomou-se como exemplo o ano de 2019 (Tabela 1).

Tabela 1 – Projeções do IDEB e do Conselho de classe do CODAP/UFS (2019).

Situação	Rendimento	IDEB
Sem Conselho de Classe	0,80	5,3
Com Conselho de Classe	0,88	5,8

Fonte: Orientação Educacional, 2024; Inep, 2023.
Organização: Autoras (2025).

Dessa forma, o CONCLASSE impactou positivamente o rendimento escolar e, conseqüentemente, o Ideb, contribuindo para uma análise

mais cuidadosa e coletiva das trajetórias dos estudantes e para a redução do número de reprovações.

Devido ao público diverso e às realidades distintas, os alunos que declaram vulnerabilidade socioeconômica podem receber bolsas de auxílio estudantil, por meio de edital, para custear algumas despesas e mantê-los frequentando as aulas regularmente. Foram beneficiados 136 alunos com o auxílio estudantil. Ademais, com o lançamento do programa “Pé-de-Meia” pelo Governo Federal, 59 estudantes do ensino médio foram beneficiados, recebendo o incentivo-matrícula e o incentivo-frequência, cada um no valor de R\$ 200,00.

Importa destacar que, a partir de setembro de 2009, o sorteio público foi instituído, e o CODAP passou a receber alunos oriundos de realidades escolares diversas. Mesmo com esforço coletivo, as limitações orçamentárias associadas à vulnerabilidade econômica dos alunos são fatores preponderantes para a limitação dos índices de aprovação desejados.

Dez anos depois, em 2019, o CODAP/UFS alcançou a nota 5,8, dando sequência a um aumento progressivo em relação a 2013 (4,4). Em 2023, a nota foi 5,5; apesar de ser inferior à de 2019, a redução ocorreu em âmbito nacional e está associada aos desafios pós-pandemia, ao abandono escolar e às reprovações por falta, com perdas de aprendizagem em muitas redes, como a de Sergipe, que ficou abaixo das metas, evidenciando a necessidade de recomposição da aprendizagem, especialmente em Matemática e Língua Portuguesa.

É relativamente comum que a divulgação dos dados do Ideb gere comentários depreciativos, sob a alegação de que os resultados foram obtidos por meio do aumento da aprovação automática, e não por melhora na aprendizagem. No Brasil, a verdade é que elevadas taxas de reprovação prejudicam, sobretudo, os mais pobres, os pretos, pardos e indígenas, levando-os a abandonar a escola após trajetórias escolares irregulares. Outro aspecto dessa prática de reprovações abusivas é o

aumento dos custos da educação pública, com a ampliação do número de turmas infladas pela geração de repetentes.

Entre os fatores apontados pelo Ideb como interferentes no desempenho dos alunos, destaca-se o conhecimento da realidade escolar, suas limitações e desafios. Para responder à necessidade de integração efetiva do cotidiano escolar, o diálogo integrado e multidisciplinar dos Conselhos Escolares configura-se como estratégia fundamental.

Considerações Finais

Com o objetivo de analisar o CONCLASSE no CODAP/UFS, enquanto espaço de decisões coletivas, este estudo indicou impactos positivos dessa instância, enfatizando sua importância no processo educacional como uma possível alternativa para a consolidação da equidade e da eficácia na educação.

O CONCLASSE no CODAP/UFS tem apresentado dados relevantes para a comunidade escolar; contudo, nos últimos anos, nota-se um esvaziamento nas reuniões. Observa-se que diversos problemas acerca do processo de aprendizagem são apontados, e o conselho tem sido salutar para o estreitamento dos laços entre os professores da turma, suas necessidades e projetos coletivos de atuação, inclusive por meio da ação dialógica com as sugestões dos alunos.

Entretanto, para alguns, os problemas continuam sendo atribuídos exclusivamente ao aluno, como falta de base, falta de estudo e problemas de comportamento, sem direcionamento para possíveis falhas no processo de ensino; essa prática precisa ser repensada, de modo a atender ao que está preconizado na organização didática da instituição.

Ao concluir este capítulo, sinaliza-se que a educação pública brasileira, entendida como direito líquido e subjetivo de todos, precisa melhorar o desempenho dos alunos com relação aos índices de reprovação e evasão escolar, uma vez que ocorre um processo de exclusão no que diz respeito à promoção e à regularização do fluxo escolar.

Em geral, os resultados do desempenho dos estudantes brasileiros que participaram das avaliações nacionais, a exemplo do Ideb, mostram que o sistema educacional precisa avançar em termos de qualidade da educação, eficácia e equidade, haja vista os resultados recentes.

Compreende-se que o trabalho do Conselho de Classe é fundamental e requer sintonia com a avaliação e o conhecimento da realidade social, para que sua intervenção se constitua como uma proposta significativa para a vida dos alunos.

O Conselho de Classe pode contribuir para a efetivação da equidade e da eficácia como um espaço fundamental na estruturação do fazer pedagógico. Legalmente instituído, afirma-se como uma instância colegiada capaz de se efetivar como espaço de práticas transformadoras que promovam a equidade, a eficácia e, portanto, uma educação na perspectiva da justiça social.

Referências

ALVES, M. T. G.; FRANCO, C. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil. In: SOARES, J. F.; BROOKE, N. **Pesquisa em eficácia escolar**: origens e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AMIN, A. R. **Doutrina da Proteção Integral**. In: MACIEL, K. R. F. L. A. (Coord.), Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Saraiva, p. 60-66, 2018.

ANDRADE, E. R.; NETO, F. **Juventudes e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação**. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Educação e Diversidade; UNESCO, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Dispõe do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, 1988.

BROKE, N.; SOARES, F. S. **Pesquisa em Eficácia Escolar**: origem e trajetórias. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CURY, C. R. J. Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. (Orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

DALBEN, A. I. L. F. **Conselho de Classe e avaliação** – perspectivas na gestão pedagógica da escola. 3. ed. – Campinas: Papirus, 2006.

GADOTTI, M. **Paulo Freire e a educação popular**. Proposta, Rio de Janeiro, v.31, n.113, p.21-27, jul./set. 2007.

GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. revista ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LOPES, M. S. R. Conselho de Classe: O Funcionamento de um Espaço Político-Pedagógico a Ser Ressignificado. 2016. 136 f. **Dissertação** – Mestrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Aprendendo para o mundo de amanhã**: primeiros resultados de PISA 2003. São Paulo: Moderna, 2004.

RAUDENBUSH, S. W.; BRYK, A. S. **Hierarchical linear models**: Applications and data analysis methods. Sage, 2002.

SENKEVICS, A. S.; ALCANTARA, V. G. Nivelando por baixo: Pandemia e queda de aprendizado no ensino fundamental. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 35, p. e10525, 2024.

SPOSATI, A. Equidade. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010.

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução N° 31/2008/CONSU**. Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe. Regimento do Colégio de Aplicação, 8 de outubro de 2008.

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução N° 2/2020/CONEPE**. Aprova alterações nas normas do Sistema de Avaliação do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, 2020.



CAPÍTULO 7

Mediações Culturais e Sociais em Âmbito Escolar: ações Educativas da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de Sergipe

DOI: 10.35260/54212816p.147-166.2026

Aline Rodrigues de Souza Sales
Maria Naiza Martins Oliveira
Joyce Dalline Silva Andrade

Biblioteca Comunitária (BICOM), anexo ao CODAP/UFS que, desde 2022, corrobora a formação dos alunos, por ser um espaço de leitura, convivência e acesso ao conhecimento, aberto à diversidade e à participação de todos.



Foto: Aline Rodrigues de Souza Sales (2026).

Resumo

As bibliotecas comunitárias emergem de demandas sociais e atuam de forma mais próxima da população. Destaca-se, neste estudo, a Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de Sergipe (BICOM/UFS), a qual tem articulado ações educativas no Colégio de Aplicação da UFS (CODAP/UFS), potencializando o seu papel social por meio das mediações culturais. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo analisar a relevância da BICOM/UFS enquanto agente de mediação cultural, a partir da implementação de ações educativas que contribuem para a formação dos alunos e para o fortalecimento de sua função social no

processo educativo do CODAP/UFS. Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem quali-quantitativa, que utiliza a pesquisa bibliográfica e documental como fontes diretas de informação. Como resultado, constatou-se que as ações culturais realizadas na BICOM/UFS têm contribuído significativamente para o incentivo à leitura, ampliando também o uso do espaço pela comunidade escolar, com impactos positivos no tocante ao acesso à cultura e à informação, bem como ao fortalecimento do papel social da biblioteca no contexto educativo.

Palavras-chave: Ações Culturais; Ações Educativas; Biblioteca Escolar; CODAP/UFS; Perfil Socioeconômico.

Introdução

As bibliotecas contribuem para a consolidação de práticas educativas e informacionais, pois ampliam o acesso à informação, promovem competências críticas e favorecem a participação social, reforçando o papel dessas instituições como espaços de inclusão e desenvolvimento comunitário (Teixeira; Lubisco, 2024). Nesse contexto, destacam-se as bibliotecas comunitárias, pois emergem de demandas sociais e atuam de forma mais próxima da população.

Sob essa perspectiva, “as bibliotecas comunitárias surgem das necessidades locais resultantes da escassez de políticas públicas culturais, atuam no incentivo à leitura, no desenvolvimento das comunidades e na democratização do acesso à informação e à cultura” (Rosa; Fujino, 2021, p. 1). Nessa instância, tem-se a Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de Sergipe (BICOM/UFS), cuja missão é “gerenciar e disponibilizar informações para a comunidade universitária e para a sociedade” (UFS, s.d., p. 1).

Instalada no Colégio de Aplicação da UFS (CODAP/UFS) desde 1999, a BICOM/UFS tem como objetivo “preservar e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação profissional, a prática da pesquisa e a consciência social, por meio de uma gestão de excelência, de valorização dos colaboradores e de parceiros” (UFS, s.d., p. 1).

Vinculado à UFS, o CODAP/UFS é uma escola de Educação Básica que atua “na formação e no desenvolvimento psicológico, sociocultural e afetivo do aluno, proporcionando-lhe conhecimentos e habilidades que lhe permitam prosseguir seus estudos” (UFS, 2008, p. 3), tanto na segunda etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) quanto no Ensino Médio. Diante dessa realidade, a BICOM/UFS parece potencializar o projeto pedagógico do CODAP/UFS, assumindo também um papel de biblioteca escolar.

A função da biblioteca escolar transcende a simples guarda de acervos, pois contribui diretamente para o enriquecimento cultural da comunidade escolar, além de fomentar práticas leitoras e promover o desenvolvimento de competências informacionais. Conforme apontam Côrte e Bandeira (2011, p. 9), “a missão da biblioteca escolar está intimamente ligada à da escola – porta de entrada às novas experiências da leitura”.

Dessa forma, compreende-se que a biblioteca escolar constitui um instrumento de apoio ao processo de formação escolar, podendo estar inserida em um contexto socioeconômico diverso, sendo agente ativa nos processos de desenvolvimento cognitivo, por meio da mediação cultural (Pajeú; Almeida, 2020), foco deste estudo.

A mediação cultural surgiu nas últimas décadas e tem se destacado no contexto escolar, devido ao seu princípio de democratização, com vistas a ampliar o acesso à cultura. Segundo Coelho (2012, p. 162), democratização da cultura é “um processo de popularização das chamadas artes eruditas (artes plásticas, ópera, música erudita, etc.)”.

Nesse ponto, as bibliotecas passaram por um processo de ressignificação e vêm se consolidando como espaços culturais, promovendo a construção de sentidos e saberes por meio da mediação entre o sujeito e a informação, mediante ações educativas, particularmente articuladas pelos bibliotecários.

Assim, este capítulo tem como objetivo analisar a relevância da BLCOM/UFS enquanto agente de mediação cultural, a partir da implementação de ações educativas que contribuem para a formação dos alunos e para o fortalecimento de sua função social no processo educativo do CODAP/UFS.

A mediação cultural como estratégia de redução das desigualdades sociais

Percebe-se que a mediação cultural se vincula ao processo de democratização cultural, colaborando para o acesso à cultura. Nesse ponto, Rasteli e Caldas (2017, p. 154) pontuam que a mediação cultural está “associada ainda aos princípios da democratização cultural, traduzindo igualmente as preocupações de sustentabilidade sentidas por agentes e instituições culturais”.

Para tanto, Coelho (2012) defende que o acesso cultural permite a comunicação entre o sujeito e a unidade, ou seja, esse acesso possibilita que o sujeito possa, além de consumir, produzir cultura. A partir dos conceitos trazidos pelo autor supracitado, entende-se que a diferença entre mediação cultural e acesso cultural está nos objetivos, pois, enquanto a mediação cultural proporciona a aproximação do sujeito com a cultura, o acesso cultural favorece o contato do sujeito com a unidade produtora de cultura, possibilitando que esse sujeito também produza cultura.

A mediação está conectada às ações e, nesse sentido, a mediação cultural pode ser realizada por meio de práticas culturais, a saber: ação cultural, fabricação cultural e animação cultural (Quadro 1).

Quadro 1 – Práticas Culturais.

Atividades Culturais	Definição
Ação cultural	“é um processo com início claro e armado, mas sem fim especificado [...] na ação, o agente gera um processo, não o objeto” (2006, p. 112).
Fabricação cultural	“é um processo com início determinado, um fim previsto e etapas estipuladas que devem levar a fim preestabelecido [...] na fabricação o sujeito produz um objeto” (2006, p. 12).
Animação cultural	“é a primeira expressão a que se recorreu, contemporaneamente, para indicar o processo de mediação entre indivíduos e modos culturais genericamente considerados” (2012, p. 53).

Fonte: Elaborado a partir de Coelho (2006, 2012).

Percebe-se que a ação cultural promove transformação na vida do indivíduo, tornando-o um participante do processo, enquanto a animação cultural compreende atividades pontuais, nas quais o indivíduo participa de forma parcial do processo. Portanto, entende-se que a escolha por uma dessas práticas culturais vai depender do tipo de atividade cultural que será desenvolvida.

Por isso, independentemente da atividade cultural, as bibliotecas comunitárias têm contribuído para a inclusão social e a redução das desigualdades no Brasil, pois, além de promoverem o acesso à leitura, à informação, às atividades culturais e às práticas de letramento, também fortalecem a autonomia e o desenvolvimento cognitivo dos usuários, especialmente de crianças, jovens e grupos vulneráveis (Gonçalves *et al.*, 2024; Silva; Marquez, 2025).

Assim, “conclui-se que as bibliotecas comunitárias representam potentes instrumentos de inclusão, exigindo maior apoio de políticas públicas para sustentar e ampliar seus impactos positivos”, por serem espaços de resistência cultural e promoção da cidadania (Silva; Marquez, 2025, p. 1).

Porém, no processo de mediação cultural, faz-se presente o fazer do bibliotecário, sujeito essencial que possibilita o diálogo entre os

acervos, as ações culturais e os diferentes públicos. Segundo Lima e Perrotti (2016, p. 162), a “mediação cultural é entendida como categoria central da profissão de bibliotecário”.

Com isso, considerando a importância do processo de mediação cultural nas bibliotecas, é fundamental o papel do bibliotecário como mediador, pois ele possibilita a difusão da cultura na comunidade, em prol do acesso à informação, do fortalecimento da cidadania e da inclusão social.

Um breve histórico da Biblioteca Comunitária da UFS

A BICOM/UFS (Figura 1) foi criada a partir do envio de uma proposta ao MEC/SESU, em 15 de junho de 1993, para a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Isso ocorreu quando foi proposta a construção de um anexo durante a reforma e ampliação da Biblioteca Central (BICEN) da UFS, com vistas a instituir uma biblioteca que atendesse tanto às necessidades da comunidade acadêmica quanto, principalmente, às da comunidade externa (UFS, 2019).

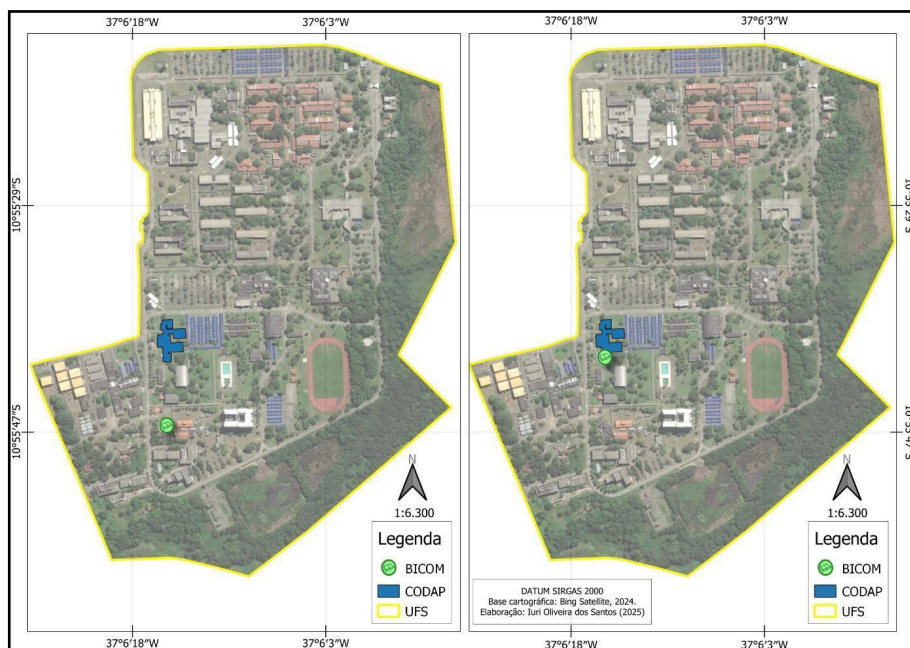
Figura 1 – Espaço interno da BICOM/UFS.



Fonte: Autoras (2025).

Após a aprovação da proposta, iniciou-se a construção da BICOM, em julho de 1994, sendo inaugurada em 23 de julho de 1996, no espaço hoje ocupado pelo curso de Agronomia e pelo Centro Editorial e Audio-visual (Figura 2A), conforme apontou Souza (2015), com o objetivo de integrar o ensino superior ao ensino básico.

Figura 2 – Geolocalização da BICOM/UFS em 1996 (A) e 1999 (B).



Elaboração: Iuri Oliveira dos Santos (2025).

A partir de 1999, a BICOM/UFS passou a funcionar nas dependências do CODAP/UFS (Figura 2B), atendendo também à comunidade interna do colégio (UFS, s.d.). Com essa mudança, a biblioteca passou a assumir um perfil predominantemente escolar, atendendo majoritariamente aos estudantes da referida instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como a alunos da graduação e servidores, seguindo o mesmo sistema utilizado pelo Sistema de Bibliotecas da UFS (SIBIUFS) e as mesmas normas²⁰ de funcionamento das demais bibliotecas da UFS.

²⁰ Disponível em <https://bibliotecas.ufs.br/pagina/152-bibliotecas-da-ufs>.

Sob o ponto de vista de Pajeú e Almeida (2020), a biblioteca escolar é um espaço de convivência, troca de saberes e valorização da cultura, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento do projeto pedagógico da escola. Por isso, a BICOM tornou-se um local de acesso à informação, configurando-se como ambiente propício à construção do conhecimento, ao estímulo à leitura e à promoção da cidadania, desde a Educação Básica na UFS.

Ela dispõe de um acervo amplo e diversificado, composto por materiais bibliográficos que abrangem diversas áreas do conhecimento, organizadas segundo a Classificação Decimal Universal (CDU), que compreende: 0 – Generalidades; 1 – Filosofia; 2 – Religião; 3 – Ciências Sociais; 5 – Matemática e Ciências da Natureza; 6 – Ciências Aplicadas; 7 – Artes e Esportes; 8 – Linguagem e Literatura; e 9 – História e Geografia. Dentre essas, destaca-se a área 8 – Linguagem e Literatura (ensino e áreas afins), por apresentar a maior parte do acervo.

Além dos livros técnicos e literários, o acervo também inclui uma coleção significativa de mangás, oriundos de doações, e histórias em quadrinhos, que têm se revelado um recurso valioso para atrair novos leitores, especialmente entre os alunos do Ensino Fundamental. Segundo Marciano (2025), esses materiais, por sua linguagem visual e narrativa envolvente, funcionam como uma porta de entrada para o hábito da leitura, despertando o interesse por outros gêneros literários e promovendo o contato com diferentes expressões culturais.

Atualmente, o acervo da BICOM/UFS totaliza 2.491 títulos e 5.109 exemplares, demonstrando o compromisso da biblioteca com a oferta de conteúdos variados e acessíveis à comunidade (SIBIUFS, 2025). Essas obras foram adquiridas tanto por meio de compras quanto de doações, o que garante a diversidade e a relevância do material disponível.

O acesso facilitado a esse acervo, especialmente por meio do serviço de empréstimo domiciliar, possibilita que os alunos ampliem seus conhecimentos de forma contínua e acessível. Além de seu papel educacional, a biblioteca comunitária exerce uma função social crucial ao proporcionar o acesso a livros e conteúdos que, em muitos casos, seriam inacessíveis para alguns alunos devido ao alto custo no mercado editorial. Dessa forma, a biblioteca contribui para a democratização da informação e da cultura, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento intelectual da comunidade.

Além disso, vale destacar a Lei nº 12.244/2010, que torna obrigatória a presença de bibliotecas escolares com a atuação de um bibliotecário e estabelece a universalização das bibliotecas em todas as instituições de ensino do país (Brasil, 2010). Nesse sentido, a BICOM se diferencia por oferecer aos alunos uma biblioteca com um acervo amplo e diversificado, contando ainda com a presença de um bibliotecário, o que contribui significativamente para o incentivo à leitura e para o desenvolvimento educacional dos estudantes. Por estar localizada no CODAP/UFS, o acesso ao espaço e aos recursos da BICOM é facilitado para os estudantes, o que pode influenciar positivamente a leitura no cotidiano escolar.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo tem abordagem quali-quantitativa, de natureza aplicada, com objetivo descritivo e exploratório, oriundo de pesquisa bibliográfica e documental. Conforme Braga (2007, p. 25), pesquisas exploratórias reúnem “dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior”.

Proveniente de pesquisa bibliográfica, realizada com o auxílio do Google Scholar e do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi possível construir os dois tópicos da fundamentação teórica. Além disso, analisou-se a relevância da BICOM/UFS enquanto agente de mediação cultural, a partir da implementação de ações educativas no CODAP/UFS.

Para complementar essa análise teórica e subsidiar uma compreensão mais ampla do objeto de estudo, as ações educativas foram levantadas e ilustradas por meio de registros e observações participativas, sendo as autoras deste capítulo servidoras da BICOM/UFS e responsáveis pela articulação dessas ações.

Na oportunidade, apresenta-se o número de empréstimos dos exemplares nos últimos três anos, como forma de identificar o impacto das ações educativas da BICOM/UFS. Esses dados foram retirados do Relatório Estatístico de Circulação do Pergamum, documento disponível no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUFS).

Resultados e Discussão

Sob as premissas de Lima e Perrotti (2016, p. 162), este estudo indica que a BICOM/UFS tem realizado mediação cultural enquanto categoria central da atuação profissional do bibliotecário, por meio de ações educativas em consonância com projetos escolares e exposições em datas comemorativas, tais como: “Isso é Coisa de Pret@”; a Jornada Esportiva, Científica e Cultural do CODAP/UFS (JECCCA); o Dia do Terror, entre outros, apresentados adiante.

Com relação às exposições, pode-se citar como exemplo a amostra de livros realizada durante o evento “Isso é Coisa de Pret@” (Figura 3A), o qual promoveu ações pedagógicas voltadas à valorização da

cultura afro-brasileira, em prol de um currículo antirracista²¹. Além disso, durante uma semana, foram expostos livros alusivos ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março (Figura 3B).

Figura 3 – Exposições de livros em datas e eventos no CODAP/UFS.



Fonte: Autoras (2024).

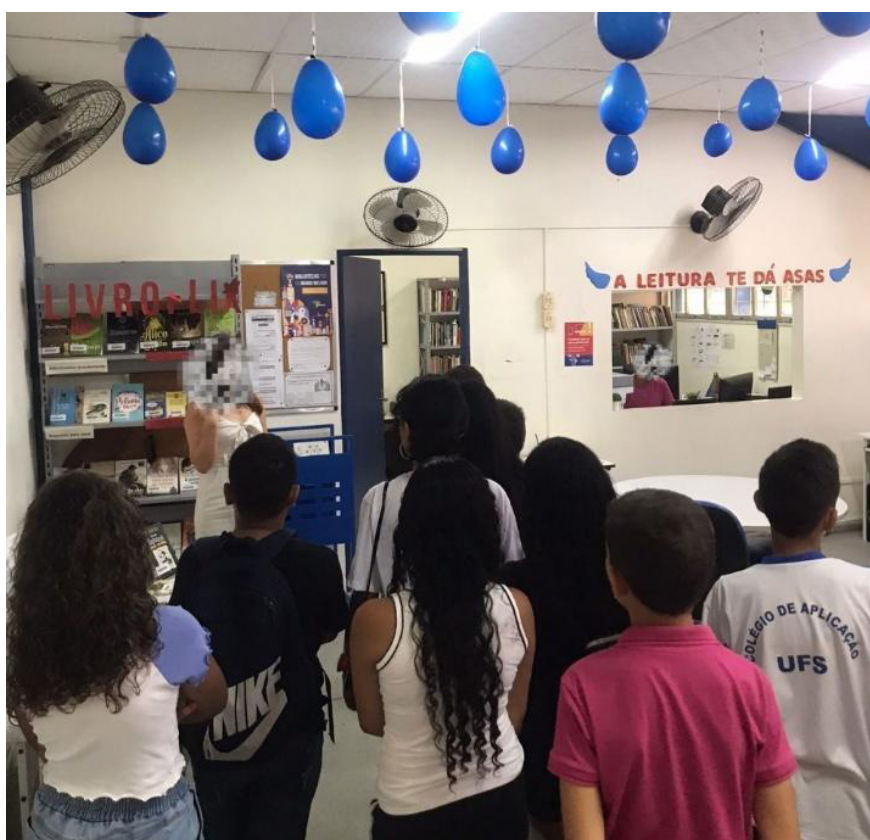
Ao selecionar e disponibilizar obras que abordam questões étnico-raciais e de gênero, a BICOM/UFS contribuiu para ampliar o acesso a diferentes narrativas, fortalecendo a consciência crítica e estimulando o debate sobre igualdade, direitos e justiça social, reafirmando, assim, a sua função como agente de inclusão e transformação social no contexto educativo, como defendem Teixeira e Lubisco (2024).

Esse cenário reforça que bibliotecas comunitárias/escolares não apenas disponibilizam acervos, mas atuam como espaços sociais dinâmicos, capazes de promover inclusão, equidade racial e diálogo intercultural por meio de ações culturais e ações antirracistas (Gonçalves *et al.*, 2024; Mendes; Costa; Cutrim, 2024).

21 Para mais informações sobre o evento, acessar: <https://codap.ufs.br/conteudo/75506-vi-isso-e-coisa-de-pret>.

Adiante, a semana de acolhimento refere-se às ações realizadas na primeira semana de aula com os alunos que ingressam no 6º ano do Ensino Fundamental, em parceria com a equipe de orientação pedagógica do CODAP/UFS (Figura 4). Durante esse momento, são apresentados os serviços da biblioteca, bem como as regras de uso e de empréstimo do acervo²².

Figura 4 – Semana de acolhimento do CODAP/UFS.



Fonte: Autoras (2025).

²² Os alunos podem realizar o empréstimo de até cinco livros pelo período de dez dias, com a possibilidade de renovação por até oito vezes (SITE DA UFS, 2025).

Os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental ingressam, desde 2010, via Sorteio Público de vagas. Segundo Lima (2023), esse modelo, integrado às políticas afirmativas na Educação Básica, favorece a ampliação e a diversificação do perfil socioeconômico dos estudantes, ao possibilitar o acesso de sujeitos historicamente excluídos de escolas públicas federais de alta demanda.

Assim, a mediação cultural promovida pelos bibliotecários, também autores deste capítulo, por meio de ações educativas na BICOM/UFS, tem corroborado a formação desses alunos que, em outro cenário, poderiam não ter fácil acesso à biblioteca escolar.

Nesse contexto, Miranda, Braga e Cavalcanti (2022, p. 1), ao envolverem escolas públicas como recorte espacial de sua pesquisa, apontaram que os espaços de leitura, como as bibliotecas escolares, “repercutem mais em escolas de nível socioeconômico mais baixo, nas quais a existência de recursos escolares, associados à utilização adequada, se convertem em vantagens, em termos de aprendizado para os alunos”.

Assim, foi lançado, em 2025, o Projeto Leitor do Mês, com o objetivo de incentivar a leitura por meio de premiações, como certificados e brindes. O leitor do mês é sorteado com base no relatório do sistema Pergamum, que registra os empréstimos realizados.

Inicialmente, o projeto não foi amplamente divulgado, para evitar que os alunos retirassem livros apenas com o intuito de ganhar a premiação, valorizando, assim, o hábito genuíno da leitura. Contudo, após a primeira premiação, a divulgação dos vencedores foi realizada por meio do Instagram da BICOM (@bicom_sibiufs), do CODAP/UFS (@codapufs) e do SIBIUFS (@sibiufs), como mostra a Figura 5, além da fixação de cartazes no mural da biblioteca.

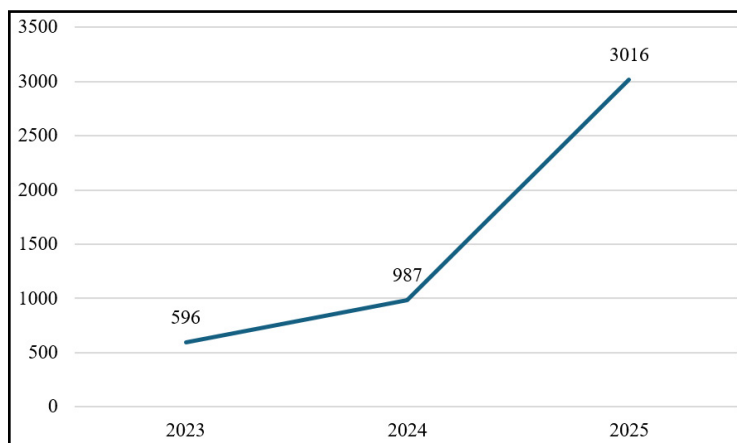
Figura 5 – Mural do projeto leitor do mês.



Fonte: Autoras (2025).

Nesse cenário, de acordo com o relatório estatístico do sistema Pergamum (2025), observou-se que essas iniciativas têm contribuído significativamente para o aumento da frequência dos alunos na BICOM/ UFS, refletindo diretamente no crescimento do número de empréstimos (Figura 6).

Figura 6 – Número de empréstimos nos últimos três anos



Fonte: Relatório estatístico de circulação do Pergamum (2025).

Esse crescimento reflete o impacto positivo das ações educativas desenvolvidas para incentivar a leitura entre os alunos, potencializando a democratização do conhecimento e atendendo às possíveis diferenças socioeconômicas advindas do Sorteio Público de vagas, por meio da BICOM/UFS, a qual também exerce o papel de biblioteca escolar.

Segundo Côrte e Bandeira (2011, p. 8), “a biblioteca escolar é um espaço de estudo e construção do conhecimento, coopera com a dinâmica da escola, desperta o interesse intelectual, favorece o enriquecimento cultural e incentiva a formação do hábito de leitura”.

Além disso, nota-se também um aumento expressivo na utilização do espaço físico da biblioteca, indicando que o local tem se tornando cada vez mais atrativo para a comunidade acadêmica (Figura 7).

Figura 7 – Alunos utilizando o espaço da biblioteca.



Fonte: Autoras (2025).

Em suma, as iniciativas descritas têm influenciado diretamente o interesse dos estudantes do CODAP/UFS, promovendo maior engajamento com o acervo disponível. A chegada de livros novos, decorrente da última compra realizada pelo SIBIUFS (2024–2025), bem como das doações de mangás, tem contribuído de forma importante para a diversificação e a renovação do acervo, despertando ainda mais o interesse dos usuários.

Considerações Finais

Este capítulo teve como objetivo analisar a relevância da BICOM/UFS enquanto agente de mediação cultural, com ênfase nas ações educativas que contribuíram para a formação dos alunos e para o fortalecimento de sua função social no processo educativo do CODAP/UFS.

Os dados evidenciaram que as mediações culturais adotadas foram eficazes, contribuindo para o fortalecimento do hábito da leitura e para a valorização da BICOM/UFS como ambiente de estudo e pesquisa.

Dessa forma, constatou-se que a atuação da BICOM/UFS vai muito além da simples disponibilização de um acervo, pois ela se consolida como um espaço dinâmico de aprendizagem, cultura e integração. Suas ações fortalecem o vínculo dos estudantes com a leitura e com o ambiente escolar, contribuindo de maneira efetiva para a formação de leitores críticos, autônomos e socialmente conscientes.

Apesar de a BICOM/UFS não atender usuários externos à UFS, uma vez que apenas usuários que possuam vínculo com essa instituição podem realizar o empréstimo domiciliar de exemplares, ela tem cumprido, de forma eficiente, o seu papel social no que diz respeito à educação escolar dos alunos do CODAP/UFS.

Por fim, cabe destacar que estudos futuros podem relacionar o perfil social, econômico e cultural dos alunos do CODAP/UFS por meio de sua

vivência e experiência junto à BICOM/UFS. Além disso, recomenda-se monitorar o desempenho e o rendimento escolar desses alunos, para identificar o impacto das ações educativas no processo de aprendizagem dos componentes curriculares.

Referência

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciências da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 2010.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

CÔRTE, Adelaide Ramos, BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de lemos, 2011.

GONÇALVES, Renata Braz; SAGGIOMO, Thais Gonçalves; MAIA, Maria de Fátima Santos; RUIZ, Ediene Crisnei da Silva; BUCHWEITZ, Carlos Roberto Bönemann; PERES, Vitória Fernandes. Biblioteca Comunitária Linha Viva: democratização da leitura e inclusão social. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 17, n. 2, p. 328–344, 2024.

LIMA, Celly de Brito; PERROTTI, Edmir. **Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural**. **Informação@Profissões**, v. 5, n. 2, p. 161–180, 2016.

LIMA, V. A. Cotas na educação básica: uma análise da atuação de políticas em uma escola pública federal. 2023. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MARCIANO, Francisco Wesley Azevedo. As contribuições dos mangás como ferramenta para o gosto e prática leitora. 2025. **Monografia** (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025.

MENDES, Anna Caroline Corrêa; COSTA, Maurício José Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Mediação do Patrimônio Afrocentrado em Bibliotecas Públicas: as estratégias de educação patrimonial afrocentrada na Biblioteca Pública Municipal José Sarney, São Luís, MA. **PolíÉtica. Revista de Ética e Filosofia Política**, v. 12, n. 3, p. 196–224, 2024.

MIRANDA, Cecília Coutinho de; BRAGA, Daniel Santos; CAVALCANTI, Ana Paula Campos. Bibliotecas escolares e salas de leitura importam para o aprendizado dos estudantes?. **Educação e Pesquisa**, v. 48, n. contínuo, p. e212158, 2022.

PAJEÚ, Hélio Márcio; ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó de. A mediação cultural na biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, e020025, 2020.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. **Transinformação**, v.29, n.2, p. 151-161, 2017.

ROSA, Nathália Zaneratto; FUJINO, Asa. Bibliotecas comunitárias: espaços de informação e cultura em territórios de vulnerabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 01-25, 2021.

SILVA, Ecilvania Justino da; MARQUEZ, Suely Oliveira Moraes. BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E INCLUSÃO SOCIAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 6, p. 5147-5150, 2025.

SOUZA, Josefa Eliana. História e memória: Universidade Federal de Sergipe, 1968 – 2012. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

TEIXEIRA, Ana Paula Santos Souza; LUBISCO, Nídia Maria Lienert. Educação em informação: uma possibilidade de consolidação para as bibliotecas multiníveis. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. /], v. 17, n. 2, p. 345-363, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **BICOM: Biblioteca Comunitária**. Sistema de Bibliotecas da UFS. Aracaju, SE, Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 31/2008/CONSU, de 08 de outubro de 2008**. Aprova o Regimento do Colégio de Aplicação. 2008.

Sobre os(as) Autores(as) e Colaboradores(as)

Aline Rodrigues de Souza Sales

Mestra em Gestão da Informação e do conhecimento (2020) pela Universidade Federal de Sergipe -UFS. Especialização em Biblioteconomia e gestão de bibliotecas escolares (2016) pela Universidade Candido Mendes. Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe (2013). Atualmente é bibliotecária da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: mediação cultural, catalogação, ensino, currículo, biblioteconomia, tecnologias, biblioteca universitária e biblioteca.

E-mail: alinersales@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6550-2197>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6866791776803390>

André Oliveira Silva

Possui licenciatura em Física (2001), mestrado (2004) e doutorado (2011) em Física pela Universidade Federal de Sergipe. Ex-diretor do CODAP/UFS, de 2017 a 2021. Atualmente é professor efetivo de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e coordena a área de Matemática e Ciências da Natureza.

E-mail: aosilva@academico.ufs.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7234004392154307>

Anézia Maria Fonsêca Barbosa

Graduada em Licenciatura Plena em Geografia (UESPI), Especialista em Geografia e Ensino (UESPI), Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI), Doutora em Geografia (UFS), Estágio Doutoral na UFPE. É professora da Universidade Federal de Sergipe – UFS, lotada no CODAP e no PRODEMA, Líder do Grupo de Pesquisa Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN/CNPq), atua como Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Metodologias Ativas (GEPIMA/CNPq) também da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E-mail: aneziamaria@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3239-0296>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4375907502464172>

Carlos Rodolfo Sampaio

Possui graduação em Ciências Biológicas Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe (2002), graduação em Ciências Biológicas Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2009), especialização em Pós-Graduação em Ensino de Biologia pela Universidade Federal de Sergipe (2009) e mestrado em Biotecnologia pela Universidade Federal de Sergipe (2013). Atualmente é Professor da Universidade Federal de Sergipe e doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS). Tem experiência na área de Biologia Geral.

E-mail: bio_rodolfo@academico.ufs.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8421814890602832>

Christiane Ramos Donato

Possui graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura pela UFS, mestrado e doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFS. Professora de Ciências e Biologia do Colégio de Aplicação da UFS (CODAP/UFS) e ex-vice-diretora do CODAP/UFS, de 2017 a 2021. Coordenadora do projeto de extensão Mosaico, preceptora do PIBID 2024–2026, curadora do EduCarstE e membro da eBRe (Escola Brasileira de Espeleologia). Tem experiência nas áreas de Educação e Ecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Afetiva, Neuroeducação, Educação Ambiental, Ensino de Ciências e Biologia, Biologia Subterrânea, Conservação da Natureza, Avaliação da Dinâmica Ambiental, Planejamento e Gestão Ambiental.

E-mail: christianecrd@academico.ufs.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1035573410272594>

Clêane Oliveira dos Santos

Doutora, Mestre, Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Educação Ambiental pela Faculdade Integrada de Jacarepaguá. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas e Aprendizagem na Educação Básica (Gpea), do Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial (Geoplan) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Gestão, Saúde e Educação Ambiental (Gesea) UFS. Atua nas linhas de pesquisa de Ensino da Geografia, Educação Ambiental e Dinâmica Ambiental. Professora de Geografia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS).

E-mail: cleaneoliveira@academico.ufs.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6258813630349992>

Elayne Cristina Menezes Silva

Possui Graduação em Geografia pela UFS, Mestrado acadêmico em Geografia. Doutoranda em Geografia (UFS). Foi professora de geografia da Educação Básica no município de Aracaju, do município de Itaporanga d'Ajuda e da Secretaria de Educação de Sergipe. Atua há 18 anos como Técnica em Assuntos Educacionais da UFS, atualmente lotada do Colégio de Aplicação da UFS, trabalha na Orientação Pedagógica de Ensino – Coordenação do Ensino Médio e ainda exerceu em parceria com outros profissionais de educação a Coordenação do estágio.

E-mail: elaynecms@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5103264285474692>

Gênisson Lima de Almeida

Doutor (2024) e Mestre (2019) em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRO-DEMA/UFS). Bacharel (2015) e licenciado (2022) em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Campus de São Cristóvão. Atuou como residente pedagógico no Colégio Estadual Professora Clarice da Silva, em São Cristóvão/SE (2020-2022) e como Professor Substituto na Universidade Federal de Sergipe, lotado no Colégio de Aplicação (2023-2025). É membro dos Grupos de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN/CNPq/UFS) e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Gestão, Saúde e Educação Ambiental (GESEA/CNPq/UFS).

E-mail: genissongeoufs@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6451-5746>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8179569312501841>

Helma de Melo Cardoso

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS, 2020). Mestra em Educação pela UFS (2016). Especialista em Metodologias de Ensino para a Educação Básica pela UFS (2009). Possui Licenciatura em Psicologia pela UFS (2004) e Graduação em Formação de Psicólogo pela UFS (2004). Atualmente é Psicóloga e Vice-diretora do Colégio de Aplicação – UFS, além de coordenadora do Clube de leitura sobre diversidades Marielle Franco.

E-mail: helma.2010@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3547-0999>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9888060759860938>

Isabel de Fátima Rodrigues Silva

Pós-graduação lato sensu em Gestão Cultural pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/CEAD-MG, 2009). Bacharelado em Desenho pela Escola de Belas Artes/UFMG (2008). Licenciatura em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes/UFMG (2007). Licenciatura em Francês e Português pela Faculdade de Letras/UFMG (respectivamente, 2001 e 2002). Didactologie du Français Langue Etrangère pela Université de Paris III/Sorbonne-Nouvelle (1999). Bacharelado em Jornalismo/Comunicação Social pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG (1994). Professora EBTT pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/IFBA-Ilhéus (2014–2018). Professora EBTT pelo Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (em exercício).

E-mail: isabelrodrigues@academico.ufs.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4931972370984053>

Iuri Oliveira dos Santos

Possui graduação em Geografia Licenciatura pela UFS (2023), Especialização em Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas e Contaminadas (2025) e Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS). Atualmente é discente do curso de especialização em Gestão Ambiental e Municipal Sustentável. É pesquisador do Grupo de Pesquisa Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN/CNPq) e membro do Grupo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares de Gestão, Saúde e Educação Ambientais (GESEA/CNPq).

E-mail: iuri.mapas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3390-9696>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9095050706746536>

Jailton de Jesus Costa

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Sergipe. Pós-Doutorado em Geografia (UFPR/2022). Doutor em Geografia (UFS-2013). Docente titular da UFS, lotado no CAP. Foi Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP Humanidades - UFS (2024-2025). Docente Permanente dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA. Líder do GESEA - Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Gestão, Saúde e Educação Ambiental. Coordenador Adjunto do PRODEMA (2023-2024 / 2019-2021). Pesquisador do GEOPLAN/CNPq/UFS. Presidente da CPPD (2018/2021), da qual foi membro titular (2014-2017).

E-mail: jailton@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4392-2246>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4093650923477755>

Joaquim Tavares da Conceição

Doutor em História (UFBA), pós-doutorado em Educação (UNICAMP). Professor Titular do Colégio de Aplicação, com atuação no PPGED de no ProffHistória/UFS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - PQ 2. Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS). Coordenador do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap).

E-mail: joaquimcodapufs@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8826-8137>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6407061514040419>

José Genivaldo Martires

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2020), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2016) e Graduado em LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA pela Universidade Federal de Sergipe (1992). Atualmente é professor do ensino básico técnico e tecnológico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: jmartires@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7981-778X>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7556932948020914>

Joyce Dalline Silva Andrade

Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Ciências Farmacêuticas (2014). Graduada em Farmácia pela Universidade Federal de Sergipe (2011). Bacharel em Estatística (2019). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares em Gestão, Saúde e Educação Ambientais (GESEA).

E-mail: joyce.andrade7@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2928-767X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7184430762290775>

Maria Camila Guilherme de Souza Gomes

Possui especialização em Gestão da Política de Assistência Social pela Faculdade São Luís de França (2015). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2011). Atua principalmente nos seguintes temas: política de assistência estudantil, política pública de ensino superior, formação profissional, política de assistência social. Mestranda profissional em Serviço Social.

E-mail: maria.gomes@academico.ufs.br

Maria José Nascimento Soares

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (1991), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (1996) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS). Experiências na área de formação de profissionais na Educação básica e no ensino Superior, com ênfase Metodologias de ensino, Didática, Métodos e Técnicas de Ensino, com ênfase nos temas: educação e sustentabilidade; meio ambiente e interdisciplinaridade; educação ambiental; práticas pedagógicas escolares e não escolares; formação de profissionais na abordagem interdisciplinar no âmbito das Ciências Ambientais.

E-mail: marjonaso@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7879-4769>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8392706159125796>

Maria Naiza Martins Oliveira

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é Bibliotecário da Universidade Federal de Sergipe e Professora da Secretaria de Estado de Educação de Sergipe. Possui pós-graduação em Didática do Ensino Superior. Graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe (2002). Graduação em biblioteconomia e Documentação pela Universidade Tiradentes (1995). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa PLENA – GRUPO DE PESQUISA EM LEITURA, ESCRITA E NARRATIVA: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração, Manifestações, da Universidade Federal de Sergipe, sob a coordenação da Professora Dra. Valéria Aparecida Bari, da Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: naizamartins@gmail.com

Marília Menezes Nascimento Souza Carvalho

Possui Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (2006), Especialização em Educação Física para a Educação Básica – UFS (2008), Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo – USP (2012) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2023). Realizou estágio de Doutorado Sanduíche na Université de Strasbourg – França. É professora de Educação Física no CODAP/UFS, onde atua com a Educação Básica e a formação docente. É membro dos grupos de pesquisa HCEL – História da Cultura Corporal, Educação, Esporte, Lazer e Sociedade (UFBA/CNPq) e GPEA – Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas e Aprendizagens na Educação Básica (UFS/CNPq).

E-mail: mariliamenezes@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9639-6692>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9576572131359346>

Robson Andrade de Jesus

Possui graduação em Matemática Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2012) e mestrado em Matemática pela Universidade Federal de Sergipe (2015). Atualmente é professor Ensino Básico Técnico Tecnológico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe e doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (PRO-DEMA/UFS) – linha de pesquisa: Relações Sociedade–Natureza e Sustentabilidade, com estudos sobre a Agenda 2030 e a Matemática. É membro do Grupo de Pesquisa Formação, Interdisciplinaridade e Meio Ambiente (GPFIMA) e do Grupo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares em Gestão, Saúde e Educação Ambientais (GESEA).

E-mail: robsonmat@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1683-1840>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6257186200042373>

Silvânia da Silva Costa

Possui licenciatura e mestrado em Matemática pela UFS e atualmente é doutoranda pela Rede Nordeste de Ensino (RENOEN/UFS). É docente efetivo da UFS, lotada no Colégio de Aplicação (CODAP) e pesquisadora no Grupo de Trabalho de Educação Estatística – GT12 da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). É membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Matemática (GEPEMAT/UFS), do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática do Nordeste (NEPEMNE), do Núcleo Colaborativo de Pesquisas e Práticas em Educação Matemática (NCPPEM/UFS) e da diretoria da SBEM – Regional Sergipe (SBEM/SE).

E-mail: silvaniacosta@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5974-5697>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9209902249970828>

Wagner Santiago de Souza

Possui graduação em Matemática pela Universidade do Estado da Bahia (2013) e mestrado em PROFMAT – Mestrado profissional em matemática pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (2016). Atualmente é professor ebtt – colégio de aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática.

E-mail: wagner.santiago@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4102-6648>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1672233039818461>

Índice Remissivo

A

Ações Culturais

150, 154, 159

Ações Educativas

149, 150, 152, 158, 161, 163, 164, 165

Acompanhamento Educacional

110

Avaliação Pedagógica

130

B

Biblioteca Comunitária

149, 150, 154, 157

Biblioteca Escolar

150, 151, 156, 161, 163

BICOM

149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158,
159, 161, 162, 163, 164, 165

C

Colégio de Aplicação

21, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 41,
42, 43, 44, 49, 51, 67, 69, 90, 100, 109, 110,
113, 123

Conselho de Classe

78, 79, 81, 93, 101, 122, 124, 128, 130, 132,
133, 136, 137, 138, 139, 145

D

Democratização do Acesso

68, 124, 130, 150

Democratização Escolar

10, 112

Desempenho Escolar

78, 79, 88, 101, 103, 109, 110, 112, 124

E

Educação Básica

21, 22, 51, 53, 87, 89, 130, 133, 135, 151, 156

Educação Eficaz

130, 132, 133

Educação Escolar

68, 69, 74, 76, 88, 93, 104, 164

Equidade

62, 110, 112, 119, 124, 129, 130, 131, 132, 133,
135, 137, 144, 145, 159

I

Ideb

76, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 100,
101, 102, 103, 104, 105, 113, 130, 133, 135,
142, 143, 144, 145

P

Perfil Discente

27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 43, 44, 69

Perfil Socioeconômico

35, 36, 43, 49, 50, 51, 52, 53, 61, 62, 67, 68,
69, 77, 81, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 99, 103, 111,
114, 140, 161

Projeto Político Pedagógico

52

Provas Classificatórias

28, 39, 44, 68, 69, 90, 93

R

Rendimento Escolar

72, 81, 91, 92, 95, 100, 102, 103, 139, 140,
142, 165

S

Sorteio Público

28, 30, 44, 51, 60, 67, 68, 69, 70, 71, 80, 81,
88, 90, 94, 95, 96, 102, 103, 104, 110, 112,
118, 120, 122, 124, 140, 143, 161, 163

Editora
**SER
TÃO
CULT**

Este livro foi composto na fonte Louis George Cafe,
impresso no formato 16x23cm em papel offset 75g/m²,
com 176 páginas e em e-book formato pdf.

Maio de 2026

Entre números, histórias e decisões institucionais, esta obra revela muito mais do que dados: expõe as engrenagens que moldam o acesso, a permanência e o sucesso escolar em uma das experiências mais emblemáticas da educação pública brasileira. Ao analisar o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe ao longo de décadas, os autores desmontam a ideia de neutralidade dos processos seletivos e mostram como diferentes formas de ingresso produzem perfis distintos de estudantes e trajetórias educacionais.

Com rigor acadêmico e sensibilidade social, o livro convida o leitor a enxergar a escola como um espaço de disputa, transformação e construção coletiva. Mais do que um estudo institucional, trata-se de uma reflexão crítica sobre equidade, políticas públicas e o papel da educação na redução - ou reprodução - das desigualdades. Leitura indispensável para quem não aceita respostas fáceis quando o assunto é educação pública de qualidade.

ISBN 978-655421282-3



9

786554

212823

Editora **SERTÃO CULT**